

Martin & Co.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, lettras e factos

REDACTORES

Angelo Ferreira, Eduardo Pires de Lima,
Francisco Bastos, João de Caires, João da Motta Gomes,
Silvestre Falcão

COLLABORADORES

Acacio da Fonseca, Antonio Fogaça, E. Sanches da Gama,
F. Rodrigues de Gusmão Junior,
J. Silva Cordeiro, Julio de Lima Duque,
etc., etc., etc.



COIMBRA
IMPRESA LITTERARIA
RUA DO CORPO DE DEUS

—
1886

INDICE

Apresentação. — N.º 1, pag. 1.

SCIENCIAS

Antonio José Claro :

Coimbra e o primeiro collegio da companhia de Jesus. — N.º 4, pag. 6; — n.º 6, pag. 6.

• Eduardo Augusto de Sousa Pires de Lima :

O christianismo não aboliu a escravidão. — N.º 1, pag. 4; — n.º 2, pag. 5.

O christianismo não aboliu a escravidão (resposta ás criticas de Padre Nogueira). — N.º 8, pag. 2; — n.º 9, pag. 5; — n.º 10, pag. 3; — n.º 11, pag. 1; — n.º 12, pag. 5.

Aos estudantes de direito. — N.º 3, pag. 1.

Alguns principios geraes sobre a classificação dos impostos. — N.º 4, pag. 1.

Exposição e critica das classificações dos impostos. — N.º 6, pag. 1; — n.º 7, pag. 2.

• Francisco A. Rodrigues de Gusmão Junior :

Considerações acerca da classificação geologica. — N.º 2, pag. 6; — n.º 6, pag. 5; — N.º 12, pag. 3.

A divisão do trabalho em zoologia. — N.º 8, pag. 1.

• João de Caires :

Criticas e affirmações. — N.º 3, pag. 5; — n.º 5, pag. 3.

• João da Motta Gomes Junior :

Criticas juridicas. — N.º 2, pag. 3.

Liberdade, egualdade e fraternidade. — N.º 3, pag. 4.

A crise sociologica. — N.º 7, pag. 3; — n.º 9, pag. 3; — n.º 12, pag. 1.

• Joaquim Antonio da Silva Cordeiro :

O ultimo livro de Herbert Spencer. — N.º 2, pag. 1; — n.º 10, pag. 1.

• Julio Ernesto de Lima Duque :

A consanguinidade e o matrimonio. — N.º 5, pag. 1.

A nobilidade e a lei. — N.º 9, pag. 1.

Padre Pedro Manuel Nogueira :

O christianismo aboliu a escravidão. — N.º 4, pag. 3; — n.º 5, pag. 5; — n.º 6, pag. 3; — n.º 7, pag. 5.

LETTRAS

Abel Annibal d'Azevedo :

Morta (poesia). — N.º 11, pag. 4.

• Acacio Augusto da Fonseca :

Poema intimo (poesia). — N.º 9, pag. 8.

No templo ("). — N.º 10, pag. 7.

A pobre ("). — N.º 12, pag. 2.

• Angelo Ferreira :

Balladas em prosa — I — *A vereda do amor.* — N.º 1 pag. 7.

" " — II — *Venturosas caçadas.* — N.º 4, pag. 5.

" " — III — *Descuido fatidico.* — N.º 6 pag. 6.

" " — IV — *As quatro estações.* — N.º 8 pag. 7.

" " — V — *Abyssus abyssum.* — N.º 10, pag. 6.

Caminho errado (poesia). — N.º 2, pag. 2.

Finis ita ("). — N.º 5, pag. 3.

Eterna luz ("). — N.º 7, pag. 3.

Quadros dolentes ("). — N.º 9, pag. 3.

Sob os cyprestes ("). — N.º 11, pag. 5.

A. Osorio :

Leitura renovada (poesia). — N.º 4, pag. 6.

Ultima desillusão. — N.º 8, pag. 5.

• Antonio Fogaça :

Visão d'um leito (poesia). — N.º 1, pag. 4.

Ultima carta ("). — N.º 2, pag. 4.

Flor da Hespanha ("). — N.º 3, pag. 5.

Num album ("). — N.º 6, pag. 3.

Preces ("). — N.º 8, pag. 7.

Cançoneta ("). — N.º 12, pag. 3.

O primeiro abraço. — N.º 4, pag. 7.

A mãe. — N.º 5, pag. 7.

Na concha de Venus. — N.º 7, pag. 4.

Nostalgia do azul. — N.º 11, pag. 4.

• Bernardo Lucas :

Numa festa escolar (poesia). — N.º 5, pag. 7.

Eduardo Augusto de Sousa Pires de Lima :

In extremis (poesia). — N.º 8, pag. 2.

Eugenio Sanches da Gama :

O bonnet (poesia). — N.º 3, pag. 3.

Thesoiros (»). — N.º 5, pag. 5.

O lorgnon (»). — N.º 12, pag. 5.

Francisco Bastos :

Sensualismo (poesia). — N.º 1, pag. 6.

Canção da Hysterica (»). — N.º 2, pag. 7.

Evocação (»). — N.º 3, pag. 7.

Harmonia do crepusculo (»). — N.º 4, pag. 5.

Num retrato (»). — N.º 6, pag. 6.

Beijos (»). — N.º 7, pag. 8.

Profanação (»). — N.º 8, pag. 8.

A viscondessa (»). — N.º 9, pag. 4.

Per viam vite (»). — N.º 10, pag. 6.

Ramo de violetas (»). — N.º 11, pag. 6.

As andorinhas (»). — N.º 12, pag. 5.

Hincmar :

Pesadelos. — N.º 4, pag. 6.

Joaquim Antonio da Silva Cordeiro :

Através de criticas. — N.º 1, pag. 2.

João Palma Bentes :

Soneto (poesia). — N.º 8, pag. 5.

O-Tello :

Sob a varanda (poesia). — N.º 6, pag. 8.

» » (»). — N.º 8, pag. 5.

» » (»). — N.º 9, pag. 8.

» » (»). — N.º 10, pag. 8.

» » (»). — N.º 11, pag. 8.

Silvestre Falcão :

Ruínas (poesia). — N.º 1, pag. 7.

Sombra amiga (»). — N.º 4, pag. 3.

A... (»). — N.º 6, pag. 5.

Nova primavera (»). — N.º 7, pag. 2.

» » (»). — N.º 9, pag. 2.

» » (»). — N.º 10, pag. 3.

Quadras (»). — N.º 12, pag. 5.

FACTOS

A Academia ao Dr. Gama Pinto. — N.º 7, pag. 4.

Assemblea geral da Academia. — N.º 7, pag. 8.

Beneficio de Julio Soller. — N.º 11, pag. 5.

Echos da Porta Ferrea. — N.º 1, pag. 7; — n.º 2, pag. 7;

— n.º 3, pag. 8; — n.º 4, pag. 7; — n.º 5, pag. 8;

— n.º 6, pag. 7; — n.º 8, pag. 7; — n.º 10, pag. 7;

— n.º 11, pag. 6.



A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, letras e factos

N.º 1

Coimbra, 3 de março de 1886

Anno I

SUMMARIO

Apresentação.

Através de criticas — Silva Cordeiro.

Visão d'um leito — Antonio Fogaça.

O christianismo não aboliu a escravidão — Pires de Lima.

Sensualismo — Francisco Bastos.

Pesadelos — Hinemar.

Ruínas — Silvestre Falcão.

Balladas em prosa — Angelo.

Echos da Porta Ferrea — Paulo Franco.

APRESENTAÇÃO



O periodico que ora offerecemos ao publico intervem em um momento gravissimo da vida academica, e quando mais accêsa vae a luta entre os defensores do retrocesso e o grupo que ha dias encetou um periodo de renascimento para a nossa academia, chamando-a a associar-se ás ideias mais grandiosas que o desenvolvimento da civilização fôr patenteando e incitando-a a afirmar perante o paiz que não está de todo exhausta a força que outr'ora a recommendou á geral admiração. E a *Academia de Coimbra* vem em defeza d'essa ideia, lançada á apreciação publica com a mais sincera das convicções e com o entusiasmo que naturalmente acompanha a actividade mental da mocidade.

A imperiosa necessidade de semelhante empreendimento era de ha muito reconhecida pelos espiritos mais independentes, impressionados a cada passo pela decadencia a que chegou uma classe que nem sequer já tem força para nobilitar-se na sustentação das suas elevadas tradições.

Resta apenas uma saudosa lembrança da convicção com que em outros tempos se sustentaram ingenuas aspirações para uma liberdade negativa e da energia com que se defenderam as doutrinas mais abertamente revolucionarias.

Em compensação, velhos prejuizos, oriundos de um passado anachronico, esmagados ha muito sob o peso da logica revolucionaria das doutrinas criticas, encontram hoje acolhimento na mocidade academica, completamente indifferente ás tendencias modernas, que visam ao estabelecimento do regimen scientifico sobre os destroços anarchicos do passado.

Desde que a philosophia experimental disciplinou os espiritos mais elevados, nota-se uma geral inclinação para um periodo solidamente organico; e ao processo metaphysico das gerações anteriores substitue-se um outro mais lento, mas mais scientifico. Seguindo aquella corrente, destinavamo-nos a uma empreza accentuadamente positiva, quando obstaculos claramente significativos de um movimento pouco favoravel, nos determinaram a entrar em uma phase mais substancialmente critica.

E porque será assim? É facil a explicação.

Muitas vezes sorriu aos promotores do movimento que defendemos a ideia de uma completa adhesão academica, e o conseguimento do seu arrojado proposito com o applauso e collaboração de toda a academia.

Mas, lançada a ideia na circulação, enorme surpresa nos invadiu ao vermos estabelecer-se contra um programma sympathico uma manifesta reacção por parte dos que teem a intelligencia obcecada ao ponto de não attentarem na lastimosa indifferença que a academia tem revelado nos ultimos tempos a respeito das questões mais palpitantes do progredimento humano. Por isso, com magua o confessamos, mercê da reacção ignara que pretende amesquinhar ou annullar a obra que iniciámos com as santas intenções da fraternidade, ella só poderá ser levada a cabo por meio de uma grande luta intellectual, travada sempre com a maxima dignidade em um campo perfeitamente impessoal.

A nova folha abrangerá todos os ramos da actividade intellectual: a modesta investigação scientifica e a desprerenciosa obra litteraria, como a apreciação

critica dos factos mais importantes da vida academica. Não nos domina a pretensão de uma completa originalidade em nossos estudos scientificos; antes nos limitaremos a afirmar em humildes ensaios a nossa inteira adhesão aos principios de sciencia que o seculo proclama como as suas mais brilhantes conquistas. Afastar-se-hão preferencias por determinadas escolas litterarias, porque o nosso periodico, sendo especialmente destinado a mostrar ao paiz que á presente geração academica não são de todo indifferentes as lutas travadas lá fora no terreno da discussão artistica, carece de apresentar composições demonstrativas do modo como entre nós se estudam e comprehendem os variados systemas litterarios. Excluiremos entretanto o radicalismo artistico, a lyrica sentimentalidade como o realismo desbragado; não porque nos falte coragem para a luta, senão porque desejamos imprimir á nova folha a harmonia necessaria á effectivação das nossas aspirações.

Eis o nosso programma: oxalá vejamos em breve empenhada na sua sustentação uma numerosa phalange de intelligencias sem preconceitos e de caracteres dignos!

Mas se nada conseguirmos com os nossos desinteressados esforços em prol da regeneração academica, perdõe-se-nos então a ingenuidade de havermos empregado, em meio refractario, a energia que julgavamos sufficiente para fazer reviver as nobres tradições coimbrãs.

ATRAVÉS DE CRITICAS

Meus caros amigos. — Pedem vocês original para duas columnas e d'esta vez mal podem ser servidos.

Assumpto para desoxidar a penna d'esta invernia longa e cerrada que para mim durou mezes — é o que não ha, custe embora confessal-o. Um artigo scientifico, duas ideias de aquisição recente que seja util vulgarisar por ahi? Acode-me aos bicos da penna a phrase tabelliôa dos nossos boletins parlamentares... *o adiantado da hora*...

Duas notas de critica litteraria? Eis o que custa ouvir, o que fere bem desagradavelmente a susceptibilidade nervosa dos meus tympanos, refractarios por indole e por temperamento á facil resposta que aquella interrogação encontra na maior parte dos nossos jornalistas e dos nossos criticos. Triste coisa, isso a que por ahi chamam critica!

Pobre belfurinha ridícula e soez que ahi vae arrastada n'um enxurro de pallidas florescencias de

chicorea franceza á mistura com essencias posticas de *cold-cream* e *opponax*...

A critica sã e honesta, essa vestal de semblante desanuveado mas austero, em cujos altares ardia em scintillações de uma alvorada fecundante o sacro fogo do trabalho que ennobrece, da luta que civilisa, essa morreu em constrictões de desespero ás farpadas que lhe vibrou a claque do elogio mutuo.

Litteratos e jornalistas, encontrando-se diariamente na Havaneza, nos clubs, nos theatros, desbarretam-se em phrases amaviosas e brindes encomiasticos entre as vaporações do champagne e da cerveja. E a proverbial *brandura dos nossos costumes* — phrase consagrada já no calão do jornalismo barato — parece ter-se communicado intimamente á brandura da nossa critica, alguma vez desmentida pela verrina açalada de malquerenças pequeninas.

Somos um povo de genios, valha-nos a franqueza. E tanto abundam elles por ahi, que já no mercado se abriu concurso a uma trindade litteraria para quem do *sempre verde louro* se fizeram as corbas que a fortuna recusou em vida a um Goethe e a um Shakspeare. Decididamente não ha em toda a Europa litteratura mais opulenta. É de um ridiculo truanesco este desfile de genios conduzidos pela mão de outros genios ainda maiores, gazetas fóra, apontados á posteridade em caracteres mirabolantes como esses cornacas de arraial quando chamam as atenções do *respectavel publico* para os seus cartazes de côr e aspecto vario n'uma guisalhada irritante de rufos e de pragas avinhadas... A posteridade ha de rir-se muito de nós, quando quizer fazer a historia d'esta geração litteraria, pindarisada no xadrez multicolor das nossas criticas amanteticas.

Vae a gente abrir a gazeta e depara com a apreciação que o critico *fulano* tracejou e burilou muito a capricho a um seu amigo — *talentoso joven que vem de publicar um livro*... de versos ou de prosas.

Muitas vezes mal se falla do assumpto, recortam-se duas paginas a esmo, quando se não pára no frontispicio. Falla-se muito do auctor e pouco do livro.

Conheci em Coimbra um escriptor, aliás de merecimento incontestavel, que se habilitava para fazer a critica de qualquer livro pela simples leitura do indice. Por causa d'este mau sestro já eu fechei abruptamente a publicação d'um livro meu, tirado da Imprensa da Universidade a ver mundo antes que o typographo lhe pozesse aquella nota summaria e final, com que a curiosidade de tanta gente se dá por satisfeita. Pois nem assim escapou. O maroto, na falta de indice, filou o prologo e criticou-me o livro por ahi, com amabilidades tão lisongeiras que logo me denunciaram o livro fechado na *étagère* do critico, um espirito sacudido que os indices, e já agora os prologos, forraram de massadas.

Sainte-Beuve explicava o livro pela vida do auctor e vice-versa. Ferrari criticou assim as obras de Vico e ainda ha poucos annos Gautier prefaciava por essa arte as *Flores do mal*, de Baudelaire.

Não nego que seja engenhosa esta maneira de apreciar uma produção litteraria, sobre tudo quando no ambiente social que a inspirou vamos encontrar a razão de muitas incoherencias, o symptoma das varias phases mentaes que a leitura accusa; mas confrange e arrasta-nos o espirito n'um circulo vicioso, deixando ás devaneações da phantasia margem amplissima para floretear adjectivos, parallellos e antitheses — faceis aliás a qualquer *phraseur* de club.

Vae hoje passando em moda este processo de criticar: e então ha phrases para todas as physionomias e mystificações para todas as excentricidades. É bem apessoado o auctor? Acode o paralelo com Daudet, tão esculptural no burilado da forma como na plastica da physionomia correctamente grega.

Tem cabellos negros? Lembra Baudelaire — *l'homme aux yeux couleur de tabac* — e então o poeta é por força um *baudelaireano* que immerge no esterquilinio das coisas podres, onde viçam umas flores de exotica estrutura que, pelo visto, não são as flores do bem.

Se usa fartas melenas é... um lutador de circo á bulha com os dragões da Treva e do Despotismo, como quem diz um Richepin, um Paganini, um Silva Pinto, um Rochefort.

E' um sanguineo, *carnação purpurejada de verbenas*, *labios côr de rosa de Alexandria*? E' porque o poeta, escrevedor, fazedor de chronicas ou como mais bonitamente queiram appellidal-o, é um grego sensual na apojatura vigorosa dos athletas, um *Antinous* de carne e de estylo, como o *Antinous* de marmore e mais pançudo do que elle n'outras coisas.

Se é um *magricellas* nevrotico, vem a carroça dos adjectivos estiticos, franzinos, esqueleticos, dantescos... e o pacifico leitor revê na phantasia as dôres fundas e ignoradas dos *mineiros do ideal*, — gente, ao que dizem, lanceada em contracções de spasmo e de fome, quando chega ao ar da publicidade, morta de cansaço, trazendo á luz da candeia um filão de ideal inexplorado. O paralelo então ahí é d'uma facilidade burgueza. Basta abrir um *almanach de senhoras*.

Assim o critico *fulano* diz-nos que o poeta *sicrano* tem nos seus versos *a rubra côr do sangue que lhe retinge as faces*...

Outro escreve que *beltrano* põe na phrase *tonalidades louras de scandinavo*... Depois vem o *azul manso* que amollece, que tonifica a voz das cotovias *ideaes*, e os fumos que *se evolvem* na atmospheria... a um luar *espiritualizado e meigo*... e outras parlatices lilliputianas de genios em embryão que navegam para o Olympo da Arte fazendo escala pelos saguões do elogio mutuo e convertendo a critica n'uma *pochade* grotesca.

Barbas — ha-as de todos os feitios. Ha barbas *ideaes* de joven Deus, como Musset; barbas brancas de neve, apolineas como as de Hugo; barbas prolixas, realissimas de porta-machado: e ha por ahí poe-

tasinho que já se viu em letra redonda, de braço dado com *os velhos reis barbados do Ramayana*.

No capitulo — *queixos* ha tambem parallellos interessantes: e certo escriptor já eu vi, de camaradagem com Balzac — homem de queixada acima, pelos modos — por ter como elle, *les machoires puisantes*.

Lá a respeito de narizes é melhor não fallarmos. Correm impressos tratados de nasographia, arrazoados poeticos, illustrados, humoristicos, chinezes — uma pandorga.

Até existem labios *chloroticos*, *espiritualizados* pela ironia das dôres *fundas*, labios de *voluptuosidade ascetica*, saltitantes, sarcasticos, por onde *riem humorismos* de Lawrence Sterne... Ah! Criticos! Criticos! Que vos importa a *moustache* do sr. *Fulano*, mais a penca do sr. *Sicrano*, e os *chapeaux de feutre mou* e as *pommettes d'or* e todas essas *chinoiseries* ridiculas que podem ser uma coisa toleravel quando se manifesta na textura ligeira de uma chronica de praia, mas que são absolutamente tolas e vasiaas de senso como prova de critica sincera e de gosto litterario!? Pois já se faz critica de *plastron bleuâtre*, de capas de livros *côr de pombo*, santo Deus!

E é este *chic* pittoresco, este diletantismo burguez, essencialmente banal e ôco, é isto que hoje *faz as delicias* da grande maioria dos nossos *realistas* e dos nossos *parnasianos*.

No emtanto era bem melhor que se aventurassem ao criterio meditativo, que estuda, que compara, que relê para analysar, para discutir, para estimular, para corrigir, para ridicularisar até — mas salvaguardando sempre as *côres e as carnes* do proximo que dispensam essas mystificações funambulescas, pantagruelicas, importunas — só sinceras nunca.

Escrevem banal com letra maiuscula, como quem aspira de certo a engrandecer a familia... Dizem *poudre de riz* em vez de pó de arroz e engranzam genealogias de sabios com a mesma facilidade com que se arranja uma lista de deputados. Estatuarios do *Ridiculo* — (usarei com elles a rethorica do maiusculo) — trabalham no monumento de si proprios. Dandys do que é reles, procuram o ideal, como o gallego da anedocta, na casca de uma *noz* de succulencia rara que uns homens, como Zola e Gautier, atiraram á rua n'uma hora de talento incomprehendido.

E a critica, meus amigos, vêde se a lorigaes por ahí. Reduzida a um cartão de visita de côres hilariantes, quando não é um estadulho de feira sardado á guisa de estylete, talvez a encontreis disfarçada pelas ruas da baixa em habitos de freira envergonhada que só por dias de carnaval se atreve a sair com biocos de fanatismo — um fanatismo antigo e grave que os rapazes apodaram de *rococó* e pelintra.

VISÃO D'UM LEITO



Eil-a dormindo! Como é branca a espuma,
boiando á flor do mar, n'uma onda enorme,
é seu leito tão candido, que em summa
lembra uma concha onde a volupia dorme.

Cerrado o olhar — um céu de ignoto enleio,
seu corpo — um novo céu — me surpreendeu...
Nudez do acaso... Emfim, um céu que veio
como a apagar os brilhos do outro céu.

Novo céu d'um contorno aureo-celeste,
céu para os labios; e onde o vulto amado
de frémios e sonhos se reveste,
sob um clarão de luar doce e azulado.

E eu sem poder tocar n'aquella face...
nem conseguir ao menos esquecê-la!
Eu como se este olhar triste ficasse
a vida inteira condemnado a vel-a!

Vel-a (sem a beijar, fôsse de leve!)
voluptuosa, entre illusões e alvares,
como um raio do Sol doirando a neve!
como um perfume sobre um mar de flores!...

ANTONIO FOGAÇA.

—◆◆◆—

O CHRISTIANISMO NÃO ABOLIU A ESCRAVIDÃO

◆◆◆—

E' doutrina geralmente aceita que a abolição da escravatura foi devida ao christianismo.

Esta opinião, completamente infundada e solemnemente desmentida pela historia, é todavia sustentada pelos escriptores catholicos, que pensam responder áquelles que os alcunham de retrogrados e inimigos da civilização moderna, apontando os beneficios que a sociedade recebeu da religião christã. Um d'esses beneficios, a acreditar no que elles dizem, seria a abolição da escravatura.

A opposição fundamental que se dá entre a Igreja e a civilização não carece de ser provada: o proprio Pio IX a reconheceu, quando no art. 80.º do Syllabus lançou o anathema áquelle que julgasse que o Pontifice romano podia e devia reconciliar-se e transigir com o progresso, o liberalismo, e a civilização moderna.

Os beneficios que a sociedade recebeu do christianismo, tambem não são tantos como geralmente se suppõe, e esses beneficios dos quaes alguns na verdade foram importantes, são compensados por grande numero de instituições absurdas a que elle deu logar, e pelos horrores das perseguições e guerras religio-

sas que o seu espirito de intolerancia por toda a parte accendeu, com um furor de que em balde se procurarão maiores exemplos na historia.

Lendo-se a narração de taes perseguições, parece que a figura meiga do Christo da lenda, se transforma n'um inquisidor d'aspecto feroz, dizendo aos seus discipulos: *Nolite arbitrari quia pacem venerim mittere in terram; non veni pacem mittere, sed gladium.*

Veni enim separare hominem adversus patrem suum, et filiam adversus matrem suam, et nurum adversus socrum suam ¹.

A escravidão é que de modo nenhum se pode dizer que fôsse abolida pelo christianismo; prova-o d'um lado o proceder da Igreja, aproveitando-se d'uma instituição adoptada pela sociedade civil; demonstra-o por outro a leitura dos padres da Igreja, cujas obras consignam em paginas verdadeiramente infelizes a apologia d'um estado, que será sempre uma das maiores manchas que enodoam a historia da humanidade.

Para que se podesse sustentar com plausibilidade que ao christianismo se deve a abolição da escravatura, seria necessario que a Biblia a condemnasse; que a Igreja e seus filhos se não servissem d'ella; finalmente que os seus padres e doutores a combatessem, ou pelo menos a não defendessem. Ora é exactamente o contrario de tudo isto que teve logar.

I

Com effeito, não se encontra na Biblia uma só passagem d'onde possa deduzir-se a illegitimidade da escravidão. S. Paulo que tem da sociedade religiosa uma concepção tão perfeita a ponto de a considerar um verdadeiro organismo ²; que declara não terem importancia para ella as distincções de gentios e judeus, circumcisos e incircumcisos, barbaros e scythas, escravos e livres ³; não tem todavia uma unica phrase que condemne a escravidão, antes pelo contrario manda ao escravo que obedeça ao seu senhor *cum timore, et tremore, in simplicitate cordis... sicut Christo* ⁴! E se Christo declarou que vinha resgatar os homens da servidão, todos os padres são unanimes em dizer que Jesus se referia á escravidão do peccador ⁵.

¹ Evangelho de S. Matheus, cap. x, v. 34 e 35.

² I Ad Corinthios, cap. 12.º, v. 12.

³ Ad Colossenses, cap. 3.º, v. 11.

⁴ Ad Ephesios, cap. 6.º, v. 5.

⁵ Vid. S. Jeronymo, in 1.ª ad Cor., cap. 8; Santo Ambrosio, ibid., tom. 3; S. João Chrysostomo, ibid., Homilia 49; Santo Agostinho, Enarrat. in Psalm. 125, etc., citados por Belime, Philosophie du Droit, 2^{me} édition, tom. 2, pag. 30.

E de facto, os christãos da primitiva Igreja, assim como os pagãos, possuíam escravos; eram servidos por elles, e nunca este uso foi censurado ¹.

Quando a politica de Constantino fez triumphar o christianismo, desnaturando-o e convertendo-o no catholicismo imperial ², muitas leis foram publicadas «sobre a disciplina ecclesiastica, sobre os privilegios dos bispos, sobre as penas a infligir á heresia ³; mas em vão se procuraria uma só que modificasse a sorte dos escravos; e, quando Justiniano quer dar a conhecer, no livro elementar das Institutas, a constituição que lhes concedia as poucas garantias de que então gosavam, é obrigado a citar o rescripto d'um imperador pagão, d'Antonino Pio ⁴.»

Na idade média, os concilios legislam muitas vezes sobre a escravidão, mas como diz Belime ⁵, nem a condemnam, nem sequer exhortam os senhores a libertar os escravos; limitam-se a prohibir aos judeus que possuam escravos christãos, disposição que ainda assim não era applicavel aos servos da gleba.

E a Igreja não tinha melindre de se aproveitar d'uma instituição geralmente adoptada. O celebre Alcuino tão notavel na idade média por suas obras que não primam pela originalidade, e ainda hoje digno de consideração pelo zelo com que fundou escolas, possuia 20:000 escravos nos seus dominios ⁶, e o mosteiro de S. Gall no seculo x tinha 1:723 ⁷.

«E' verdade que os servos da Igreja, nota Belime, eram melhor tratados, e sujeitos a menos exações do que os dos senhores leigos, porque a Igreja era um corpo duradouro que via o futuro; mas ella não os libertava sem reserva nem por mera generosidade. A regra traçada pelos concilios era que o bispo não podia libertar um servo se não indemniasse a Igreja com seus proprios bens; que se o quizesse libertar completamente, sem reserva do patronato, devia dar dois em seu lugar, e que finalmente a liberdade podia ser revogada por ingratição n'um grande numero de casos, principalmente quando o liberto se collocasse sob a protecção d'um outro patrono, quando intentasse um processo contra a Igreja, ou quando depozesse contra ella em juizo ⁸. Sob

este ponto de vista a lei ecclesiastica era muito mais dura que a do direito romano.

Á vista d'estes factos, poder-se-ha de boa fé sustentar que foi o christianismo quem aboliu a escravidão? Só os preconceitos religiosos que offuscam as intelligencias mais lucidas, poderão levar alguém a responder affirmativamente.

II

Mas a Igreja não se limitou a adoptar a escravidão: os seus padres e doutores defenderam-na, e é isto o que dá o golpe mortal na opinião que combatemos.

Vimos atraz que, sob o ponto de vista religioso, S. Paulo equiparava todos os homens. Identico pensamento se encontra em S. João Chrisostomo, como se vê da passagem seguinte: «as leis do mundo conhecem a differença das duas raças; mas a lei commum de Deus ignora-a, porque Deus faz bem a todos; abre a todos o céu indistinctamente ¹.»

Vimos tambem que S. Paulo longe de combater a escravidão, mandava ao servo que obedecesse ao senhor; os padres da Igreja vão muito mais longe, como se vê pelos seguintes textos.

«A escravidão é um dom de Deus, diz Santo Ambrosio. E' por ella que brilha o povo christão ².» Para elevar a escravidão mostrava-se Moysés exposto, José vendido, Jesus Christo crucificado, de fórma que por taes exemplos, como diz Wallon ³, a escravidão achava-se por tal fórma ennobrecida, que não havia motivos de queixa contra ella.

O proprio S. João Chrisostomo sustenta que a escravidão é um bem, porque é para os christãos uma occasião de adquirir merecimentos. «Qual a razão, diz elle, porque o Apostolo deixou subsistir a escravidão? Para vos ensinar a excellencia da liberdade; pois da mesma fórma que é muito mais digno de admiração o conservar na fornalha intactos os corpos dos tres innocentes; assim ha muito mais grandeza e maravilha não em supprimir a escravidão, mas em mostrar a liberdade até no seu seio! «Eis porque, diz elle ainda, o Apostolo ordena que se fique escravo. Se um escravo não podesse ser bom christão, teriam os gentios uma bella occasião de atacar a fraqueza da nossa religião, como pelo contrario admirarão a sua força, se virem que ella não soffre nada com a escravidão ⁴.»

E a mesma ideia é formulada por Santo Agostinho que referindo-se á disposição da lei judaica, que mandava dar liberdade aos escravos passados seis annos, diz: «os escravos christãos não pedem isso

¹ Vid. este e outros factos abaixo citados em Belime, loc. cit., pag. 30 e seguintes.

² La liberté de penser, fin du pouvoir spirituel, par Victor Guichard, 2^{me} édition, cap. 4, pag. 39 e seguintes.

³ Eis um curioso especimen d'uma d'ellas. N'uma carta com força de Edito, diz Constantino: «Je déclare que quiconque sera convaincu d'avoir caché quelque écrit de Arius, au lieu de le représenter et de le brûler, celui-là sera puni de mort, aussitôt qu'il sera pris.» Histoire ecclesiastique, abbé Fleury, liv. 2.^o, tit. 1.^o, pag. 448.

⁴ § 2.^o, liv. 1.^o das Inst. de his qui sui vel alieni jur.

⁵ Este escriptor cita em abono os seguintes textos: Concil. Aurel. iii, can. 13 (538); Concil. Aurel. iv, can. 30 (544); Concil. Matisc. i, can. 16 (581); Concil. Tolet. iii, can. 8 (589); Gregor. Magn. Epist. iii, 21.

⁶ Mabillon, Annal. Benedict., lib. xxvii, pag. 368.

⁷ Arx, Hist. de Saint Gall, t. 1, pag. 159.

⁸ IV Concil. Tolet., can. 68, 69 e 70 (633).

¹ In Ep. ad Ephes. vi, 5, 8, homil. xxii, 2.

² De Paradis. xiv, § 72.

³ Histoire de l'Esclavage, tom. 3.^o, p. 3.^a e 8.^a, pag. 325.

⁴ In Genes. serm. v, 1.

a seus senhores, porque lhes devem estar sujeitos, como ordena a auctoridade apostolica, para que o nome de Deus não seja blasphemado ¹.»

E já que fallámos n'este illustre padre, exponhamos a sua theoria philosophica da escravidão.

Na verdadeira ideia christã, diz Santo Agostinho, as ordens são dadas no interesse d'aquelle que as recebe: é sob este ponto de vista que o governo é um serviço prestado aos governados. E' esta a ordem natural. Deus quiz que o homem dominasse os animaes, mas não o creou para dominar os outros homens. Mas, continua Santo Agostinho ² «a ordem da natureza foi derrubada pelo peccado, e é com justiça que o jugo da escravidão foi imposto ao peccador... Na ordem natural em que Deus creou o homem, ninguem é escravo do homem, nem do peccado; a escravidão é pois uma pena... Eis porque o Apostolo diz aos escravos que devem estar sujeitos a seus senhores, e servil-os com bom coração e boa vontade, para que, se não podem livrar-se da servidão, saibam achar n'ella a liberdade, não servindo por temor, mas por amor, até que a iniquidade passe e que o dominio humano seja aniquilado, no dia em que Deus estiver todo em nós!

(Continúa).

EDUARDO PIRES DE LIMA.

SENSUALISMO

(A TRINDADE COELHO)

Quando o sangue circula pressuroso
e anda o meu espirito perdido
por um paiz nevrotico de goso,
tenho um desejo estranho indefinido...

E quero ter um leito voluptuoso
de flacidos regaços construido,
onde meu corpo elastico e nervoso
possa achar um prazer desconhecido.

Quero lençoes phantasticos, mordentes,
feitos de lábios humidos e quentes
que me provoquem languidas vertigens,

sendo as cortinas tranças perfumadas
e finalmente as mornas almofadas
feitas de seios tímidos de virgens...

(Das Tropicaes)

FRANCISCO BASTOS.

Pesadelos



I

..... Eu escrevia com letras de fogo, como os arreboes incendidos d'um volcão que se abre.

Oh! o coração humano é uma ridicula caverna das vaidades transitorias; ora desprende os acumes do genio, librado nos adejamentos da ideia até lá ás culminantes mansões do incomprehensivel, ora vomita dos mais intimos recessos as chammas auristrellantes dos incendios do amor.

E ideia, e amor tudo vaidade. São nuvens que se esfarrapam aos golpes da formidanda realidade. São plumas de celeste arminho, esgazeadas ao sopro das imponentes desventuras. São lyrios que o sol desbota e embacia a claridade. São um relampaguear da vida, uma vibração do cerebro, um fulgir do espirito, um deslumbramento da razão. São tempestades, pugnans, devastações, desmoraamentos e mortes.

Porque é assim. A ideia arrebatada, sublima, depura e afina; mas é rapido. Depois..... abaixa, prostra, definha e aniquilla. E o desgraçado succumbe alfim sob o peso da soberba cupula que em dias sorridentes se atreveu a levantar. Morre no abandono, ermo das irradiações que accendeu, e a luz que alagou seus olhos em jorros de suprema gloria, é-lhe nos dias ultimos apenas o crepusculo da morte.

Então a morte é uma redempção!

O amor arde, nutre, roborá, inflamma e volatilis; mas é ao estrondear rugiente das ancias da alma. Gera a audacia, vivifica o valor, exalça a dedicação, relumbra em chispas de virtudes unicas, transforma o homem em cherubim, a fraqueza em coragem, o vicio em innocencia, a miseria em torrentes de abundancia... mas só não converte a morte em vida. O amor mata, porque é um raio desprendido da pura felicidade, e a pura felicidade é para além das escuridões da morte. Então a morte é mais que uma redempção, é a plenitude da vida.

E para que cerebro e coração n'este carcere de tamanhos negrumes? Para que ideia e amor n'estas paragens de tão ephemerass scintillações?

Ideia para conhecer a miseria sem a energia do remedio, para ver a bondade sem a possuir, para tanger a ventura sem n'ella se afogar. Amor para crepitarem as fibras da alma em horridos clangores de sarcastico desespero, para o heroico sentir das dilacerações intimas em excruciante agonia summa, para o revoltar giganteo das aspirações, inanidas por entre os alcantilados pincares do impossivel.

Pungente ironia da natureza!

Mas não... Cale-se o tentar orgulhoso do espirito perdido nos devaneios da alevantada angustia. A luta germina a victoria e alteia o heroismo. A dôr é o canto festival das alegrias da terra. Só a morte é o esplendido alvorejar do mysterio dôce.

¹ Quaest, in Exod. LXXVII.

² De civitate Dei, l. XIX, 14 — 15.

Vem, morte salutar, que a terra me veja involto nos teus negros rolos de pó, e que nas fulgidas estancias da ideia e do amor esta alma esgote a taça do fino gôzo e mate a sêde até hoje insaciavel. Vem, tapa-me em teus segredos e ao desdenhoso e inatissimo labutar da vida, para sempre os olhos me esconde e cerra.

Acordei.

Coimbra.

HINCMAR.

Ruinas

(A SANTOS MELLO E A ANTONIO FOGAÇA)

N'um risonho castello antigamente
Vivia uma princeza enamorada,
— Virgem de tranças d'ouro e olhar dormente,
Alegre como os cantos da alvorada.

No jardim do castello havia flores,
Subiam para os céos as trepadeiras,
Encostavam-se aos muros as roseiras
Que a primavera enchia de esplendores.

A princeza sorria : e dos beiraes,
Pombas d'uma plumagem fina e branda
Vinham poisar na borda da varanda
Batendo as brancas azas virginaes.

Tudo cantava alli : porém, um dia,
A virginea princeza enamorada
Morreu pendendo a fronte desbotada
No perfumado leito em que dormia.

E alguém, pouco mais tarde visitando
Esse antigo castello, viu apenas
Pelo jardim dispersas muitas pennas,
As pombas d'outro tempo recordando.

Nos braços espinhosos das roseiras
Não encontrava flores o relento...
E, symbolo cruel do desalento,
Pendiam para o solo as trepadeiras...

Tudo morrera...

Assim, amigos meus,
Durante a mocidade ha illusões
— Pombas e flores, e ha aspirações
— Trepadeiras que sobem para os céos.

Porém, quando passar a mocidade,
Essa virgem de manso olhar nublado,
Encontrareis no peito a soledade
D'esse antigo castello abandonado!...

1885.

SILVESTRE FALCÃO.

BALLADAS EM PROSA

A VEREDA DO AMOR

I

Pelo velho tronco lançado á maneira de ponte no corrego profundissimo, que gargalhava lá baixo, de pedra para pedra, como se o povoassem cardumes de duendes, o Antonio das Lages, entontecido e apavorado de visões extraordinarias que o attrahiam e até arrastavam para o abysmo, caminhava medrosamente, vagarosamente, pelo velho tronco lançado á maneira de ponte no corrego profundissimo, que gargalhava lá baixo...

II

Pela noite maravilhosamente pespontada de luzes doiradas, a lua ora sorria mansa e dominadora, como levada n'um dorso de panthera de pello acinzentado com malhas amarellas, ora sossobrava quebrada e dolente em enormes vagalhões de nuvens negras, e a Maria da Azenha accedera, por fim, ao pedido baixinho e ardente de vir fallar-lhe, toda mordida de beijos chilreados, no quintalito da casa na encosta do monte, quando pela noite maravilhosamente pespontada de luzes doiradas, a lua ora sorria mansa e dominadora, ora sossobrava quebrada e dolente...

III

Nos murmuros laranjaes, cujas franças n'um balouço languido se beijavam demoradamente, a brisa cochichava umas pequeninas ironias, atapetando de flores murchas o chão sombrio, e Antonio, já de volta, atravessado o corrego, vinha pensando que tinha muita razão a sua avó, quando, em pequenino, lhe dizia que para o inferno se ia por uma larga estrada macia e cantada de alegrias e prazeres, e para o céu por um carreirinho muito estreito como um fio de navalha de barba, agora que nos murmuros laranjaes, cujas franças n'um balouço languido se beijavam demoradamente, a brisa cochichava umas pequeninas ironias, atapetando de flores murchas o chão sombrio...

Coimbra.

ANGELO.

ECHOS DA PORTA FERREA

Vamos, leitor, conversar despreoccupadamente, sem pretensões de graça nem requintes de fórma, como dois bons camaradas que se encontram no mesmo caminho melancholico e fastiento. Entro com o pé direito, quando enxameiam os acontecimentos, porque estou muito convencido de que não sou andador de irmandades, que mendiga ideias e assumpto, e vae pelos jornaes do paiz implorar a paciencia cor-

tez de quem lê, lembrando os innumerados milagres, ou antes «os grandes favores que devemos a suas magestades e altezas.» (Oh! manes do conselheiro Accacio, dae-me toda a gravidade e compostura de que hei mister!)

Francoamente, sinto-me vibrado de alegria pelo fervilhar da vida academica, explosindo em epopeias baratas, que, se o espirito não esfusio por ellas, impam, não sei se mais felizmente, de erros palmares de orthographia, que nos fazem rir de commiserção.

Os êpicos de agua-dôce, quando o seu enthusiasmo, depois d'uma horrivel tortura de intelligencia, não conseguiu puxar a corda da chalaça, escreveram, n'uma carencia absoluta de leitura de *Bento-Zé*, tolo e cebola assim: *tollo* e *cebolla*. Grandes poetas, leitor, que não se prendem com as ninharias importunas das regras geraes de grammatica! Realmente quem possui as invejaveis prendas — musa de tolos (*sic*) e veia de cebolas (*sic*), dispensa claramente a certidão de approvação em portuguez.

Vês bem, leitor, que me refiro ás inoffensivas e desenxabidas producções rimadas que teem o grande merito de impulsionar e avultar o movimento sincero e significativo que anda, commocionado de alegria e vigor, a moirejar na tarefa de construir na estrada das generosas e brilhantes tradições coimbrãs o marco milliarior d'uma vida notavelmente salutar.

Ao lado ficam regougando na sombra as raposas impotentes da fabula, emparelhando-se n'uma promiscuidade ruidosa com os «vendedores do *Correio e Novidades*,» o que parece ser uma honra enormissima, como se deprehende d'uma correspondencia para o *Correio da Noite* de 19 de fevereiro.

E o que é facto é que nada mais preoccupa a academia. Passa vergonhosamente desapercibido o basar da Philantropica; os dias claros e vitalisadores de primavera que desabrocha, não se saboreiam confortavelmente em passeios hygienicos; e a propria quêda do ministerio regenerador tem um rumor de momento, abafado logo pela suspensão do exercicio das pastas á Porta Ferrea. Ainda bem que o actual curso do quinto-anno juridico reconsiderou na sua afamada sabedoria e socego exemplar que o nobilita e impõe á consideração de todos, não querendo permittir-se a originalidade de largar os timidos novatos ao canellão violento e arremessado de quem pretende rijamente pimponear superioridade, não pelo talento que attráe sympathias, mas pelo bico da bota que esmaga joanetes!

Aqui está um assumpto que devia ser explorado com proveito pelos êpicos acima citados. Lançavam á circulação do paiz pela tuba sonora da epopeia a 20 réis por cabeça a fama d'um acontecimento sem igual e alcançavam direito á posteridade, que fabricaria para as suas fronteiras augustas e magestosas umas aureolas resplandecentes de cebolas com 2 ll. Porque

—cantar e ser cantado, é bello, é transluzente!—

como diria um novel poeta de Lamego, esboroando cruelmente uma delicada cinzelura do mallogrado Crespo!

O estylo é o homem, como passa em axioma; e como o canellão é parte do gesto, e o gesto é parte do estylo, pelo canellão se adivinha o homem. Claro está que este gesto não é o que Cardoso exigia para exornar um bom orador, e muito menos o que ateou as iras do povo da cidade dos Arcebispos contra os procuradores do Berço da monarchia.

Diz-se que está podre a academia e, como tal, foi representada — (representação de duvidosa legalidade) — nas exequias d'uma ex-sua magestade. (Oh! manes do conselheiro Accacio, de novo me concertae o porte e avolumae a voz pausada!) pois, por uma logica evidentemente *cabralina*, abriu-se uma excepção nas velhas praxes: gosamos tres feriados!

E sobre esta podridão vermoejam abundantemente poetas anonymos, como floresta compacta de cogumelos, introduzindo manso e manso as raizes doentias na bolsa do incauto, apesar de estarmos no pharol da sciencia, como é do uso chamar-se á poetica cidade do Mondego, — mas pharol que não dá luz e sciencia que não dá fructos!

Ora eu entendo que deve ser suffocado este assoalhamento menos limpo das proprias miserias, se tem em vista fazer um espaventoso réclame á sciencia do Assis de Faro, que vae ser brevemente apothosado em prosa castrada. Demais a mais, já Junqueiro dizia que se precisava sómente, impreterivelmente de copahiba.

E assim se escusava muito bem a ruminação nas tradições holorentas e nunca se praticaria o peccado imperdoavel de esquecer «os grandes favores que devemos a suas magestades e altezas.» (Oh! manes do conselheiro Accacio, d'esta vez curvo-me simplesmente ante sua alteza, o publico que me lê, de quem me despeço hoje!)

PAULO FRANCO.

EXPEDIENTE

O jornal publicar-se-ha semanalmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

Coimbra, serie de 12 numeros (paga adiantada) 400 rs.
Para a provincia (paga adiantada)..... 450 »
Numero avulso..... 40 »

Pede-se a todos os collegas a quem enviamos a *Academia de Coimbra* a fineza da troca.

Todas as pessoas a quem enviamos o nosso jornal são considerados assignantes se até á saida do 2.º numero o não devolverem.

Redacção e administração, rua dos Militares, 29, Coimbra.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, lettras e factos

N.º 2

Coimbra, 11 de março de 1886

Anno I

SUMMARIO

- O ultimo livro de Herbert Spencer* — Silva Cordeiro.
Caminho errado — Angelo Ferreira.
Criticas juridicas — Motta Gomes.
Ultima carta — Antonio Fogaça.
O christianismo não aboliu a escravidão (conclusão) — Pires de Lima.
Considerações ácerca da classificação geologica — R. de Gusmão Junior
Canção da Hysterica — Francisco Bastos.
Echos da Porta Ferrea — Franco Paulo.

O ULTIMO LIVRO DE HERBERT SPENCER



Appareceram ha pouco na *Contemporary Review* uns artigos ácerca das evoluções recentes da politica liberal, que produziram um verdadeiro escandalo nos arraiaes do *socialismo de estado*.

Firmava-os o nome tão justamente célebre de Herbert Spencer, que é para muitos a mais completa concretisação do genio positivo, exuberantemente provado tanto no vigor das analyses minuciosas até ao exagero, como no espirito de systematisação, que elle conseguiu levar com a audacia d'um innovador feliz ás mais profundas concepções da biologia e da sociologia.

Sob a epigraphe «*O individuo contra o estado*» ventilava-se alli a momentosa questão da harmonia entre a liberdade individual e a auctoridade; — eterna e pungitiva interrogação levantada por todas as revoluções economicas e politicas, para a qual todos os poderes constituídos procuram debalde uma solução viavel que satisfaça as tendencias egualitarias dos povos modernos e as aspirações mais ou menos legitimas da philosophia experimental.

Nem tanto era preciso para desde logo interessar no assumpto essa pleiade generosa de espiritos que, ha cincoenta annos, lidam na grandiosa aspiração da remodelação social com a heroica tenacidade do colono que, para fazer florir de messes lourejantes

um terreno árido e inculto, se propõe desbraval-o de parasitas estioladores, rasgando os pés nas arestas da encosta ouriçada de sebes mortíferas.

N'esses artigos, que correm ahí colleccionados em volume especialmente azado á propaganda, o philosopho inglez pronuncia-se abertamente pelo mais avançado individualismo, não receiando mesmo subcrever aos mais revoltantes paradoxos que o exclusivismo systematico tem produzido n'aquella escola.

Se lhe perguntardes que influencia pode ter no futuro a vulgarisação dos conhecimentos, dirvos-ha que a instrucção não se deve facilitar a todas as classes: o estado não deve ser prodigo na diffusão das luzes, porque a instrucção, como parte integrante da educação, pertence ao individuo e á familia: a assistencia publica é um erro politico.

A intervenção do estado no desenvolvimento das industrias é um absurdo revoltante que mata a iniciativa individual e o espirito de livre associação. Industria, religião, agricultura, vias de communicação, instituições de beneficencia, escolas, artes liberaes... a tudo isso deve ser estranha a acção do estado cujo ideal se traduz na mais ampla objectivação do célebre aphorismo physiocratico — *Laissez faire, laissez passer*.

Tal é em resumo o pensamento de Herbert Spencer, habilmente desenvolvido no opusculo que acabamos de ler e que provocou da parte do sr. Laveley uma refutação eloquente, que toda se traduz em duas palavras — coração e razão.

Para nós a questão não tem a actualidade nem a importancia que pode ter para os coripeus do socialismo cathedratico, porque a industria portugueza não é positivamente uma plethora gigantesca de producção e circulação que nos grandes centros da França, da Inglaterra e da Allemanha tem motivado tantas crises economicas e outras tantas revoluções sociaes em que as classes operarias procuram n'uma hora de vingança atrabiliaria e solemne a liquidação suprema dos seus aggravos tradicionaes.

Somos um paiz de burocracia pacata, vivemos do orçamento á custa de paliativos financeiros que os governos que sobem e os governos que descem fabricam rotineiramente para illudir o burguez abarrotado de cifras e de rhetorica nas gazetas diarias. As crises commerciaes são pouco vulgares entre nós e menos perigosas, porque a industria nacional não soffre o risco das congestões espontaneas.

Se d'alguma cousa padece, é d'esta anemia lenta que nos organismos combalidos e depauperados de sangue vem a manifestar-se, por fim, na consumpção physiologica.

Entretanto é-nos sympathica a bandeira levantada pelo popular auctor das *Origens da propriedade*, em defeza das classes operarias que uma organização social absurda e incoherente, legado do militarismo decrepito, prenderá talvez ainda alguns seculos á machina bestialisadora do capital, levantada por uma pequena minoria de Cresos dominantes para explorarem á sombra das leis tres quartas partes da familia humana. A philosophia experimental que parecia collaborar com muitos dos seus principios n'esta nivelção social, apresenta-se actualmente, pelo seu mais auctorizado e legitimo orgão, abertamente hostile a esta corrente democratisadora, com a qual aliás tem na sua historia genesetica mysteriosas affinidades, que os discipulos de S^t Simon conhecem e relembram com verdadeiro pesar.

A critica circumstanciada dos melhores capitulos d'este livro, a gènese philosophica das ideias que aspira a vulgarisar, e a noticia da calorosa polemica levantada a este respeito entre Herbert Spencer, La-veley, Eugène Fournière e outros socialistas contemporaneos, que promettem não largar mão do assumpto, agitando a opinião nos seus pamphletos e revistas scientificas — será o objecto d'outro artigo no proximo numero.

SILVA CORDEIRO.

CAMINHO ERRADO

No monte se debruça, ao rio sobranceiro,
negro, musgoso e grave, o secular mosteiro.

O templo foi mesquita. Ao céu hoje ergue ousado
de flechas mil em cruz um bosque rendilhado.

O sol, — o tecelão d'um velho conto moiro,
ali armara outr'ora as suas telas de oiro,

as sedas de damasco e os tapetes de Ormuz.
Mas, se hoje se despenha a medo da alta cruz,

e rasga o manto ao templo, — a nevoa matutina, —
dá-lhe um ar infeliz d'um bom fidalgo em ruina.

É triste pelo inverno; é triste pelo estio;
ou quando escorre manso e vae beber no rio,

ou quando audaz vigia e tenta entrar na igreja
e por acalental-a em vão, em vão! moireja.

Agora, pelo outomno, o campanario, ás dez,
— dois sinitos ao vento, — acossa-o já de vez.

D'onde mais se demora a desprender-se emfim,
é da hera que nasceu aos pés d'um cherubim,

que, longe, muito longe, entrando no infinito,
as azas desdobrando, — azas de passarito, —

com um braço partido e inteiramente nus
o peito e o braço esquerdo, empunha n'este a cruz.

Por isso de manhã está escura a igreja.
O vento zune fóra, e triste rumoreja,

e monotono e frio as folhas para longe
vae arrastando, vae, como se fósse um monge

passando mysterioso a psalmejar as horas.
Respondem-lhe do prado ovelhas gemedoras.

Reboa um orgão dentro e as freiras bem fanhosas
dobram funebremente as rezas dolorosas,

semelhando o ranger de velhos esqueletos
n'uma dança macabra, ao vento os mantos pretos.

Na igreja larga e escura a lampada mortíça
é como o olhar de alguém vencido na ardua liça

de procurar na treva a luminosa vida;
talvez d'alguma freira a alma arrependida...

Accende o sachristão as velas pelo altar,
que logo vão lambendo, a palmo e palmo, no ar,

tentando em vão morder a atroz melancholia,
que faz da extensa nave enorme tumba fria.

Ha oiro em profusão, pacientes filigranas
e á volta no azulejo historias franciscanas:

— um calvo monge á cruz desesperado reza,
porque detrás Satan lhe mostra uma belleza;

um outro, a dextra erguida, aponta o firmamento
á multidão curiosa; um funebre sahimento

desfila vagaroso e pára junto á porta...
— Que tristeza que tem toda esta vida morta!

Das freiras, — tão roufenha! — escuta-se a toada,
como corvos grasnando em prompta debandada.

Pouca gente na igreja: a um canto uma velhita
murmura fervorosa em frente a Santa Rita;

um velho junto à pia; um grupo de joelhos,
onde também estão uns quatro ou cinco velhos;

duas creanças perto abraçam-se palmeiras;
foge uma e rindo imita o psalmejar das freiras

e d'um Passo os judeus contempla espantadiça.
Chega o provincial que vem dizer a missa.

Sussurra o vento à porta, assim como um mendigo
que pede em melopeia esmola ou um abrigo.

Inda o órgão reboa enchendo toda a nave.
Communga apoz o bispo uma donzella grave,

de olhar curvado e mesto, e as brancas mãos erguidas.
Muito choram os seus! Feitas as despedidas,

de todos abençoada, o choro estrangulando,
o bispo então condul-a — um velho venerando, —

silenciosa e mansa, à porta do convento,
pesada e negra, a qual se estorce n'um lamento

e toda se escancara. Entra emfim a noviça.
Na igreja se apagou a lampada mortíça.

Pelo azulejo, então, parece que Satan
gargalha vencedor, em summa, esta manhã;

acaba o prégador; e segue o sahimento
e embala-o gemebundo o cantochão do vento...

E das freiras ouvindo, emfim, pelo mosteiro,
com o órgão o psalmejar, pensei n'um carpinteiro,

que assobia arrastada e lugubre canção,
cerrando vagaroso as tabuas d'um caixão...

Coimbra, 8 — 12 — 84.

ANGELO FERREIRA.

CRITICAS JURIDICAS

I

Os estudos sociologicos teem tido um notavel desenvolvimento desde que ao antigo criterio subjectivo, em que a mais perfeita metaphysica fazia consistir o seu principal titulo de gloria, substituiram illustres pensadores o racionalissimo processo da analyse das relações dos phenomenos.

São por ora poucos os trabalhos elaborados sob uma completa observação dos préceitos do methodo

experimental, porque a philosophia que o proclama, definitivamente constituída em um já adiantado periodo do seculo, não chegou a tempo de presidir á formação mental de toda a geração que actualmente dirige a actividade intellectual das sociedades; mas a excellencia do methodo positivo está bem provada pelos effeitos incontestavelmente salutaes que se verificam nas soluções dos problemas sociaes a que tem sido applicado, eliminando da consideração scientifica os prejuisos e erros da metaphysica esteril e encaminhando os escriptores para novos meios de investigação.

A geração que actualmente se prepara para desempenhar nas lucubrações da sciencia e na direcção espirital do mundo moderno as funcções da gloriosa pleiade de lutadores que, desapparecendo dia a dia, vão legando ao seculo xix os titulos sufficientes para o designarem na historia da evolução humana como a idade por excellencia scientifica, educada ao alento de novos principios e sob o influxo de doutrinas organicas que lhe permittem uma forte disciplina cerebral, tem de continuar nas manifestações do pensamento o edificio laboriosamente architectado pelos modernos philosophos experimentalistas.

Encarecidas as vantagens do methodo experimental em philosophia e das suas applicações na sciencia social, torna-se indispensavel segui-o em todas as tentativas sociologicas, sob pena de ser completamente perdido para a humanidade o precioso legado que Bacon, Galileu, Descartes, Comte, Littré e outros pensadores construíram nos dominios philosophicos sobre os solidos fundamentos que lhes proporcionou o estudo das sciencias naturaes.

E é principalmente no estudo do direito que se sente a necessidade de pôr termo aos velhos processos de estudo e de construir a verdadeira sciencia juridica, visto que até agora só se tem comprehendido sob aquelle pomposo titulo ensaios mais ou menos submittidos a uma orientação metaphysica, continuamente revelada em soluções absolutas e principalmente na confusão dos principios da sciencia com as disposições que a arte da jurisprudencia patenteia nas legislações dos differentes paizes. — O resultado de um attento exame das relações juridicas e de uma cuidadosa generalisação confundido com as applicações que das leituras dos publicistas vão successivamente fazendo os estadistas e parlamentos, completamente isentos de disciplina philosophica e talhando reformas como se a sociedade fôsse uma pasta moldavel ao arbitrio e exigencias da politica!

Entre nós, o estudo do direito atravessa, como lá por fóra, uma phase de manifesta indisciplina, como pode verificar-se nas tendencias para o radicalismo ou nas disposições conservadoras que ainda preocupam a quasi totalidade dos nossos legistas, aos quaes escapa a concepção genial de Augusto Comte quando, repellindo por equal os principios radicaes e conservadores em que ainda hoje se desdobra a metaphysica politica, proporcionou á moderna

constituição social das nações uma base perduravel e accentuadamente organisadora.

E embora a publicação de novos codigos assinalasse na historia da jurisprudencia nacional uma epocha mais perfeita, com a simplificação das disposições da lei, com a adopção de principios mais racionais e pela inutilisação dos praxistas (os vultos espectraes que antigamente faziam tremer os estudantes de direito), o estudo d'este importantissimo ramo da sociologia carece de uma ampla transformação.

Proclama a sã philosophia a necessidade de attender ás condições mezologicas dos povos na determinação das instituições que lhes deve recommendar a sciencia. Mas a resolução de qualquer problema juridico-cientifico nos limites da nação portugueza é um principio que só admittem alguns espiritos fortes, libertados por um louvavel esforço da metaphysica rotineira e de antiquados prejuizos: a generalidade é uma completa indifferença pelos progressos que lá fóra vae fazendo a luta esforçada dos grandes pensadores, convulsionando os restos de um mundo continuamente esboroado ao contacto dos tempos modernos. E assim é que vultos de primeira grandeza, alguns já apontados á celebridade nas gazetas e na bibliographia nacional, desconhecem as applicações do principio da relatividade dos phenomenos — proposição de tamanha simplicidade que até o philosopho Hamilton a dá como já conhecida de Santo Agostinho e d'outros escriptores dos tempos medievaes.

Trata-se, por exemplo, de estudos de philosophia do direito? Apresenta-se um vistoso conjuncto de idealidades com apparencias de investigações scientificas. Duvidosas especulações analyticas sobre a natureza humana gravitam em torno de engenhosas concepções sobre os pretendidos principios eternos e absolutos de justiça, tão absolutos que soffrem um solemne desmentido da historia e das observações feitas sobre os povos menos civilizados, pouco impressionados pela justiça quando se trata da bem positiva satisfação das necessidades humanas.

A velha logica escolastica, de ha muito bandida das discussões scientificas por um movimento philosophico em que sobresahe o vulto glorioso de Descartes e rejeitada para os dominios da theologia como o melhor modo de argumentação que convém áquella pseudo-sciencia, encontra ainda hoje predilecção na nossa dialectica forense, como se vê nos sophismas, distincções arbitrarías, falsas interpretações da lei e outros meios empregados pela rabulice jurista, quasi totalmente submettida á influencia de um regimen juridico-capitalista.

Debalde se procurarão nos discursos forenses os assignalados progressos da oratoria moderna, tendentes a substituir uma rethorica, tão gasta como vasia de sciencia, em amenas palestras scientificas, como nas conferencias do professor José Julio, ou na subordinação das demonstrações a uma perfeita orientação philosophica, como nos discursos do dr. Antonio Candido. Pelo contrario, encontra decididos secta-

rios na maioria dos nossos legistas o emprego da dialectica palavrosa, em que a metaphora banal, a phrase bonita e sonora, a imagem e a adjectivação desusada sobrepujam o colorido da ideia, tão precaria nas nossas labutações scientificas, que muito seria para reccar a ausencia da bagagem intellectual que a cada passo nos exportam os mercados litterarios do estrangeiro na sua incansavel fecundidade.

Isto não é a critica do ensino official da jurisprudencia. Os preceitos da verdadeira critica inibem-me de pedir o ensino experimental a uma corporação educada, na sua maioria, com doutrinas diversas das que hoje predominam, como em França se não reclamará do professorado das escolas de direito, ainda imbuido em grande parte das ideias de Kant, Krause, Ahrens, Darimon, Tiberghien, Cousin e Jouffroy, uma applicação aos estudos juridicos de principios que só mais tarde deviam ser acceitos pelos que se dedicam a continuar, na evolução do pensamento, os esforços accumulados de todos os experimentalistas.

Simplemente pugnamos por uma substituição dos meios d'estudo actualmente em voga na jurisprudencia e pela utilisación, n'este ramo da sciencia social, do methodo que tão proficuos resultados tem produzido.

Continuaremos.

MOTTA GOMES.

Ultima carta

Ó pomba que eu affago,
teu olhar é um doce lago
— veneno do mais forte...
E eu bebo-o só d'um trago,
vê como adoro a morte!

Meu peito assim deserto
d'amor, tudo acha triste.
Se o tumulto é tão perto...
— é vel-o a descoberto
no que em minh'alma existe.

Nem posso já sonhar...
— que a dôr que me rodeia
é assim como o luar...
lançando uma cadeia
aos vagalhões do mar...

O coração — após
meu ideal desfeito,
anda indifferente... E, a sós,
nem já te escuta a voz,
nem sonha o roseo leito...

Que abysmo tão medonho
de mim ao céu ideal!
— Pois que ha de mais risonho
do que a harmonia, o sonho
e o leito nupcial?!...

ANTONIO FOGAÇA.

O CHRISTIANISMO NÃO ABOLIU A ESCRAVIDÃO



(CONCLUSÃO)

D'esta passagem se deduz legitimamente que, no pensar de Santo Agostinho a escravidão, injusta segundo a ordem natural das cousas, se tornára justa como consequencia do peccado, não sendo destruida por Christo, apesar de elle vir a este mundo para destruir o peccado. E na verdade, o peccado e suas consequencias ficaram no mundo ainda depois de Christo.

Além d'isso, para Santo Agostinho, a escravidão não é um facto transitorio, mas uma instituição permanente que só com o mundo deve acabar: com effeito, elle diz que a escravidão só findará no dia em que a iniquidade passar, e o dominio humano for aniquilado, coisas que só terão logar «no dia em que Deus estiver todo em nós,» isto é, na vida futura.

Veja o leitor como as ideias theologicas serviram a este grande espirito para defender a escravidão. De certo que ninguem hoje se convenceria com taes argumentos, soberanamente ridiculos e infundados; mas note-se que Aristoteles e Santo Agostinho, pela auctoridade de que gozaram depois na idade média, apresentando argumentos em favor da escravidão, retardaram, como diz Paulo Janet, o progresso das ideias sobre esta questão, durante dez ou doze seculos. D'este *beneficio*, porém, não fallam os escriptores catholicos.

Passemos agora ao maior doutor da Igreja, a S. Thomaz d'Aquino, cuja philosophia auctoritaria e retrograda é invocada hoje como um remedio contra os *erros* da civilização moderna. Aqui vamos novamente encontrar a defeza da escravidão.

Paulo Janet, n'uma das suas melhores obras ¹, mostra claramente que S. Thomaz não podia combater a escravidão: o meio em que viveu; o espirito escolastico, de que foi o mais genuino representante, oppunham-se a isso irresistivelmente.

Com effeito, as duas maiores auctoridades da idade média, Aristoteles e Santo Agostinho, defendiam abertamente a escravidão. Para a combater seria necessario ou renegar a doutrina dos dois mestres ou sophismal-a: este ultimo alvitre era impossivel attenta a clareza e a precisão com que elles se exprimiram em assumpto tão importante; o primeiro era tambem inexequivel, visto que a escolastica, se algumas vezes caminha sem a auctoridade, nunca vae contra ella.

Por outro lado, a escravidão, se bem que transformada na servidão da gleba, era ainda uma insti-

tuição da sociedade civil; combatel-a, seria atacar esta ultima, o que a Igreja nunca faz, a não ser que d'ahi lhe provenham interesses reaes.

E na verdade S. Thomaz não combate a escravidão. No seu Commentario a Aristoteles segue elle quasi *pari passu* as doutrinas do philosopho peripatetico, não só sem nenhuma critica, mas até sem nenhuma reserva: todavia, quando encontra alguma allusão ao polytheismo, tem o cuidado de notar que é a titulo de commentador que reproduz a doutrina do mestre. Mas, chegando á materia da escravidão, expõe o pensar de Aristoteles, sem indicar de modo algum que não concorda com elle.

Entretanto, como diz Paulo Janet, cuja exposição temos seguido, muito embora não concordemos com algumas das conclusões a que elle chega, um commentario não pôde ser invocado como a expressão genuina do pensamento do auctor. Recorramos por isso a outras fontes.

Na Summa Theologica ², discute S. Thomaz se o direito natural é a mesma cousa que o direito das gentes. Em prol d'esta opinião apresentava-se o seguinte epicherema: «a escravidão entre os homens é natural: pois alguns são naturalmente escravos, diz o philosopho. Mas a escravidão é de direito das gentes. Logo o direito natural é a mesma cousa que o direito das gentes.»

S. Thomaz responde: «absolutamente fallando, não ha razão natural para que um seja antes escravo do que outro: mas isto pode ter como razão a utilidade que d'ahi resulta; por exemplo, pode ser util ao mais fraco o ser ajudado e governado pelo mais sabio.»

Quer-se uma outra prova? S. Thomaz discute se no estado de innocencia os homens seriam perfeitamente eguaes, e responde negativamente dizendo que haveria entre elles as desigualdades de sexo, de idade, de sciencia, de belleza, etc. Só não haveria as desigualdades que provêm do peccado. E quaes são ellas? Unica e exclusivamente as que separam o senhor do escravo.

Deixemos agora S. Thomaz, e passemos a tempos mais proximos de nós: vamos encontrar-nos com Bossuet, o servil adulator dos reis ³, o defensor do poder absoluto, o sabio theologo, a que alguém chamou o ultimo dos padres da Igreja.

Vergonha é dizel-o, mas ainda aqui se encontra não só a defeza mas até a apologia da escravidão! Bossuet ousa chamar-lhe um estado «juste et raisonnable,» dizendo que elle tem a sua origem nas leis d'uma justa guerra, em que o vencedor pode matar o vencido, ou conservar-lhe a vida, conforme ao seu arbitrio aprouver ³.

De modo que no seculo xvii ensinava um padre

¹ 2, 2, quest. LVII, a. 3.

² «Ó Rois! vous êtes Dieux!» diz elle na sua Politique tirée de l'Écriture.

³ Ibid.

¹ Histoire de la science politique dans ses rapports avec la morale, par P. Janet, 2^{me} édition, pag. 411, tom. 1.

tão eminente esta doutrina absurda, quando já no seculo xvi Bodin, precedendo Montesquieu, Kant e Rousseau, a combatia d'um modo notabilissimo!

III

Finalmente, a maior prova que podemos adduzir para mostrar que o christianismo não aboliu a escravidão, é que ella se acha consignada no direito canonico, em condições tão barbaras como revoltantes.

E na verdade: os filhos dos padres ficavam sendo escravos da Igreja. *Ex ministris ecclesiae geniti in servitute devocentur*, diz o decreto de Graciano ¹. E qual era a razão justificativa d'esta monstruosidade? Era para castigar o culpado no innocente, o pae no filho, no intuito de conter pelo exemplo os que fossem tentados a faltar n'este ponto á disciplina ecclesiastica.

Os paes tambem eram castigados; mas, ao passo que os filhos são condemnados a uma escravidão perpetua (*in servitute perenni manebit*) o pae soffre apenas a censura canonica. As concubinas dos padres devem tambem ser reduzidas á escravidão pelo bispo, a quem incumbe a obrigação de as vender em proveito da Igreja ².

Mas o absurdo é sobremaneira revoltante, quando se condemna á escravidão o desgraçado que fôr engeitado: *Si infans expositus tollatur, servus educandis efficitur* ³!

Não se diga pois que a Igreja aboliu a escravidão, nem venham os corypheus do catholicismo mostrar aos espiritos independentes que são elles, e não Voltaire, os sectarios da famosa regra: *Mentez! Mentez toujours!*

EDUARDO PIRES DE LIMA.

CONSIDERAÇÕES Á CERCA DA CLASSIFICAÇÃO GEOLOGICA

Assim como a zoographia e a phytographia teem por objecto a descripção e distincção dos animaes e vegetaes, a geologia stratigraphica occupa-se da descripção e distincção dos stratos, constituídos pelas massas mineraes, — elementos da crusta terrestre.

Para realizar essa descripção e distincção é impreterivel distribuill-os em grupos successivos, em harmonia com os preceitos taxonomicos, porque sem isso este ramo da geologia não constituiria mais do que um acervo de factos desconnexos, sem verdadeiro caracter scientifico. A synthese d'este trabalho

coordenador é a organização d'uma escala convencional, á qual se possam referir os numerosos depositos de caracter local.

Vamos estudar resumidamente alguns dos principios que servem de fundamento á constituição d'esta escala, e a nomenclatura systematica respectiva, demorando um pouco mais a attenção n'esta ultima, não só pela circumstancia do grande interesse, que merece actualmente aos geologos de todos os paizes, mas tambem porque para a resolução do problema da sua unificação teem contribuido effizamente os trabalhos dos geologos portuguezes.

I

O numero das formas animaes e vegetaes vae augmentando tanto mais, quanto mais recentes são os respectivos depositos, demonstrando a paleontologia que os organismos teem seguido uma sensivel marcha ascendente regular, apparecendo, em geral, as suas formas mais elevadas como desenvolvimento das formas inferiores, de modo que, — observa Zabrowski, — não vemos entrar em scena um grupo de organização superior antes d'um qualquer dos grupos inferiores. Attenta a harmonia existente entre o mundo organico e as circumstancias mesologicas, funda-se n'aquelle facto a divisão da historia do globo em periodos, caracterisados pelo apparecimento de typos mais diferenciados do que os precedentes, pelo predominio de ordens e familias, que, incipientes anteriormente, adquiriram o maximo desenvolvimento, e, finalmente, pela decadencia ou pelo desaparecimento de formas, que já tinham sido caracteristicas.

O criterio, que fornecem os seres terrestres, sujeitos a mais vicissitudes do que os marinos, é d'uma applicação menos geral e segura, por causa da sua *impressionabilidade*, que os torna aptos a traduzir phenomenos, cuja significação pode ser exclusivamente local. Por conseguinte, para obter divisões homogeneas, convém, em geral, basear-as, tanto quanto possivel, na comparação dos animaes do mar alto. Não se pode todavia contestar que é muito instructivo o estudo das floras e faunas continentaes, e que os mamiferos teem sido empregados com vantagem para caracterisar as subdivisões dos terrenos terctarios.

As variações paleontologicas foram-se realizando não só d'um modo progressivo, mas, para assim dizer, insensivelmente, sendo convencionaes os limites que assignamos aos differentes grupos de camadas que ellas caracterisam. Se todos os agrupamentos stratigraphicos, desde os mais antigos até aos mais recentes, se encontrassem sobrepostos pela ordem de formação n'um determinado logar (o que em parte alguma se tem verificado), não seria possivel traçar linhas divisorias nitidas n'esta massa de camadas.

Além d'isso estas variações não se teem effectuado ao mesmo tempo em todas as regiões do

¹ C. xv, q. 8, c. 3.

² Ibid. dist. LXXXII, c. 30.

³ Ibid. dist. LXXXVIII, c. 9.

globo, realisando-se muitas vezes o desenvolvimento dos habitantes d'uma dada região independentemente do que succedia nas demais, e podendo a evolução dos organismos ter sido levada muito longe n'um ponto, ficando sobremaneira atrazada em outros, — á semelhança do que succede com a evolução intellectual do grupo humano, o qual atravessa a idade lithica na Australia, ao mesmo tempo que ascende na Europa a um elevado grau de progresso e civilisação.

Por consequencia, a despeito da identidade ou grande semelhança dos caractéres paleontologicos, dois grupos stratigraphicos podem não ser synchronicos, no verdadeiro sentido do termo, mas simplesmente *homologos* ou *equivalentes*.

Julgou-se a principio ameaçada de confusão a geologia stratigraphica pelo facto averiguado de que — terrenos com caractéres semelhantes ou identicos não são necessariamente contemporaneos.

Esta confusão era apparente, por quanto se reconheceu que, d'um modo geral, tem sido identica por toda a parte a marcha do desenvolvimento da terra. D'esta circumstancia provém poder-se dizer que dois grupos stratigraphicos equivalentes representam o mesmo marco miliario na historia da evolução terrestre, e tem por conseguinte a mesma *idade relativa*. Para nos certificarmos da contemporaneidade *absoluta* de duas camadas, seria preciso seguil-as, para assim dizer, passo a passo, e reconhecer que pertenciam ao mesmo deposito; da mesma forma que, para se afirmar que uma camada é mais recente do que outra, seria necessario seguil-as até ao ponto, onde a sobreposição é manifesta. Este processo, applicavel a pequenas distancias e em casos muito restrictos, quando não é completamente inexequivel, apresenta difficuldades muito consideraveis.

Nem sempre se pode reccorrer aos caractéres paleontologicos, em geral decisivos para fixar a posição d'um grupo de camadas na serie stratigraphica. Existem complexos de camadas, que podem ser muito possantes, durante a constituição das quaes a vida não existia, ou apenas desempenhava um papel insignificante. Aqui falta, ou é muito duvidoso o character paleontologico, mas as relações de jazigos juntas aos caractéres petrographicos, permitem caracterisal-os com bastante exactidão. Em circumstancias analogas se encontram numerosos complexos de camadas, que não eram adequadas para conservar os restos organicos, ou se tinham formado em condições incompativeis com a vida. N'este caso recorre-se ás relações de stratificação, sendo a situação das camadas, desprovidas de fosseis, dada pelas relações, em que se acham com as camadas fossilíferas contiguas. Este modo de interpretar a idade relativa dos depositos é ainda baseado no facto de que a successão dos phenomenos, representados pelos caractéres dos terrenos, tem sido effectuada por uma ordem regular.

(Continúa)

R. DE GUSMÃO JUNIOR.

CANÇÃO DA HYSTERICA



De volupia, de beijos, de champanhe
enche a bôcca depressa, ó meu amado,
para que ella, depois, já não estranhe
os meus desejos filhos do peccado...
De volupia, de beijos, de champanhe
enche a bôcca depressa, ó meu amado.

Quero ver os teus labios sempre cheios
das loucuras d'amor que me concedes
e adormecer-me aos languidos meneios
do teu corpo suave, como as redes.
Quero ver os teus labios sempre cheios
das loucuras d'amor que me concedes.

Antes que o tédio e o desamor te ganhe,
faz no meu leito esplendidas orgias...
desejo, meu amor, que me acompanhe
teu corpo sensual, em noites frias.
Antes que o tédio e o desamor te ganhe
faz no meu leito esplendidas orgias.

Anda beber na curva de meus seios
os licores que tu ambicionaste,
has de sentir as coisas e os anceios
e os prazeres que nunca imaginaste...
Anda beber na curva de meus seios
os licores que tu ambicionaste.

Anda beber na curva de meus seios
antes que o tédio e o desamor te ganhe;
quero ver os teus labios sempre cheios
de volupia, de beijos, de champanhe...
Anda beber na curva de meus seios
antes que o tédio e o desamor te ganhe.

Coimbra, 1886.

FRANCISCO BASTOS.



ECHOS DA PORTA FERREA



Não ha subterfugio algum de que os chronistas se não tenham servido para principiar as suas chronicas. A um esperam-no longas tiras de papel muito brancas, e não sabe o que ha de fazer; passeia pelo quarto, fuma, pega na penna, e não lhe ocorre uma ideia, uma só, por mais pequena e mais insignificante que seja. Se essa ideia lhe occorresse, seria o melhor chronista do mundo. Pinta-se então vasio, ôco, sem ideias. Faz comparações burlescas e acha espantoso que a sua cabeça tenha exactamente a configuração e o som d'uma cabaça, quando quem o lê acha isso a cousa mais natural d'este mundo. A outro occorrem-lhe ideias magnificas, esplendidas, mas não pode escrever, tem os membros entorpecidos pelo frio. E falla do inverno. O inverno não devia existir, escreve elle, porque o frio é a mortalha dos cadaveres, o beijo da morte. Queria viver

n'um paiz tropical, cheio de sol, muito quente, onde nunca fizesse frio, se possível fôsse em cima d'um vulcão. Toda a gente, porém, acha que elle precisava unicamente de banhos de chuva. D'um sabemos nós que affirmava não haver cousa melhor do que não ter assumpto. Não ter assumpto é ter todos os assumptos, escrevia elle com uma subtiliza de metaphysico. *Ó le petit chroniqueur!*

Entretanto isto não obstou a que dias depois pozesse de parte os largos vôos de phantasia que promettera, para nos servir meia duzia de commentarios banaes, pretenciosos e ridiculos a um facto em que nunca devia ter fallado, não diremos já por vergonha da causa que defende, mas, ao menos, por commiseração de miserias intimas.

E já que fallamos n'isto permittam-nos algumas observações improprias, talvez, d'este logar.

Aborrecemos e desprezamos os hypocritas, os que lamentam represalias que nunca existiram, os que chamam á justiça vingança e os que pedem paz em nome de fraternidades que não respeitam, para melhor nos ferirem sorrateiramente com a calumnia e com o insulto. Se nos querem combater, se querem a luta, appareçam na luz, não se escondam nas sombras, não declinem as responsabilidades, nem nos atirem pedras. Temos confiança em nós, não nos intimidam ameaças, nem nos desencorajam motejos. A causa que defendemos é sympathica, seguiremos o nosso programma e toda a gente ha de fazer justiça á nossa sinceridade.

Que o chronista muito embora insinue que fazemos *politica!* Ha vozes que não chegam ao céu.

Mas deixemos isto.

*

Não ha cousa mais atrás nem mais insipida que o entrudo em Coimbra.

Toda esta rapaziada que nos alegra, que nos enche de entusiasmo e de vida, foi-se a gozar esses adoraveis dias de loucura em que é permittido a tanta gente moça roçar as mãos cheias de pó pela epiderme fina e pelos cabellos lustrosos das mulheres que amam. Por isso o carnaval em Coimbra passou quasi despercebido.

Em compensação, o velho padre eterno, pelos modos grande amigo das tradições, esguichou-nos lá do alto, desapiedadamente, com a sua enorme seringa. O hom do velho parece que não jogava o entrudo ha muito tempo e quiz mostrar ao Junqueiro que ainda sabia dar a sua seringadela a proposito.

*

Os dias que passaram não offereceram um só acontecimento importante. Com tudo uma cousa tem impressionado esta gente pacata; é o boato que circula do breve apparecimento de um folheto intitulado — *Folheto chronico*. Esta obra terá por subtítulo: —

De como, onde e por onde se prova que a academia de Coimbra se deve fazer representar no afortunado casamento de S. A. o augusto principe D. Carlos.

A obra será escripta em prosa amena e insexual, e por isso muito digna de rapazes moralizados e familias honestas; emfim um trabalho perfeitamente no genero e na indole de varias outras composições do mesmo auctor.

Correm já por aqui alguns dos principaes argumentos de que o auctor se servirá para demonstrar esta arrojada proposição. Citaremos dois.

O primeiro é formulado assim: «que o principe se vae casar, e como, se a academia não mandar representantes, não é representada, segue-se que deve mandar representantes para ser representada e haver representação.»

O segundo é d'este modo: «que como o principe é loiro e loiros são muitos academicos, chegando mesmo alguns (oh summa felicidade!) a serem parecidos com o dito principe, é evidente que deve haver representação, porque a academia, honrando o principe, honra-se a si mesma na pessoa dos seus membros loiros e semelhantes.»

Do titulo do livro diz-se que dá o auctor a seguinte razão: «Que, como elle (auctor) é chronista, o livro é feito de chronicas, e tem além d'isso a apparencia de folheto, segue-se que, com muita razão, será intitulado *Folheto chronico*.»

FRANCO PAULO.

EXPEDIENTE

Ao «CORREIO DA MANHÃ»

Este nosso illustrado collega, referindo-se á *Academia de Coimbra* em termos muito lisongeiros, e que nos penhoraram immenso, suppôz que as *Balladas em prosa* eram do mesmo auctor dos *Poemetos em prosa*, que foram publicados na *Folha Academica*, quando o seu auctor é o sr. Angelo Ferreira, quartanista de direito e nosso companheiro nos trabalhos da redacção.

Aquelles dos nossos collegas na imprensa que nos honraram com a troca, agradecemos essa fineza, bem como as palavras amaveis que nos dirigiram.

O jornal publicar-se-ha semanalmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

Coimbra, serie de 12 numeros (paga adiantada) 400 rs.
 Para a provincia (paga adiantada)..... 450 »
 Numero avulso..... 40 »

Redacção e administração, rua dos Militares, 29, Coimbra.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, letras e factos

N.º 3

Coimbra, 18 de março de 1886

Anno I

SUMMARIO

- Aos estudantes de direito* — Eduardo Pires de Lima.
O bonnet (monologo) — Sanches da Gama.
Liberdade, egualdade e fraternidade — Motta Gomes.
Flor da Hespanha — Antonio Fogaga.
Criticas e affirmações — João de Cairas.
Evocação — Francisco Bastos.
Echos da Porta Ferrea — João Demonio.

AOS ESTUDANTES DE DIREITO



Quando em 1859 o sr. Antonio Luiz de Seabra concluiu o seu Projecto do Codigo Civil, os estudantes de direito enviaram a esse grande juriconsulto, que é hoje uma gloria nacional, a seguinte mensagem de felicitação, redigida pelo então alumno da faculdade juridica o sr. Miguel Moreira da Fonseca:

Ex.^{mo} sr. — A franqueza e lealdade, são o apagnio mais nobre da intelligencia.

Nem com o caracter da juventude se compadece a ignobil adulação, que ordinariamente tem por fundamento o vil egoismo, tão torpe em sua origem, quanto brutal em suas consequencias.

Pode, pois, v. ex.^a crer, que a mocidade applicada á sciencia juridica exprime a verdade, confessando que vem render sincero preito a v. ex.^a, congratulando-se de manifestar seus sentimentos d'acrisolado respeito, a que tem direito incontestavel um merecimento assás provado.

As producções variadas do primeiro juriconsulto do reino, que o genio assignalou com o cunho da immortalidade, eis o alicerce em que se apoia o conceito elevado que por justos titulos v. ex.^a merece.

Para quem tem o prazer, tão delicioso, como inaufervel, que a consciencia do merito sabe dar; para quem até estrangeira potencia liberalisou provas de subida consideração; nossas homenagens são por ventura bem mesquinha offerta.

Mas deixe ao menos v. ex.^a, que os mancebos dedicados á ardua sciencia, destinada a reger a humanidade na coexistencia social, deem livre expansão ao sentimento de sincera affeição, que com orgulho nutrem para com quem a Patria querida quiz engrandecer, honrando-a com a primeira e indispensavel condição de nacional prosperidade — uma sabia legislação.

Em nós por tanto o amor da sciencia e o Patriotismo á porfia nos compellem a expressar a v. ex.^a que, — embora seus preciosos trabalhos não sejam coroados com o devido galardão, que ao merecimento roubam muitas vezes vis paixões; nada em nós poderá entibiar a gratidão e acatamento para com aquelle que na honrosa estrada das letras tão bem mereceu da Patria.

A esta mensagem deu o sr. Antonio Luiz de Seabra a seguinte resposta:

Meus senhores. — Estas demonstrações de benevolencia tão espontaneas e tão francas penhoram-me infinitamente, e são o melhor galardão das minhas fadigas e a que eu poderia aspirar.

Meus senhores. A geração que expira e a que eu pertenço, tem sem duvida bem merecido da Patria pelos esforços que tem feito por consolidar a sua liberdade politica affrontando o exilio, o cadafalso, a morte e vertendo seu sangue nos campos da batalha: mas esta geração ainda não tinha feito cousa alguma pela liberdade civil, que é a melhor garantia da prosperidade publica; e digo da liberdade civil, porque aonde a lei é incerta, confusa ou não existe,

não ha senão arbitrariedade e arbitrariedade é a negação de toda a liberdade. Coube-me a mim a sorte de ser encarregado d'este importante legado. O meu trabalho está concluido como sabeis, porém não passa de lettra morta por em quanto, e d'um livro de doutrina. A vós compete animal-o e dar-lhe vida, formar uma opinião que seja capaz de quebrar as resistencias que nunca faltam a uma empreza de semelhante natureza: é indispensavel arredar a indolencia e apathia dos que não podem esquecer o que aprenderam e nada querem saber de novo: vencer as opposições, os interesses criados á sombra do abuso, talvez tambem recalcar a má vontade de mesquinhas opposições pessoases.

Quando a nação na sua grande maioria reclamar o codigo, estae certos de que ha de ser lei, e no entanto nunca será perdido para a doutrina.

Espero em vista das boas disposições que acabaes de revelar-me, que effectivamente assim ha de succeder.

Da minha parte está ajudar os vossos esforços, esmerando-me continuamente em melhorar esse trabalho de que tanto depende a prosperidade publica.

E concluo estas poucas palavras, rogando-vos manifesteis aos vossos condiscipulos e amigos, que estas provas de benevolencia da parte da mocidade academica jámais se apagarão no meu coração e na minha memoria.

Não podia vir mais de molde a recordação de factos que, como este, tanto ennobrecem a Academia.

Hoje que nós pugnamos denodadamente para que ella se levante do marasmo e da indifferença em que vive ha alguns annos, é de toda a conveniencia tornar bem lembrados estes precedentes, mostrar como procediam as gerações academicas a que nós succedemos, e o interesse que lhes inspirava tudo quanto podia concorrer para a grande obra do progredimento nacional.

O maior jurisconsulto do paiz, recebendo a mensagem dos estudantes de direito, declara, *infinitamente penhorado, que demonstrações como essas, constituíam o melhor galardão das suas fadigas, o melhor galardão a que elle poderia aspirar.*

Referindo-se depois ás difficuldades que entorpeciam a completa effectivação da sua obra, diz elle que é á Academia de Coimbra que compete *animal-a, dar-lhe vida, e formar uma opinião que seja capaz*

de quebrar as resistencias que nunca faltam a uma empreza de semelhante natureza. E notando que é indispensavel arredar a indolencia e apathia dos que não podem esquecer o que aprenderam e nada querem saber de novo: vencer as opposições, os interesses criados á sombra do abuso, talvez tambem recalcar a má vontade de mesquinhas opposições pessoases, diz que espera, em vista das boas disposições da Academia, que assim ha de succeder.

Estas palavras dirigidas á nossa classe por uma auctoridade incontestavel e insuspeita, devem dar-nos a medida exacta do que nós podemos e temos obrigação de fazer. Mas não devem ficar lettra morta os ensinamentos do passado: não basta orgulharmo-nos com o que fez a Academia de outro tempo; é necessario fazer igual, senão melhor, sob pena de nos assemelharmos áquelles que, jactando-se das acções de seus maiores, as não imitam, não vendo que taes acções são a condemnação mais eloquente do seu proceder.

Uma bella occasião se nos apresenta agora para mostrar ao paiz que não desmerecemos da Academia de 1859. Trata-se de reformar o Codigo Commercial, reforma necessaria, indispensavel e que ha mais tempo deveria ser levada a cabo.

Estudemos pela nossa parte essa importante e difficillima questão. Nomeiem para isso os diversos cursos de direito uma commissão encarregada de acompanhar os trabalhos que n'este sentido se estão fazendo, e hão de fazer; commissão que, publicando os seus estudos, procure pela sua parte concorrer tambem para que o novo codigo do commercio saia uma obra perfeita, tanto ao menos, como o podem ser os trabalhos d'este genero.

Vae n'isso envolvido o nosso interesse, visto que a nós mais que a ninguem importa a perfeição d'essa lei, porque havemos de ser amanhã os magistrados que a teem de applicar, e os advogados que d'ella se hão de servir.

Nem se diga que é inexequivel ou immodesta a proposta que aqui fazemos. Já dizia Lopes de Mendonça, que na grande obra da sciencia tambem os pequenos operarios teem acceitação.

EDUARDO PIRES DE LIMA.



O BONNET

(MONOLOGO)



Detesto o bonnet de seda;
vossencias sabem porque é
que eu em vendo o tal bonnet
grito logo: fóra... arreda?!...

I

Quando eu era pequenito
o meu mestre de latim
usava um bonnet assim...
um bonnet muito exquisito.
Se lhe dava *estenderete*
em logar de lição boa
tirava logo o barrete,
limpava a calva lustrosa
e pespegava uma tósa
na minha humilde pessoa!...

II

Sei d'um typo malreado,
quando ás vezes se embebeda,
que põe o bonnet de seda
com a pala assim... ao lado.
Como é bruto e muito mau
quando apanha essas *tachadas*
corre tudo em casa a pau,
mulher, filhos e creadas...

III

Um sapateiro, uma besta,
que usava sempre bonnet
e que tocava zabumba,
viu-me a namorar-lhe a filha...
puchou o bonnet pr'a testa
e pegou do tirapé...
e depois zumba... catumba...
deu-me pr'a baixo, o pandilha,
como ao zabumba na festa...

IV

N'um dia de temporal
encontrei um figurão
com o bonnet infernal
cá da minha embirração.
Uma lufada de vento,
um furacão, ou quer que é,
arrancou-lhe, n'um momento,
da cabeça o tal bonnet...
Para ver se o apanhava
deita o homem á carreira
tão veloz, de tal maneira,
que não corria... voava.

Ligeiro como um cavallo
passa por mim de raspão
e pisou-me o melhor callo
que eu tinha na collecção...

V

Um poeta meu amigo
dramaturgo e coisas mais...
possue um bonnet dos taes.
Quando me lê um artigo
com o bonnet na cabeça
é massada que começa...
e não acaba jámais!...

VI

Outro dia n'um café
tive questão acirrada
c'um faquista, um farrabraz
que tambem usa bonnet...
puchou o bonnet atraz,
abriu a navalha... e zás
atirou-me uma facada...
livrei-a n'um pontapé,
por pouco me não matou...
mas bom sóco lhe custou,
por um triz que o não racho...
enfiei-lhe o tal bonnet
pelas orelhas abaixo!...

VII

Minha sogra, de repente,
teve um ataque, outro dia,
logo *sentimentalmente*
pensei que a velha morria.
Foi chamado a toda a pressa
um doutor da visinhança,
typo que não é creança
e que tem poucos cabellos;
porque o talento lhe abraza
a desnudada cabeça...
Veio como estava em casa
de bonnet... e de chinelos.
Com elevada mestria,
muito desembaraçado,
pespegou-lhe uma sangria
fez uma receitasita...
e livrou-a, o desalmado,
de uma morte tão bonita!...

Penso que sem dizer mais
do que deixo agora dito,
fica bem justificado
este rancor invet'rado,
este meu odio infinito
ao contar as occorrenças
d'estes bonnets infernaes...
E senão vejã... até
se não fósse o tal bonnet,
não maçaria a vossencias!...

SANCHES DA GAMA.

LIBERDADE, EGUALDADE E FRATERNIDADE

A formula que synthetisa as mais avançadas doutrinas ainda constituidas pela metaphysica politica, allia á liberdade e á egualdade o principio notavelmente sympathico da fraternidade social.

A liberdade tem sido por muito tempo a mais accentuada aspiração dos povos, fortemente influenciados pelo movimento revolucionario vindo em inevitavel reacção aos erros que a fatalidade historica de muitos seculos tinha produzido. Ainda hoje a maioria dos publicistas afere pelo criterio liberal a conveniencia das instituições politicas; e não raro vemos condemnado qualquer systema com profundas raizes na organização social pelo simples facto de se não adaptar perfeitamente aos principios do liberalismo.

A egualdade é a preocupação culminante de muitos espiritos lyricos, desagradavelmente impressionados pelas desgraças a que anda sujeita a existencia humana.

Da alliança incontestavelmente subjectiva de principios tão poderosamente seductores, sómente a fraternidade deixou de soffrer a rigorosa transformação que o movimento experimentalista anda operando nas manifestações do pensamento. A disciplina philosophica vae igualmente penetrando os exaggeros do radicalismo socialista e da ideologia politica; e uma attenta observação sociologica torna irremediavelmente condemnados os principios socialmente antinomicos da liberdade e da egualdade.

O pleno desenvolvimento da liberdade individual gerou um regimen economico caracterisado pela actividade febril da producção e pela accumulção assustadora da riqueza, que, prejudicando completamente todas as tentativas de uma mais justa distribuição, é a mais formal negativa da egualdade social. Por isso as escólas socialistas representam a reacção legitima contra o individualismo brutal que concentra a riqueza nas mãos dos abastados, deixando em extraordinaria miseria essas gerações de operarios que para ahí exploram laboriosamente a terra, para tirar d'ella os meios de que se ha de alimentar a humanidade, e caminhando em uma marcha forçada através a historia no mais innocente desconhecimiento das suas funcções sociaes.

O systema individualista tem o gravissimo inconveniente de fortalecer o egoismo, tornando-se um obstaculo formidavel á realização do principio da fraternidade.

O progresso da philosophia frizou a insufficiencia da liberdade como base da organização politica das sociedades; e denunciando ao mundo moderno pela penna auctorisadissima de Comte o character essencialmente negativo d'aquelle principio, substituiu a antiga comprehensão metaphysica pela noção satisfactoriamente positiva da subordinação do individuo ás leis naturaes.

Um perfeito conhecimento da desigualdade das condições humanas inutilizou para sempre perante a sciencia positiva a doutrina attrahente, mas irrealsavel, da egualdade social, que, tendo poderosamente contribuido para a civilização moderna pelos relevantes serviços que prestou na destruição do velho mundo catholico-feudal, é hoje um obstaculo para a mesma civilização, que, para o seu pleno desenvolvimento, tem de determinar outras desigualdades, embora bem diversas das que alimentava o antigo regimen. Nada mais desigual do que o talento e a virtude, que, no entanto, são condições indispensaveis do progredimento humano.

A doutrina da egualdade fica assim reduzida a um sonho de espiritos ingenuos, phantasiado sob um perfeito desconhecimiento da organização social; é uma concepção exclusivamente subjectiva, elaborada, em momentos de fertilidade imaginativa, por cerebros extraordinariamente indisciplinados.

Ao contrario do que succede com a doutrina da egualdade, a fraternidade humana robustece-se e avigora-se ao contacto vivificador dos modernos principios: unindo um meio social a outro e modificando pelo altruismo a desigualdade das condições humanas, vae congregando os povos na realização pacifica e harmonica da lei do progresso.

No seculo xix, a fraternidade é Hugo, Michelet, Quinet, Proudhon e tantos outros propugnadores da verdade, da justiça e do bem.

E' Michelet adoecendo ao estudar a vida miseravel dos servos da idade média; intercedendo com Edgar-Quinet junto do rei da Prussia pelos revolucionarios condemnados em 1847; e desfaldando a bandeira da união entre a França e a Allemanha quando os orgulhosos prejuisos da nacionalidade determinavam uma nação cheia de glorias a uma impensada declaração de guerra.

E' Proudhon pugnando por uma reconstituição social baseada no trabalho commum e no aperfeiçoamento continuo.

E' Hugo commovido quando, ao voltar do exilio, via de novo os soldados da nacionalidade franceza; celebrando em estrophes immortaes os mais nobres sentimentos; e libertando da morte algumas victimas da fatalidade social.

A fraternidade é o supremo ideal das consciencias honestas: é a bandeira que deve guiar a humanidade, ávida de luz, no imperioso descobrimento das leis naturaes, para constituir a sciencia, e na esforçada conquista das subsistencias, para alimentar a vida.

Protestem muito embora Herbert Spencer e os philosophos individualistas: a acção individual deve ser subordinada á acção social.

A civilização encarrega-se de eliminar gradualmente os ferozes desejos egoistas, fazendo prevalecer os sentimentos altruistas.

Desejando substituir ao catholicismo moribundo um culto abstracto, mas representativo das mais bel-

las aspirações collectivas, Comte funda a religião da humanidade — a melhor expressão da fraternidade humana. Sob a divisa brilhante, mas chimerica, da *Republica Occidental*, inscrevia o distincto pensador a formula que servirá de luzeiro no futuro desenvolvimento da humanidade: *Ordre et Progrès. Vivre pour autrui.*

Eis o principio que a escola positiva oppõe ao lemma metaphysico-revolucionario da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade.*

MOTTA GOMES.

Flor da Hespanha

Ó bailadeira formosa,
errante de praça em praça,
de linhas feitas de rosa
e gestos feitos de graça;

salero!
no toque da pandeireta.
Canta na tua desgraça,
chora no teu desespero,
que a turba brada facêta:
salero!

O que lhe importam, Pepita,
as tuas maguas secretas;
se o coração as agita...
os olhos das violetas
que chorem.
Invejar-te-hão com raiva
as tranças nédias e pretas...
Mas que essas maguas deplem
já não ha peitos que eu saiba,
que chorem.

Pelo azul da aspiração...
quantos raios desprendidos!
Deixas os sonhos partidos
a quem traz o coração
de luto.
Ó minha pallida filha,
na fôrma de teus vestidos —
— tristonho lyrio impolluto —
anda a altivez de Sevilha
de luto.

Se o pranto nunca repousa,
peor é a vida que a morte;
ao menos busca uma lousa,
que é mais tranquilla que a sorte
Pepita.
Essa belleza tamanha,
sem amor, sem luz, sem norte,
vergon a dôr e á desdita...
Ai, que saudades da Hespanha,
Pepita!

Que santo amor virginal
vagará, triste por ti
nas salas do Escorial,
ou nos jardins de Madrid,
chorando;
se em quanto vaes na miseria
a divertir quem sorri,
loucas, perdidas em bando,
erram as pombas da Iberia,
chorando.

Estende a mão para a esmola
ao povo que anda na praça
a ver o tom da hespanhola,
dançando e rindo com graça.

Salero,
no toque da pandeireta...
Canta na tua desgraça,
chora no teu desespero,
que a turba brada facêta:
salero!

Barcellos — 85.

ANTONIO FOGAÇA.

CRITICAS E AFFIRMAÇÕES

E' já hoje um logar commum nos artigos de fundo da imprensa politica, e talvez uma das poucas questões sobre que em Portugal todos estão de accôrdo, que a representação nacional entre nós é um poder sem força e sem prestigio, cuja subserviencia ao poder executivo o colloca em manifesta contradicção com os interesses do organismo social e o arrasta por um pendor irresistivel aos ultimos consecarios d'um descredito geral.

Esta opinião tem por si a experiencia d'alguns annos e é uma verdade legitimamente deduzida da propria evidencia dos factos. E no entretanto, sendo o suffragio uma condição inalienavel dos governos democraticos, a unica condição pratica para a realisação da liberdade politica, parece que o parlamento, sendo a crystallisação d'este direito, devia ter a consagração do respeito dos cidadãos e ser considerado por todos o palladio das liberdades publicas.

Mas não acontece assim: e a prova está na profunda indifferença com que o paiz tem assistido a todas as dictaduras, na repugnancia que sempre manifesta pelos pleitos da urna, e na quasi nenhuma importancia que dá aos assumptos que todos os annos se debatem no seio da representação nacional.

E na apressada decadencia d'esta e apathica expectativa d'aquelle, vêem uns os symptomas inilludiveis d'uma anemia organica que fatalmente destruirá o corpo social, outros apenas um vicio oriundo, um consecario logico da actual fôrma de governo.

Quem tem razão? qual das duas opiniões é a

verdadeira? Cremos que nenhuma. Para nós a causa d'este estado morbido que affecta todo o nosso organismo politico, d'esta descrença geral, d'este indifferentismo de todos pela gerencia dos negocios collectivos, provém principalmente da base falsa em que assenta a representação politica entre nós.

Desde que a philosophia revolucionou as intelligencias e varreu dos dominios scientificos o dogma e o milagre como explicações naturaes dos phenomenos sociaes, o direito divino perdeu na sciencia politica os foros de evidencia que lhe dava o sentimento religioso, e ao *omnis potestas a Deo* oppôz-se a soberania social como a fonte legitima de todos os poderes.

Os poderes publicos deixaram, portanto, de ter a consagração do alto e, para os legitimar basta, hoje, o simples assentimento dos cidadãos. Como? Pelo suffragio.

A instituição apparece-nos portanto nos tempos modernos não como o resultado da incompetencia commum das classes dirigentes e dirigidas, conforme chegou a parecer a Littré, mas como um producto historico, como um elemento indispensavel a todo o governo, como uma condição *sine qua non* da liberdade politica.

Surgem, porém, as difficuldades quando se procura determinar o direito de soberania. Uns querem que elle exista na vontade geral, outros fundamentam-no simplesmente na razão, e assim concluem pelo suffragio universal ou restricto, conforme se toma para base d'esse direito um ou outro d'aquelles principios, ambos evidentemente falsos e arbitrarios.

«Com a soberania da vontade, — escreve um dos mais brilhantes ornamentos do magisterio universitario, — temos o contrasenso de se estender a soberania a cidadãos que a não querem, porque a não comprehendem; com a soberania da razão, decide uma pequena fracção da sociedade dos destinos de toda ella, sem criterio definido, com poderes illimitados. Com aquella, põe-se em equação a mais profunda ineptia e a mais subida cultura intellectual; com esta, que reduz a soberania ás meras proporções d'um mandato, ha sempre logar a perguntar-se pelo titulo d'esse contracto, pelo documento que o auctorisa.»

D'aqui se vê, pois, que esta questão ainda não está liquidada para a sciencia; todavia o suffragio é um facto do nosso tempo, um attributo de todo o cidadão e, embora, como pensava Augusto Comte, elle tenha de desaparecer na futura organização das sociedades, é, não obstante, uma funcção adequada ás actuaes condições politicas dos povos, a qual é mister utilizar e regular do modo mais conveniente ao desenvolvimento social.

Esta é que é a questão. E o suffragio quer seja restricto, quer universal, não será nunca uma condição séria de progresso, em quanto o seu exercicio for regulado pelo modo porque o é actualmente.

I

Vejamos, pois, a base em que deve assentar a representação da nação nos negocios politicos.

A historia, como observa um escriptor já citado, conduz directamente ao suffragio universal. A plebe moderna, emergindo do sombrio lethargo em que a conservaram sepultada durante muitos seculos as condições sociaes d'um passado morto, toma de dia para dia um ascendente cada vez maior nos negocios publicos.

Quando uma classe soffre durante um enorme espaço de tempo o jugo odioso d'um despotismo sem freio, não é facil nem sensato, uma vez quebradas as ligaduras que lhe comprimiam os pulsos, privar-a de direitos que ella julga indispensaveis á sua liberdade.

Das ruinas da Revolução Franceza brota ainda um grande jorro de luz que, illuminando a consciencia moderna dos povos, lhes patenteia no plano clarissimo da historia a enorme e pesada cadeia dos seus longos soffrimentos; e por isso nenhum cidadão hoje consentiria na privação dos seus direitos politicos.

O suffragio universal é por tanto uma aspiração justificada, uma tendencia geral propria d'esta época de transição que atravessamos. E n'este sentido procuram os sabios e os politicos descobrir as condições reguladoras do exercicio d'este direito, não chegando comtudo, até ao presente, a nenhuma solução satisfactoria.

Entendem alguns publicistas, e d'este numero é Stuart Mill, que é no ensino universal que está a verdadeira base do suffragio universal. E assim, onde houver um cidadão instruidoahi está um eleitor. Ora esta theoria, tão preconizada por espiritos entusiastas e sinceros, está longe de corresponder ás virtudes proclamadas por seus auctores, pois que nem a maxima instrucção que é possivel ministrar-se ao povo pode elevar a consciencia geral á comprehensão dos transcendentales e delicados assumptos da politica, nem, admittindo mesmo a diffusão d'uma verdadeira, geral e solida illustração, chegaríamos a ver seus fructos, a não ser n'um futuro muito remoto.

Não é certamente com os rudimentos da instrucção que o povo colhe nas escólas, que elle se pode habilitar para conhecer dos assumptos politicos e escolher com acerto os individuos mais competentes para promoverem a realisação dos interesses publicos. Mas, se porventura o pensamento d'esses escriptores é alargar o ambito da instrucção popular em ordem a dar ao povo esse conhecimento, então percamos as esperanças, pois a liberdade politica ficará sendo uma ficção apenas, um meteoro de fugitivas illusões, visto que, como judiciosamente observa Wierouboff, nem os arduos trabalhos do povo lhe permitem consagrar tempo algum aos cuidados da sua educação, nem está «nas posses do Estado dar esta educação ou crear aquelle tempo.»

Em vista d'estas e mais considerações, que tem suscitado tal doutrina, outros escriptores, preocupados com o desejo de acertarem na solução d'este intrincado problema, entendem que o suffragio só é possível n'uma administração largamente descentralisada.

Est'outra theoria, que tem ao seu serviço em França homens notabilissimos na sciencia, como Wirouboff e Ernesto Naville, tem entre nós um apolo-gista entusiasta no sr. dr. Antonio Candido, um dos mais esplendorosos talentos da geração contemporanea. Eis pelas suas proprias palavras a opinião do illustre professor sobre o assumpto.

«O principio, ou antes o facto capital da nossa theoria é este: o povo, inhabil actualmente, e ainda n'um futuro remoto, para se decidir entre doutrinas de elevada complexidãõ scientifica, é comtudo competente, e competente mais que ninguem, para resolver sobre questões que o interessam immediatamente, que dizem respeito ás necessidades da sua vida local, que se accommodam, por isso, ao jogo pouco complicado das suas funções intellectuaes.

.....
«Acontece exactamente o contrario se se trata de discutir programmas politicos, de optar por uma fórma de governo, ou cousa assim muito complexa e muito difficil. Se isto é assim, e parece-nos que não ha verdade de mais irresistivel clareza, deve o voto popular recair directamente sobre as questões locaes, facilmente apreciaveis, e só indirectamente, mediante os corpos gerentes das respectivas localidades, sobre todos os negocios em que o voto directo, á falta absoluta de conhecimentos, seja sem significação alguma. Nada nos parece tão racional e tão pratico como isto. É a applicação do principio da especialisação do saber ao exercicio do systema liberal. Chega a ser uma verdade de simples bom senso.»

Este systema á primeira vista, exposto com a nitidez e firmeza com que o sr. dr. Antonio Candido o apresentou na sua *Dissertação inaugural*, parece excellente e cortar d'uma vez todas as difficuldades que se levantam na applicação do suffragio.

Todavia uma analyse mais demorada descobre n'elle inconvenientes que não é facil remediar nem evitar.

Este systema de eleição por dois graus já foi experimentado em alguns paizes e tem sido abandonado por não satisfazer a ninguem. É verdade que não o foi nas condições estabelecidas pelo illustre professor, isto é, dentro d'uma ampla descentralisação administrativa; no entanto não é crível que se não repitam ainda assim os mesmos inconvenientes que levaram as escolas politicas a pôl-o de parte. Em primeiro logar a instrucção média dos individuos de fóra das cidades, aptos para exercerem os cargos administrativos, não os habilita tambem «a votar com conhecimento de causa sobre o valor relativo dos programmas dos partidos, e a induzir dos factos de

cada parcialidade politica um juizo approximado sobre o merecimento e a sinceridade das candidaturas debattidas n'uma luta eleitoral.»

Entregues em geral aos cuidados da lavoura, longe dos acontecimentos, dos debates politicos, dos centros da opinião, não conhecendo os homens nem as questões de interesse geral, faltam-lhes *os necessarios instrumentos da critica e de exame* para decidirem na urna as mais melindrosas questões da politica.

Por outro lado, admittindo-se que elles sejam realmente competentes para isso, não parecerá pouco conforme com os principios democraticos que milhares de individuos em superiores condições de capacidade e illustração fiquem privados d'esse mesmo direito?

Não fallando já da indifferença pelos negocios politicos a que este systema fatalmente conduzirá o eleitor, ha ainda uma cousa mais para temer que é a corrupção muito mais facil de exercer-se dentro d'um numero restricto de eleitores do que n'um systema eleitoral, em que o numero d'estes se conta por muitos milhares.

Além d'isto, o systema em questão tem o defeito de não poder ter applicação immediata, pois que, em virtude da aspiração sempre crescente em todos os cidadãos para intervirem nos negocios politicos, nenhum governo ousaria acabar com o suffragio directo, nem sequer restringil-o, sem provocar uma energica e perigosa resistencia de que resultariam seriissimas perturbações ao organismo politico.

(Continúa)

JOÃO DE CAIRES.

Evocação

Quando a primeira vez eu vi-a n'uma sala impressionou-me logo a estranha singeleza do seu vestido escuro, a suavidez da falla e o dóce olhar azul velado de tristeza.

Partiu — soube depois que poude abandonal-a aquelle que ella amava, em busca de riqueza; e nunca mais ninguem podera consolal-a, desolada mulher sepulta na incerteza!

Agora, evocação do meu amor primeiro, ella faz-me lembrar, apenas eu a vejo, alguém que me adorou nos tempos de creança:

e os protestos d'amor e a sombra do ingazeiro, e o adeus da despedida e o seu primeiro beijo, tudo, tudo, em tropel, acode-me á lembrança.

Coimbra, 86.

FRANCISCO BASTOS.

ECHOS DA PORTA FERREA



O amigo Franco Paulo mette-me em boa! Quer que hoje o substitua na tarefa de escrever uma chronica, porque não tem vagar de referir os acontecimentos da semana. Seja! Se por esta incumbencia podem esses poucos detractores que por ahi vagueiam ao Deus dar a preço a minha cabeça, a distracção que aufero é de molde a compensar tal susto, inspirado pelo rei dos petizes da chronica.

E na verdade o trabalho do chronista distráe; eu sempre tive grande prazer por um tempo como este, quando o vento assobia nas fendas e a chuva açouta as vidraças, em estar, muito resguardado do frio, escrevendo as impressões d'um passeio que me deliciou, deixando-me na memoria ou um esboço vago d'uma paisagem, ou uns olhos negros, ou uns dentes alvissimos que se mostraram para tecer um sorriso; a imaginação leva-nos por vezes ao declinar ameno d'uma tarde de verão, em que nos esquecemos da realidade, dos dias taciturnos e dos telhados das casas visinhas que se vão branqueando d'uma gaze de neve; e até chegamos a rir-nos entre a melancolia que a natureza inspira, quando fallamos d'algum pequenino escriptor que atrapalhado se debate no meio d'uma chronica muito grande, tal como devia estar o João Ratão do conto da carochinha, com medo de se afogar na panella das papas. É que escriptores ha que são o melhor desafio á hilaridade.

Eu hoje, por excepção, não estou para conversas soturnas; alegre-me a perspectiva d'um feriado, consolação preciosa para quem está sujeito a esta cousa que se chama «ir á aula,» e aula que tem bancos de pinho feitos para tormento do desgraçado academico. Se o sublime Dante tivesse sido bacharel pela universidade de Coimbra, tinha aproveitado este tormento para o seu *Inferno*.

Ou a justiça não é justiça, ou os bachareis da Lusa, em paga do que cá soffrem, vão, depois da sua morte, direitinhos para o céu, sentar-se á mão direita de Deus Padre, com certeza em bellas cadeiras de estôfo.

Mas, como eu dizia, levantei-me hoje hilariante, e isto porque adormeci debaixo da impressão d'uma chronica de truz.

Quando o Franco Paulo me encarregou d'este trabalho disse logo para commigo: «Vamos a ler o *petit chroniqueur*, que deve dar assumpto!»

Se eu o disse, melhor o verifiquei. *Petit chroniqueur* deita sciencia de bolha, isto é, falla com proficiencia de levantamento de niveis e de abaixamento dos mesmos; e de braço dado com Jayme José Ribeiro de Carvalho, cujas obras estudou a fundo e que parece ser o seu auctor favorito, aconselhou com ares de pedagogo aos rapazes esperançosos que escreveram umas versalhadas vendidas ha tempo na Porta Ferrea, que lessem o methodo de metrificacção de

Castilho. Elle é poeta, mas não de pé quebrado. *Où la poésie va-t-elle se nicher!*

Eu ri-me a bandeiras despregadas. *Petit chroniqueur* nem sabe o que diz nem sabe o que faz; sem querer, bateu nos que pretendeu defender. Desgraçado defensor. Ah *petit, petit!* Pois quem mais atropellou a metrificacção?

Fallem por nós esses documentos que por ahi exploraram a 40 réis a generosa bolsa publica, e que ainda de graça eram caros.

A respeito de poetas será bom applicar áquelles cuja veia só se patenteou no ultimo degrau da carreira academica, o soneto de Nicolau Tolentino onde Apollo com um chicote quer pôr fóra do Parnaso um *quidam* que deseja ser poeta á força; pois a respeito de cada um d'elles pode dizer-se tambem:

..... «Arre! p'ra a prosa!»
E o diabo a fugir p'ra a poesia!

Porisso, caro *petit*, que para a outra vez tenha bem de memoria o anexam — quem tem telhado de vidro não atira pedras ao do visinho — e não venha com umas *lamentações* chochas avivar questões que por dignidade propria devia ser o primeiro a esquecer.

E sobre isto nem mais uma palavra.

*

Ainda bem que a Academia n'esta semana aproveitou admiravelmente algumas horas indo ouvir os notaveis concertistas Virginia e Mathilde Sinay e o professor Iohannes Wolfi, que de tão justa fama vieram precedidos. O adiantado da hora em que escrevemos inibe-nos de dizer das impressões gratissimas que nos deixaram tão distinctos artistas. Falohemos no proximo numero.

Até á semana.

JOÃO DEMONIO.

EXPEDIENTE



Áquelles dos nossos collegas na imprensa que nos honraram com a troca, agradecemos essa fineza bem como as palavras amaveis que nos dirigiram.

Pedimos desculpa aos nossos assignantes de qualquer irregularidade havida na expedição e distribuição dos primeiros numeros.

Daremos noticia de quaesquer publicações litterarias ou scientificas que nos sejam enviadas.

Em breve remetteremos aos nossos assignantes os respectivos recibos a fim de procedermos á cobrança das assignaturas.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, letras e factos

N.º 4

Coimbra, 25 de março de 1886

Anno I

SUMMARIO

Alguns principios geraes sobre a classificação dos impostos — Eduardo Pires de Lima.

Sombra amiga (poesia) — Silvestre Falcão.

O christianismo aboliu a escravidão — Pedro Nogueira.

Harmonia do crepusculo (poesia) — Francisco Bastos.

Balladas em prosa — Angelo Ferreira.

Coimbra e o primeiro collegio da Companhia de Jesus — Antonio Claro.

Leitura renovada (poesia) — A. Osorio.

O primeiro abraço — Antonio Fogaça.

Echos da Porta Ferrea — João Demonio.

Alguns principios geraes sobre a classificação dos impostos



A necessidade de seguir uma ordem que lhe facilitasse o estudo e simplificasse as investigações, levou Descartes a dizer no seu *Discurso sobre o methodo*, «qu'il supposerait même de l'ordre entre les objets qui ne se précèdent point naturellement les uns les autres.»

Identica necessidade sentiram todos aquelles que, dedicando-se a um ramo qualquer dos conhecimentos humanos, pretenderam classificar os objectos sobre que a sua actividade mental de preferencia se exercia.

E, com effeito, as classificações não miraram primitivamente a outro fim, que não fosse o de facilitar o estudo, alliviando a memoria. Foi, sem duvida, esse o motivo porque nos dominios da biologia nasceu e se aperfeiçoou a theoria das classificações. Ahi, mais que em sciencia alguma, era necessario dar uma ordem qualquer aos milhares de seres que se offereciam ao estudo do naturalista, em circumstancias variadas, e com diversos caractéres.

A botanica, por exemplo, que é um dos ramos concretos da biologia, dá-nos conta de mais de cento e vinte mil especies de vegetaes. Ora qual era a vida que chegaria para o estudo isolado de cada um d'el-

les? Que memoria tão feliz poderia reter, ao acaso, os nomes e as propriedades de tantas plantas?

Mas, se a necessidade d'um processo commodo para coordenar e esclarecer os nossos conhecimentos, deu origem á confecção das primeiras classificações, os progressos da sciencia, conservando taes vantagens, vieram dar a esta operação intellectual uma importancia muitissimo superior.

Assim hoje as classificações, além de servirem para tornar mais facil a exposição das verdades scientificas, dando-lhes o character de generalidade que ellas sempre pedem, e a boa ordem, condição essencial do ensino, servem tambem, como expressão das relações naturaes das cousas, para reproduzir e representar no nosso espirito a hierarchia dos diversos seres do universo.

Foi para satisfazer a estas necessidades logicas que em botanica se classificaram os vegetaes, em zoologia os animaes, em economia as industrias, e em syntelologia se tem procurado classificar os impostos.

— Mas, será possivel e util a classificação dos impostos?

Intendemos que sim: todavia Ambroise Clément, n'um artigo publicado no Dictionario de Mauricio Block ¹, contesta a utilidade e quasi a possibilidade d'um trabalho d'este genero.

«As administrações financeiras, e os publicistas que se occuparam do imposto, escreve elle, procuraram submettel-o a classificações methodicas; mas, suppondo que estas classificações possam ter uma grande utilidade, o que não nos parece verdadeiro, a multiplicidade, a diversidade e a variabilidade dos impostos tornariam assaz difficil a tarefa de os classificar n'uma ordem racional, reunindo-os em categorias bem caracterisadas e distinctas.»

São portanto duas as razões apresentadas por Ambroise Clément para mostrar a extrema difficuldade

¹ V. impôt.

d'uma classificação d'estas: os impostos são muitos em numero; diversos e variaveis em qualidade.

Consideremos, em separado, cada uma das razões, começando pela primeira.

Os impostos são muitos, diz Ambroise Clément, e para mostrar que o são, cousa que aliás ninguém se lembraria de contestar, enumera os principaes. Que os impostos são muitos, é verdade; mas, ainda assim, não são tantos como as especies animaes e vegetaes; se estas se poderam classificar, por maioria de razão se hão de poder classificar aquelles.

Ainda ha pouco dissemos que havia, pelo menos, cento e vinte mil especies de vegetaes: ora os governos, apesar de fazerem maravilhas quando se trata de lançar impostos, ainda não chegaram em paiz nenhum á perfeição de organizar cento e vinte mil contribuições diversas. E o espirito humano havia de conseguir classificar o mais, e não conseguiria classificar o menos!

Este primeiro argumento é tão futil que, basta tocar-lhe, para o reduzir a pó: o segundo é muito mais serio, mas não nos parece tambem difficil a resposta.

Escreve o auctor que refutamos: «as classificações scientificas podem ter a vantagem de facilitar o estudo, mas é sómente quando se trata de objectos que teem caractéres especiaes e invariaveis, de natureza a permittir o distinguil-os sempre seguramente uns dos outros, e os impostos não estão de modo algum n'estas condições; se elles se podem dividir em categorias, separadas por caractéres especiaes, estes caractéres não são permanentes; são mais ou menos modificados com os systemas de impostos de cada paiz.»

Ha n'esta passagem alguma cousa de verdade, mas é illegitima a conclusão a que o auctor pretende chegar. Bem diz a philosophia positiva que a sociologia não pode ser estudada sem o conhecimento das sciencias inferiores: se o illustre publicista francez tivesse o seu espirito bem disciplinado pelo estudo da biologia; se conhecesse, razoavelmente, a theoria das classificações, de certo não escreveria estas linhas. É verdade que os impostos variam de paiz para paiz, e ainda no mesmo paiz com o andar do tempo, mas outro tanto acontece aos vegetaes e aos animaes, se bem que em menor escala; mas o que, em qualquer dos casos varia, são os caractéres accidentaes, e não os fundamentaes.

O imposto varia sim, mas na quota lançada a

cada contribuinte, no logar onde é pago, no nome que recebe, na materia que affecta, etc.; mas o *momento economico* em que o imposto fere a materia collectavel, esse é fixo, invariavel e constante.

O que mostra, em ultima analyse, a objecção de Ambroise Clément? Que este notavel escriptor desconhece um dos mais rudimentares principios da classificação natural: a distincção que ha entre caractéres subordinados e subordinadores. Os primeiros são variaveis, os segundos não. Isto dá-se nos vegetaes, nos animaes, e nos impostos tambem.

E para que serve a classificação dos impostos? pergunta Ambroise Clément. Parece que elle mesmo quiz responder a si proprio quando, no mesmo artigo, depois de ter enumerado umas quarenta e tantas contribuições, com os competentes etc., diz: como desembrulhar este cahos?

Mui simplesmente: classificando-o; organisando nos impostos que o formam a ordem cuja utilidade o escriptor contesta e que suppõe tão difficil achar.

— Paulo Boiteau, na sua obra *Fortune publique et finances de la France*¹, aproxima-se bastante de Ambroise Clément no modo de apreciar a classificação dos impostos. «Nós ligamos, diz elle, pouca importancia á classificação dos impostos, que não passa muitas vezes d'um exercicio de escola. Sem duvida, uma boa classificação lança alguma luz sobre muitas questões, mas as classificações variam com as theorias.»

Esta ultima proposição não é exacta: podem os escriptores seguir esta ou aquella theoria, que a classificação nada tem com isso. Pouco importa que haja escriptores que considerem este ou aquelle imposto injusto; que sustentem que certa classe d'impostos deve desaparecer: elles existem; bons ou maus é necessario classificar-os; as theorias e as classificações são cousas diversas.

É certo, todavia, que as classificações d'impostos variam de escriptor para escriptor; pode mesmo dizer-se que, n'este ponto, *quot capita, tot sententia*; mas tambem se pode afirmar, sem offender a verdade, que a maioria dos synthetologistas que até hoje teem tentado classificar os impostos, ou não conheciam a theoria das classificações, ou não a tiveram presente na confecção dos seus trabalhos.

É o que mostraremos em artigos subsequentes.

EDUARDO PIRES DE LIMA.

¹ Tom. 2.º pag. 615.

Sombra amiga



I

Pelo escuro da noite dolorosa
Em que a minha alma tremula se inclina,
Em sonhos eu distingo entre a neblina
Uma virginea sombra mysteriosa.

Falla-me raras vezes: e, no entanto,
Se acaso a interrogo tristemente,
Volvendo para mim o olhar dolente,
Humido olhar em que reluz o pranto,

Acode sempre á minha voz afflita
Para enchugar-me as lagrimas se choro...
E some-se — ligeiro meteoro —
Pelo escuro da abobada infinita.

Uma noite profunda e tenebrosa
Eu vi em sonhos todo o meu passado;
E interrogando a sombra mysteriosa
Assim lhe abri o coração magoado.

«Responde-me porque é que n'esta vida
Andamos a sonhar continuamente
E cada sonho vae-se de repente
Deixando-nos no peito a sombra erguida?»

«E, estrellas apagadas pelo vento,
Os sonhos e illusões, tudo quebrado,
Vão demandando ao longe o esquecimento
Que fica para as bandas do passado!»

«E resta-nos por sobre esta ruina
Do que mais adorámos sobre a terra,
Uma estrella sómente, mas que encerra
Um poema d'amor na luz divina!»

«E chegámos por vezes a esquecel-a
Entre outras mais brilhantes, mais serenas,
Mas que se apagam todas: fica apenas
Em nossa vida o brilho d'essa estrella

Que nos afaga o intimo da alma?»
«Benção d'amor serena como o bem,
Bem dita sejas tu, estrella calma!
Bem dito sejas, casto amor de mãe!»

Eu vi sorrir então a sombra austera
Pela primeira vez: e a face pura
Volvendo para mim, disse-me: — «espera» —
E dissipou-se pela nevoa escura.

Mas em breve tornou: e lentamente
Acercou-se da borda do meu leito
Trazendo-me na mão, n'um cofre estreito,
Um diamante, entre brasas, transparente.

Então, — «Que brilha mais?» — me perguntou,
«As brasas,» respondi. — «O que é mais puro?» —
«O diamante,» disse eu. E, pelo escuro,
Entregando-me o cofre, se afastou.

Guardei-o com mão tremula e hesitante
Porém, pouco depois, fui vel-o; e então
Brilhava unicamente o diamante:
Tudo o mais era negro, era carvão!...

SILVESTRE FALCÃO.

O CHRISTIANISMO ABOLIU A ESCRAVIDÃO

(AO MEU CONDÍSCIPULO EDUARDO PIRES DE LIMA)



Não cause estranheza a epigraphe d'este escripto. É certo que se não ageita bem á immensa variedade dos factos sociaes toda e qualquer proposição absoluta, que pretenda synthetisar uma verdade pura, sem mescla de falsidades historicas e de erros de critica. Mas, não occorrendo esta relevantissima consideração ao espirito do meu illustre condiscipulo Pires de Lima, e subindo elle tão alto em suas investigações a ponto de poder afirmar sem rebuço que — *o christianismo não aboliu a escravidão*, — tenho um exemplo maravilhoso, uma auctoridade insuspeita, que me ensina e alenta a asseverar tambem categoricamente que — *o christianismo aboliu a escravidão*.

Não é sem uma certa repugnancia que hoje me abalanço a escrever estas linhas em contestação aos estudos mal orientados d'um presado condiscipulo, e ultimamente publicados na *Academia de Coimbra*. Relações de sympathia e amisade geram de certo esta repugnancia, que para espiritos cultos deve ser de prompto vencida perante o fulgor das evidencias scientificas e a importancia das instituições grandiosas. Mal cabem com effeito requintes de sympathia e affectos em questões de sciencia ou de interesse social. Creio bem que o meu amigo Pires de Lima, na lucidez de sua comprehensão, não confundirá as harmonias do nosso mutuo sentimento com os debates e lutas de nossas intelligencias.

Demais, até posso confessar que, se não fosse a altissima consideração que tenho pelo nome de Pires de Lima, por seus meritos e talentos, nunca faria estas desprezenciosas observações ao seu artigo da *Academia de Coimbra*. E tinha para tal abundantes motivos. A pouca originalidade do assumpto, a lista enorme de escriptores notaveis que sobre elle tem dado seu auctorizado parecer, a decisão d'esta questão rigorosamente comprovada hoje por methodos positivos e irrefutaveis, tudo indicava nos dominios do bom senso que não urgia defender e illuminar o que era insusceptivel de ser atacado ou deslustrado. Mas, insisto, era forçoso desviar a ideia mesquinha de que

o artigo do distincto academico não fora digno d'uma contestação, ou de que corraera pelas mãos dos estudantes sem pelo menos ser lido.

Assim, resolvi apresentar uns convictos reparos ás opiniões n'elle inseridas, sem que me alteasse a vaidade de triumphos, nem me perturbasse a intolerancia das convicções radicadas. Uns reparos scientificos e religiosos, oriundos d'uma intelligencia mediocre e d'um espirito acanhado, e nada mais.

Levantada esta advertencia, como que d'antemural a insinuações menos benevolas, ouçam os leitores as proprias palavras do articulista. No primeiro periodo das considerações com que intendeu dever prefaciá a demonstração de que o *christianismo não aboliu a escravidão*, diz o laureado academico:

«É doutrina geralmente aceita que a abolição da escravatura foi devida ao christianismo.»

Esplendida verdade, unica talvez em todo o escripto! Effectivamente não só em tractados classicos sobre este assumpto, mas ainda em obras que apenas d'elle fallam incidentemente, se encontra esta uniformidade d'opinião. Não é difficil o surprehender um escriptor qualquer, seja qual for a sua escola ou doutrina, em posição respeitosa ante os innumeros beneficios devidos á religião christã, e exclamando até com Chateaubriand em rasgos soberbos de sublime admiração: «Ajoutons, pour couronner tant de bienfaits, un bienfait qui devrait être écrit en lettres d'or dans les annales de la philosophie: L'ABOLITION DE L'ESCLAVAGE ¹.»

Mas ha mister ser generoso e sobre tudo franco. Apesar d'este accôrdo d'opiniões, eu não considero o christianismo como factor unico da abolição da escravatura. Foi-o, por sem duvida, principal e tão preponderante, que deslumbrou com a intensidade de sua luz e força todos os outros factores secundarios; mas não foi unico. Como teremos occasião de notar, sobrevieram no decorrer evolutivo da civilisação elementos poderosos que reforçaram a acção da ideia christã, até que já quasi em nossos dias em nome da sciencia economica se vibraram os ultimos golpes sobre tão odiosa instituição. É verdade que a civilisação e a sciencia nada mais fizeram do que propagar o pensamento evangelico; mas, por outro lado tambem, nem só a religião é elemento dos progredimentos sociaes; ha outros elementos, cuja importancia não é licito calar, nem airoso denegrir sua efficacia. E ninguém duvida de que, quando á energia do elemento religioso se alliam as energias dos demais elementos, o progresso social caminha mais acceleradamente e sem vacillações nem rodeios. Assim, em quanto o christianismo combateu isoladamente a escravatura, não se tornaram tão salientes e rapidos os triumphos do seu combate, como quando mais tarde elle foi

coadjuvado pela litteratura, pelas sciencias, pelas leis e pelos costumes.

Ora aqui tem Pires de Lima os termos em que eu intendo que a abolição da escravatura foi devida ao christianismo.

Mas accrescenta o meu condiscipulo que os *escriptores catholicos* pretendem desviar a alcunha de *retrogrados e inimigos da civilisação moderna, sustentando esta opinião, completamente infundada, e solemnemente desmentida pela historia.*

É caso para convidar os *manes* de Littré e Comte a enviarem-lhe um cartão de agradecimento. Estes dois mestres do positivismo sustentaram identica opinião e não foi por certo para se libertarem de recriminações phantasiadas, mas por amor da verdade, como lh'a evidenciou o seu methodo scientifico. E depois das declarações solemnes feitas pelo academico articulista em suas lições e actos, perante seus lentes e condiscipulos, de que é positivista, não me parece muito congruente o afastar-se tanto a longe das doutrinas dos principaes corypheus da escola n'uma questão tão momentosa como esta. Permittem-se com effeito as dissidencias e modificações; mas não tão antinomicas, que formem uma doutrina diversa e até contraria. Ora, com os methodos da metaphysica revolucionaria pode-se provar tudo; até mesmo que o *christianismo não aboliu a escravidão*, como fez Pires de Lima. Todos nós sabemos a que inauditas conclusões nos podem levar os textos soltos, as ideias mutiladas, as opiniões mal interpretadas. Agora, examinando imparcialmente, friamente, scientificamente os factos, sendo realmente positivista nas questões em que urge sê-lo, já tem que se prestar um elevado tributo á verdade, já não é tão facil concluir o que nos apraz.

E que o illustre academico desmentiu n'este artigo a sua profissão de fé scientifica, que não estudou os factos, mas que só brincou com textos e opiniões, é ponto assente, sobre que nem pelo menos me resta duvida. Se examinasse os factos, necessariamente chegaria a perfilhar a conclusão auctorizada de seu mestre Littré, que n'um livro, que por ahi anda nas mãos de toda a gente, affirma depois de maduro exame:

«Une institution aussi enracinée, et, ce sem-
«blait, aussi nécessaire à l'entretien de la société que
«l'esclavage, n'a pu périr dans les faits qu'après
«avoir attaquée dans les idées et dans les senti-
«ments. Le christianisme fut l'agent déterminé de
«cette grande innovation.

.....
«Il arma la conscience publique contre la pos-
«session du chrétien par le chrétien, du frère en reli-
«gion par le frère; et sous son influence les empe-
«reurs inscrivirent progressivement dans les lois de
«sérieuses dérogations au pouvoir des maîtres. Son
«avantage sur le paganisme fut de transformer l'or-
«dre religieux en ordre spirituel, et d'ériger la pré-

¹ *Génie du Christ*. — Part. IV, liv. VI, chap. XI in fine.

«dication de la morale en une fonction régulière. La morale fut uniformément prêchée aux grands comme aux esclaves. Dans cet enseignement les esprits fléchirent, l'esclavage perdit son crédit; et, quand l'institution du servage devint universelle, ce qui fut l'importante nouveauté de ces temps, elle se trouva d'abord préparée, puis affermie par son accord avec la doctrine de l'Église sur l'esclavage¹.»

Mas o nosso positivista não se contentou em despresar os trabalhos históricos de Littré; foi mais longe, commetteu negra heresia, insurgindo-se contra a decisão do grande pontífice. Ouça esta passagem inserta n'esse espantoso monumento da vasta erudição de Comte:

«Dès son premier essor social, la puissance catholique n'a cessé de tendre, toujours et partout, avec une infatigable persévérance, à l'entière abolition de l'esclavage, qui, depuis l'accomplissement du système de conquête, avait cessé de former une indispensable condition d'existence politique, et n'aboutissait plus qu'à entraver radicalement tout développement social: on conçoit, du reste, aisément que cette tendance élémentaire ait dû quelquefois être dissimulée et presque annulée par suite d'obstacles particuliers à certains peuples catholiques².»

Podia citar muitas outras passagens; mas não é preciso mais para evidenciar as contradicções do meu distincto condiscipulo. D'aqui é que não ha fuga possível: — ou Littré e Comte foram *catholicos*, o que é uma refinada mentira — ou *sustentaram uma opinião, completamente infundada e solemnemente desmentida pela historia*, o que é uma grande calúnia — ou as suas doutrinas sobre um ponto fundamental não são perfilhadas por quem se declarou positivista convicto, o que é uma perfeita incoherencia.

(Continúa).

PEDRO NOGUEIRA.

HARMONIA DO CREPUSCULO

Vou-me afundando musculo por musculo
n'um mar de sensações originaes,
e a estranha mornidão d'este crepusculo
faz-me lembrar de cousas tropicaes.

Vejo as mattas, os rios e as canoas
e as palmeiras e as redes fluctuantes
e a divagar em busca dos amantes
mulheres formosissimas e boas.

Ilumina o luar o quadro vario
e ellas uivam e gemem — que loucura!
tendo no olhar, no gesto e na postura
revelações de goso extraordinario.

Dos seios expansivos como gaz
e das bocas ardentes como lume,
exhala-se em espiras o perfume
sensual e subtil d'um ananaz.

E o meu olhar passeia como um verme
dando beijos phreneticos, impuros,
n'esses corpos gentis cuja epiderme
tem o pallor dos pecegos maduros.

FRANCISCO BASTOS.

BALLADAS EM PROSA

VENTUROSAS CAÇADAS

I

Em fresca manhã de abril, cheia de perfumes raros e de brisas vitalisadoras, rompia um largo e doído rumor de festa desusada no antigo castello feudal saindo victorioso e nu do lençol de nevoa, no alto da collina bordada de mysterioso arvoredo, onde, em fresca manhã de abril, cheia de perfumes raros e de brisas vitalisadoras, os melros vibravam ao longe as suas canções vivas e melodiosas á rosea e fecundante alvorada.

II

As trompas de caça ordenaram, emfim, a partida e desceu ruidosamente para a tapada extensa, como um mar de verdura ondeante orchestrado de pipilos de aves, a enorme e apparatusa comitiva dos grandes senhores, — alguns fidalgos de terras distantes, — seguindo fielmente a donairoza e travessa marquezita de olhos humidos e labios grossos, toda saltitante de frescura no seu vestido escuro de amazona, muito amorosa ao lado do seu formoso pagem de olhar azul e quebrado e o cabello caindo em cachos de oiro sobre os hombros fartos, muito aprumado no seu fozoso cavallo alasão, quando as trompas de caça ordenaram, emfim, a partida e os melros terçavam entusiasticamente as suas canções sadias e brilhantes d'um grande amor fecundo e paradisiaco.

III

Tudo se semeou no bosque magestoso de arvoredo muscular e corpulento, e um casal de veados, atrahindo-se em correrias descuidadas, desafiou logo e arrastou a donairoza marquezita e seu formoso pagem na vertigem d'uma desesperada

¹ *Étud. sur les Barb.*, etc. 4.^{me} éd. Paris, 1883, pag. 230 et 231.

² *Cours de Phil. Posit.*, 3.^{me} éd. Paris, 1869. Tom. 5, pag. 287 et 288.

corrida de perseguição por sobre as moutas floridas, que lhe prendem e rasgam maliciosamente o seu vestido escuro de amazona, pouco depois que tudo se semeou no bosque magestoso de arvoredo muscular e corpulento, onde os melros murmuram ardentemente as suas languidas canções d'um sereno e forte amor que vae completar-se.

IV

E quando todos voltavam sem caça e espapaçados de cansaço, maldizendo d'aquelle dia mordente de sol enlanguescedor, a donairoza marquezita de olhos humidos e labios grossos, toda n'uma quebradura de intima satisfação, curvava-se para o seu formoso pagem de olhar azul e quebrado e o cabelo caindo em cachos de oiro sobre os hombros fartos, dizendo-lhe baixinho, n'um bello sorriso de agradecimento, que appetecia caçadas assim todas as manhãs, cheias de perfumes raros de brisas vitalisadoras, quando todos voltavam sem caça e espapaçados de cansaço, maldizendo d'aquelle dia mordente de sol enlanguescedor, e os melros sublinhavam as suas finas canções ironicas d'um insaciavel amor correspondido e triumphante...

ANGELO FERREIRA.

COIMBRA E O PRIMEIRO COLLEGIO DA COMPANHIA DE JESUS

Em 1540 Portugal marchava vertiginosamente para a sua decadencia; as conquistas longinquoas mal aproveitadas e o fanatismo da côrte preparavam a perda da nossa autonomia.

No entanto, florescia a litteratura, inspirada na escola de Petrarcha, que não regenerou a nossa sociedade, já pela intolerancia do tempo, já pela pallida comprehensão e noticia do movimento que se operava além do Rheno. Sá de Miranda, a quem pertence a gloria de ter vulgarisado entre nós o verso endecasyllabo, tinha as suas convicções profundas pelo catholicismo, que o desviavam da Reforma, embora n'ella reconhecesse verdades incontestaveis. Antonio Ferreira, discipulo d'este, cuidava de si, e punha os olhos em Damião de Goes, que muito tinha soffrido pela liberdade de consciencia.

Camões, o maior dos quincentistas, viveu sempre perseguido pela inveja d'aquelles que almejavam a sua gloria. Não disse quanto sentia, nem os abusos que conhecia do clero e da aristocracia dissoluta do seu tempo. Faltou-lhe a protecção real, para se pronunciar, arrojadamente, como Gil Vicente, em 1527, quando escreveu:

Á feira, á feira, egrejas, mosteiros,
Pastores d'almas, papas adormidos;
Comprae aqui pannos, mudae os vestidos.

O que deixamos escripto indica, ligeiramente, a nossa situação desde 1540 em diante. O grande im-

pulso dado ao ensino, com as summidades importadas por D. João III das differentes academias da Europa, teve uma duração ephemera, diante da poderosa influencia dos jesuitas, que, n'esse tempo, vieram assentar arraiaes no nosso paiz, tão bem preparado para abraçar as doutrinas de Loyola e seus sectarios.

Em quanto ao norte da Europa assomavam os grandes protestos do filho de Saxe contra as paixões desenfreadas e corrupção da côrte pontifical, no meio dia os povos tinham perdido a independencia da razão, unica potencia capaz de resistir aos abusos de Roma. Assim Portugal, Hespanha e França, mais do que a propria Italia, á mingua de conhecimentos positivos dos trabalhos de Luthero, sentiam, como o proprio Vaticano, a perda enorme que causavam ao catholicismo os principios da Reforma. Em Italia conhecia-se de perto o pensamento fundamental da revolução lutheriana, a ponto de o cardeal Campege confessar que admirava a celeridade com que se internavam e ganhavam adhesões as doutrinas do reformador allemão. Na França, ao contrario, Loyola, cursando a universidade de Paris, em 1536, associava-se a D. Francisco Xavier, o apostolo das nações orientaes, como lhe chamavam os padres da Companhia de Jesus, a Simão Rodrigues, Affonso Salmeirão, Pedro Fabro, Diogo Laines, Nicolau de Bobadilha, Claudio Iayo, João Codôri e Paschasio Broeth, com o intuito de fundar uma religião. As convulsões em que se debatia a Igreja favoreceram os desejos de Loyola e dos nove companheiros; porque lhes bastou peregrinar uma vez a Roma (1539) e fazer profissão de fé dos tres votos que a theologia julga essenciaes á religião — obediencia, castidade e pobreza, — para terem a confirmação dos papas Paulo III, Julio III e Gregorio XIII.

A critica historica tomou como ponto de partida contra a conducta deshumana e retrogada da Companhia de Jesus o juramento dos seus fundadores, que vestiam pelo figurino dos clerigos Regulares Theatinos.

(Continúa)

ANTONIO CLARO.

Leitura renovada

Hei de escrever n'um livro delicado,
Livro feito de petalas de flores,
Um idyllio sereno, immaculado,
Todo o poema gentil dos meus amores.

E mais tarde na pagina primeira,
N'um momento de languida alegria,
Entre os alvos botões da laranjeira,
Deve enconral-o a minha noiva um dia.

Coimbra.

A. OSORIO.

O PRIMEIRO ABRAÇO

(A SILVESTRE FALCÃO)

Quando Luiza nasceu sua mãe lançara-lhe, creio que envolta do collo de pequeno cysne, um fio delicadissimo d'oiro com uma valiosa perola côr de luar. Nunca esse fio se lhe desprendera um momento... Luiza crescia e, na placidez do seu contorno adoravel, a perola brilhava sempre.

Dormia n'um leito encantador, entre nuvens de aroma e rendas finas de espuma: n'um leito que se diria feito de nenuphar e de rosas; mas uma noite sonhou que alguem se approximara do seu berço de fada, tentando roubar-lhe aquella formosa perola, que ella segurava, já quasi morta de medo. E foi este sonho terrivel o primeiro desgosto para Luiza.

Quando Luiza se sentiu mulher começou de scismar no seu futuro longinquo. Um vulto lhe estendia os braços, chamando-a, da meia sombra das illusões doiradas. Bom Deus!—apesar de que a maguava bastante a ideia de privar-se da joia querida— como daria o fio d'oiro com essa valiosa perola, só para colher um beijo ardente d'uns labios que a deviam esperar ansiosos. E foi esta inconsciencia d'um amor não satisfeito o segundo desgosto para Luiza.

Mas uma noite encontrou-se junto do altar. Dava a mão a um rapaz que adorava e que era de certo aquelle vulto de outr'ora. O padre abençoara-os. Quando sabiam da Egreja bandos de raparigas tapetavam o caminho de lyrios e flores de laranja, cantando alegres. E em Luiza brilhava então como nunca a formosa perola côr de luar.

N'um recinto nupcial, illuminado e placido, achava-se agora Luiza presa d'uns braços robustos; eram, na verdade, os mesmos que a procuravam ha muito para lhe dar esse primeiro e desejado abraço; mas tanto o esposo a apertava junto do coração que se quebrou para sempre o fio d'oiro, perdendo-se com elle aquella preciosa perola... Então—ignorante ainda, tremula, curvando a cabeça para os seios e mesmo quasi gloriosa em condescender com esse crime do seu festivo noivado, ella repetia baixinho ao esposo, tranquillizando-o...

«Tinha de ser, tinha de quebrar-se, meu amor!...»

E nem sei porquê, mas não foi com certeza esse crime o terceiro desgosto para Luiza.

Coimbra.

ANTONIO FOGAÇA.

ECHOS DA PORTA FERREA

Santos Mello e Trindade Coelho! Duas bellas almas de rapazes, que ainda ha pouco eram os nossos companheiros alegres da esturdia, e que hoje, encartados n'um rigorismo d'homens serios, graças ao almejado despacho—nos apparecem convertidos em senhores doutores delegados! Eu bem sei que a pasta de fitas esvoaçantes é o sonho doirado de muito novato e até de muita gente que na picaresca linguagem academica obteve o nome de *pé de banco* e de *candieiro*; aspira-se tambem a uma posição rendosa quando muitas vezes se attenta na tísica da bolsa, e vae-se construindo para o futuro um sem numero de castellos no ar; mas quando finda a vida de estudante e por uma vez se põe de lado a capa e a batina, dizem que a saudade costuma acompanhar-nos por muito tempo, a fallar d'uma vida que já não podemos viver.

«Vocês hão de fartar-se de estar longe d'aqui,» dizia ha dias Santos Mello a uns rapazes que fallavam ansiosamente nas ferias. Elle, o coração d'oiro, é um dos que mais sente o afastamento de Coimbra. A sua mocidade, como uma grande rosa, abriu-se opulentamente n'este meio, e com o seu aroma embriagou-nos tanto como a sua guitarra e a sua voz.

Dei-lhe ha dias um abraço e vi-o ageitar-se no compartimento d'um *wagon*, disposto a continuar a viagem. Lá vae accusar por officio aquelles sobre quem pesa a vara da lei! O Santos Mello a accusar a tôrto e a direito deve ter sua graça!

O Trindade Coelho esse parte brevemente para o Sabugal. Tambem devem acompanhal-o saudades, mitigadas, porém, no convivio de sua esposa e nos olhares de seu filho, um loirito que eu vi ha dias pela primeira vez no Penedo da Saudade, choramingando umas tristezas tão brandas que até faziam sorrir.

Vá n'esta chronica a ultima despedida!

*

Mais uma engeitada: uma creança do sexo feminino envolta n'uns farrapos e dentro d'um cesto, encontrada junto d'umas escadas que dão para o hospicio dos abandonados.

O acontecimento não me surprehende, e por isso não tratarei de investigar dos factos anteriores ao crime, nem me liberalisarei em considerações moraes sobre o assumpto; aquelles ficarão a cargo do poder judicial e estas hão de fazel-as por certo os altruistas da época.

*

Tomaram no domingo posse dos seus cargos os novos directores e delegados da Sociedade Philantropico-Academica.

*

Deve realisar-se no proximo sabbado a primeira recita do curso do quinto anno juridico.

É uma das festas mais antigas e sympathicas da vida do estudante e que vem dar a ultima prova d'uma fraternidade de cinco annos.

A peça escolhida é a *Fabia* do festejado escriptor Francisco Palha. Consta-nos, porém, que está notavelmente alterada e recheada de bons ditos.

Vederemo e dopo parlaremo.

*

Acha-se entre nós no theatro de D. Luiz a companhia dramatica de Soares.

No sabbado ultimo levou á scena os *Lazaristas* de Antonio Ennes. O desempenho foi muito regular da parte dos actores Soller e Soares; os demais artistas simplesmente insupportaveis e alguns d'um ridiculo espantoso. A casa estava cheia.

*

Segundo vemos d'um prospecto que temos sobre a nossa banca de trabalho, teremos, na volta do Porto, o gosto de ouvir, n'uma unica noite, a insigne cantora Fides Devriés. Desde já prognosticamos ao empresario uma enchente — *real*.

JOÃO DEMONIO.

Acaba de fallecer após um longo soffrimento, victima d'uma tísica mesenterica, Luiz Palmeiro, estudante do quinto anno de direito.

Sargento de cavallaria, mais tarde escrivão de direito interino em Abrantes, finou-se o desditoso moço no momento em que começava a despontar-se-lhe um horisonte mais soçgado e feliz.

Era trabalhador como poucos e gosava de geraes sympathias.

O seu enterro realisoou-se na terça feira, a expensas do curso do quinto anno e foi deveras con-

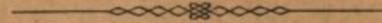
O Arauto



Temos recebido esta excellente publicação de que é redactor unico Beldemonio.

Sempre admiravelmente escripto, occupando-se sempre das questões mais importantes da litteratura actual, o *Arauto* tem sabido conquistar, entre nós, as honras do primeiro jornal de verdadeira critica litteraria.

De resto, o *Arauto* tem á sua frente uma das nossas primeiras organizações artisticas. — Beldemonio é um talento espontaneo e facil, que se adapta maravilhosamente aos generos litterarios mais oppositos, percorrendo a grande escala da arte, desde a phantasia mais iriada e mais nervosa até á observação mais justa e mais implacavel.



LA TRIBUNE DES PEUPLES



Recebemos e agradecemos o primeiro numero d'esta magnifica revista, cujo summario é o seguinte:

Déclaration de la rédaction. — Quelques mots sur la propriété, *Élisée Reclus*. — La révolution dans la Médecine, *Cas-sius*. — Mouvement social: Allemagne, Belgique, Hollande, Brésil, Chili, Chine, Espagne, France, Grèce, Iles Britanniques, Italie, Luxembourg, Mexique, Perse, République Argentine, Serbie, Suisse. — Bibliographie. — Nouvelles publications.

EXPEDIENTE



O jornal publicar-se-ha semanalmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

Coimbra, serie de 12 numeros (paga adiantada).....	400 réis
Para a provincia (paga adiantada)	450 »
Numero avulso	40 »

Pedimos a todos os nossos assignantes, a quem falte qualquer numero da *Academia*, a fineza de se dirigirem á redacção a fim de lhe ser enviado.

Acceita-se qualquer collaboração exclusivamente academica, que se harmonise com a indole do jornal, reservando a redacção o direito de apreciar a conveniencia da sua publicação.

A redacção não responde pelas ideias expendidas em qualquer escripto firmado pelos seus collaboradores.

A *Academia* vae abrir uma secção bibliographica onde será accusada a recepção das publicações litterarias e scientificas que lhe forem enviadas.

Redacção e administração, rua dos Militares, 29, Coimbra.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, lettras e factos

N.º 5

Coimbra, 1 d'abril de 1886

Anno I

SUMMARIO

- A consanguinidade e o matrimonio* — Lima Duque.
Finis ita (poesia) — Angelo Ferreira
Criticas e affirmações (conclusão) — João de Caires.
Thesoiros (poesia) — Sanches da Gama.
O christianismo aboliu a escravidão (continuação) — Pedro Nogueira.
N'uma festa escolar (poesia) — Bernardo Lucas.
A mãe — Antonio Fogaça.
Echos da Porta Ferrea — Angilramno.

A CONSANGUINIDADE E O MATRIMONIO

O nosso codigo civil, como os codigos das nações mais cultas, manifesta-se claramente em opposição aos casamentos consanguineos e n'isto reflectem apenas as disposições canonicas sobre tão momentoso assumpto. Afigura-se-nos, todavia, em face dos conhecimentos biologicos modernos, que a consanguinidade deve ser proscripta dos impedimentos nupciaes e substituida por preceitos que mais caem no animo da humanidade e melhor correspondam aos justos e imperiosos clamores da nossa raça nimiamente valedudinaria.

A consanguinidade, *ipso facto*, não deve hoje assombrar o nubil na escolha de consorte, não pode estorvar o medico na affirmação do prognostico para a prole e jámais deve preoccupar o legislador na constituição d'uma jurisprudencia cordata. Nem a tradição, nem os confrontos zoologicos, nem a estatistica, nem as concepções theoricas aceitam como verdade inconcussa o abastardamento da especie pelas uniões consanguineas. Pelo contrario todas estas columnas a que se acostam os corypheus das velhas crenças são outros tantos esteios a fortalecerem as recentes investigações scientificas.

A historia das populações do globo evidencia-

nos a consanguinidade generalisada por toda a parte e nas diversas civilisações. Desprezemos mesmo os pequenos nucleos sociaes esparsos pelo orbe e compulsemos simplesmente as grandes nacionalidades antigas.

A lei das successões entre os gregos tinha como inevitavel consequencia as uniões consanguineas, pois que as filhas não podendo herdar tornavam-se as esposas do herdeiro que, na maioria dos casos, seria o irmão consanguineo.

As leis primitivas de Roma estatuiam cousas analogas. Os scythas, os medos, os persas e outros povos da antiguidade, incluindo as pristinas gerações Judaicas, praticavam em larga escala estes enlances conjugaes, e na sociedade egypcia os casamentos consanguineos eram tão nobilitados que se consagravam em honra da deusa Isis. E ninguem avançará, todavia, que aquellas aguerridas e famosas stirpes gregas, persas e egypcias eram formadas por phalanges d'invalidos ou degenerados que se humilhariam perante as *garbosas* proles que modernamente se pavoneiam por esse mundo além.

A zootechnia fornece-nos ainda provas assás valiosas para impugnar as observações que triumphantemente apontam os anti-consanguinistas. A copula consanguinea nos animaes de especie inferior não é infecunda nem nociva. Basta citar em apoio da primeira proposição os factos bem conhecidos de procreação nos pombos e nas rôlas que gerando filhos de sexo differente, estes se copulam para perpetuar a especie. Os factos adduzidos por Sanson corroboram a segunda. Este sabio professor affirma peremptoriamente que a raça *charolaise* tem sido aperfeiçoada graças á selecção consanguinea. Assignala o exemplo da familia ovina de Mauchamps em que a consanguinidade tem produzido uma serie d'animaes excepcionalmente vigorosos e de fino vello, acrescentando que equal resultado lhe offerecem os armentos montesinos onde este factor é assás frequente. Portanto nunca os nossos adversarios poderão invo-

car os conhecimentos zootécnicos como demonstrando exuberantemente as ideias que propugnam.

O que, porém, avulta n'este litigio que tanto tem interessado aos medicos e moralistas, é a estatística — pedra angular de todo o seu edificio dialectico. As terrificas proclamações de Menière, Rilliet e Devay entibiavam o animo das classes extra-medicas, pois que nomeadamente Devay traça com tão lugubres côres as consequencias da união consanguinea que uma donzella jámais poderia fitar seu primo sem que se lhe «*arripiassem as carnes e o cabelo só d'ouvil-o e vél-o.*» No entanto temos na liça medicos auctorizados e insuspeitos como Boudin que, apesar de anti-consanguinista, terminou o seu relatório escrevendo: — «as alianças consanguineas são accusadas de produzir a esterilidade nos paes; o albinismo, alienação mental, retinite pigmentar e outras enfermidades nos filhos; comtudo todas estas proposições carecem ainda de demonstração rigorosa.»

Hoje restringe-se a discussão sómente á surdo-mudez, á idiotice e para alguns ainda á retinite pigmentar. Vejamos, porém, se as estatísticas levantadas com todo o rigor attestam a perniciosidade que muitos propalam. Mitchell verificou que na Escossia em 627 casos de alienação mental 15 por cento provinham de uniões consanguineas e que a surdo-mudez congenita é quatro vezes mais frequente n'estas uniões do que nos cruzamentos conjugaes.

Por outro lado Poncet estabelece (fundando-se n'um calculo feito sobre a população da aldeia indiana — Noria) que as uniões consanguineas apresentam muitos exemplos de esterilidade. Menciono só estes dois investigadores porque as suas estatísticas são as que merecem mais confiança.

Afóra o vicio inherente a estes trabalhos demographicos, um feito na Escossia onde a idiotice reconhece causas variadas e outro na India, n'uma população escrofulosa e rachitica, a percentagem não é tão assustadora como pretendem os seus auctores. De mais, a estes algarismos ou a outros que se apontem, opponho os factos mais copiosos e melhor compilados que consignam Bourgeois, Séguin, Dally e Topinard, em França; Darwin e Gilbert Child, na Inglaterra; Saint-Martin, em Hespanha, e finalmente as investigações de Thibault sobre a raça negra apreçoam bem alto a vacuidade da doutrina anti-consanguinista que aceita como atrophante da especie a perpetuação consanguinea.

As populações florescentes e robustas de Paulilac e Batz, onde estas alianças são numerosas, aluem completamente todas as considerações adversas.

Se remontarmos a concepções meramente especulativas, a solução do problema espande então com toda a evidencia. A consanguinidade é apenas um factor da hereditariedade e se por esta as qualidades dos progenitores se espelham nos filhos, não ha razão para que o elemento consanguineo, que torna organicamente mais semelhantes os ascendentes, altere a lei hereditaria. Pelo contrario, as duas organizações procreatoras sendo analogas na sua constituição, o conflicto entre ellas e de que resulta o producto gerado será nullo ou pouco accentuado, o que é menos provavel quando os dois individuos que se unem revelam propriedades organicas muito diversas, pois que n'este caso a harmonia physiologica, embora facil para as funções vegetativas, é difficil para os elevados misteres do systema nervoso, tão impressionavel e tão delicadamente modificavel. Mais, se os vicios recrudescem nos productos consanguineos, por igual motivo as virtudes devem exaltar-se.

De tudo isto se infere que a consanguinidade, só por si e sem que os nubentes estejam eivados d'algum dos tantos vicios que affligem o homem, não deve obstar ao casamento e que scientificamente é um anachronismo na legislação vigente. No entanto parece-me já ouvir as apostrophes violentas d'essas consciencias sedicças que julgam cingir a moral n'um artigo do codigo ou n'um versiculo biblico, porque sómente estes diques lhes podem soffrear os impetos bestiaes.

Mas a historia é eloquente. As relações incestuosas, rarissimas em todos os tempos, repugnaram sempre ao consenso moral dos povos embora não lhes fossem defezas. Já os thebanos attribuiram a peste que os assolou a castigo divino inflingido em virtude do incesto de Adipo com Jocasta. No estado actual da nossa civilização ninguem de certo commetteria taes relações. Assim, a estatística matrimonial em França, no periodo que decorre entre 1861 e 1874, mostra uma decrescencia notavel nos enlacs conjugaes entre tias e sobrinhos e especialmente no departamento do Sena não se contrahiou um unico matrimonio n'este grau de parentesco desde 1870.

Crescem, puramente, os casamentos entre cunhados e estacionam entre primos. E' porque a civilização franceza caminha ao impulso das ideias desenroladas n'esse benefico cataclismo cujas luminosas conce-

peções, atravessando o prisma da revolução, vieram refulgir no crystal da democracia moderna. Os seus reverberos também se fizeram sentir, ainda que pallidamente, sobre o nosso estado social que ora se apresenta um tanto lisonjeiro. Julgamos, pois, inutil a prescripção do código sobre a consanguinidade e desejavamos vel-a substituída pelos preceitos hygienicos hoje preconizados pela sciencia. Só na hygiene encontramos os elementos da regeneração social, só ella pode fortificar o corpo e desenvolver o espirito que nada mais é que a synthese de toda a actividade organica.

Breve diremos quaes os fundamentos poderosos da prohibição nupcial.

LIMA DUQUE.

FINIS ITA

Quando a freira morreu, tão nova e desbotada,
rasgada sem cessar de vivas tentações,
choveu-lhe no caixão a nuvem congelada
de inertes orações.

Então muito latim se coaxou á beira
da magra sepultura onde desceu por fim;
e se não fosse murcha a flor de laranjeira,
murchara-a este latim.

Na fria pallidez que a luz dos cirios doira,
como ella vae ralada, e dolorosa, e grave,
quem fora tão gentil, tão loira, inda mais loira,
que a filha d'um burgrave!

Quantas vezes chorou, na cruz da vida escura,
pela familia e o noivo e o ninho barulhento
de filhos que teria, — oh! rapida ventura!
oh! languido tormento!

Mas era necessario, enfim, que apparentasse.
E quando ella morreu, ainda que indeciso,
avivou-lhe ao de leve a encarquilhada face
um bondoso sorriso.

Foi por fim conduzida á negra e fria arcada,
que serve de guardar em gavetões estreitos
a freira, de anno em anno, á morte condemnada,
com seus sonhos desfeitos.

No mudo subterraneo onde não crescem lyrios,
— brancos sonhos em flôr dos mortos pelo solo, —
espera-a para sempre um feixe de martyrios,
um fundo desconsolo:

as aves não virão para embalar-lhe o somno,
nem sua alma abrirá em lyrios delicados;
coisa que não succede a um pobre cão sem dono,
que morre nos vallados!

Pois quando ella morreu, tão nova e desbotada,
rasgada sem cessar de vivas tentações,
foi em vão que a orvalhou a nuvem congelada
de inertes orações.

Coimbra.

ANGELO FERREIRA.

CRITICAS E AFFIRMAÇÕES

(Continuado do n.º 3)

Em 1878 escrevia Littré: «Seria um grande mal que a multidão governasse directamente; mas é um grande bem que governe por intermediarios ou representantes; systema para o qual tem caminhado ou vão caminhando todos os povos affectados pelo desenvolvimento occidental.»

Pois bem: se a intervenção do povo na gestão dos interesses collectivos é uma necessidade, ou pelo menos uma tendencia, que visivelmente se accentua no curso das circumstancias como inevitavel e irresistivel, é mister aceitar o facto e saber extrahir-lhe o maior numero de utilidades.

O suffragio é um direito de todos?

Assim se pensa e acredita geralmente: aceite-mos, pois, essa crença em quanto esta for a situação dos espiritos, mas determinemos a representação politica de modo que, respeitando esse pretendido direito, se não dê o predominio á incompetencia e á ignorancia.

Determinar a representação politica de cada districto pelo numero dos seus eleitores é uma proporção absurda que dá em resultado a imposição da parte mais illetrada da nação sobre a parte mais esclarecida.

O suffragio é uma função, e como tal deve ser exercida principalmente pelos órgãos superiores que n'este caso são os collegios eleitoraes das capitães.

Ahi a elaboração progressiva é mais rapida, o espirito publico está melhor preparado para as innovações; ha sobre os homens e as cousas uma opinião que se pode esclarecer cada vez mais pela observação directa dos factos, nas reuniões, nos clubs, nos comicios; são mais conhecidos os individuos de talento, saber e probidade que podem prestar serviços ao paiz, e, os eleitores, vivendo quasi em contacto com os homens publicos, observando dia a dia os seus actos, estudando-os tanto na sua vida publica como particular, pois que esta, como observa Littré, é a primeira garantia da vida publica, estão mais habilitados para escolher os individuos encarregados de

vigiar pelos interesses communs da nação, do que aquelles que, embora dotados d'uma illustração superior, não possuem comtudo nenhum d'estes elementos geradores da opinião.

É nas capitaes que se alimentam as aspirações mais alevantadas, se geram as ideias reformadoras e palpita com mais vida o coração da nação. É d'ellas que irrompem sempre os primeiros gritos contra todas as tyrannias, que saem todas as mutações politicas e corre quasi sempre o primeiro sangue em prol da liberdade e da civilisação.

As provincias, pelo contrario, teem tendencias essencialmente conservadoras e interesses diversos e oppostos.

Se, quando Paris enxotou do throno o velho monarcha Luiz Philippe, o suffragio tivesse sido consultado, é opinião geral que a republica não se teria implantado em França em 48, porque a vontade cega e inconsciente das provincias teria esmagado pelo numero brutal dos votos as nobilissimas aspirações da capital.

É incontestavel que os deputados saídos das provincias resentem-se sempre, em geral, das preoccupações e tendencias dos seus constituintes; não possuem a necessaria largueza de vistas para comprehenderem e apreciarem devidamente os phenomenos sociaes e as suas causas productoras, e são sempre «mais ou menos estranhos ás tendencias que devem dirigir o paiz no seu conjuncto.»

Ora, na proporção estabelecida para a representação d'estas duas partes da nação, de tendencias diversas, e de desigual cultura e comprehensão politica, é evidente que á administração publica faltará sempre uma acção energica, firme e consciente que a faça mover sobre os seus profundos carris.

N'esta phase de luta em que o mundo moderno procura supplantar o velho mundo e se debatem rijamente as doutrinas mais contradictorias e dissolventes; n'este momento em que as sciencias patenteiam ao homem um vastissimo horisonte de soluções, de investigações e de trabalhos a que se prendem tantos interesses, em que estão postas tantas esperanças e que implicam tudo que ha de mais caro e de precioso para o progresso e para a civilisação; n'este supremo embate de preconceitos e aspirações, de receios e esperanças; n'esta collisão de interesses arreigados e aggravos tradicionaes, de legitimas exigencias e formidaveis resistencias; é justo, é racional porventura, que decida quasi absolutamente sobre todas estas questões a parte menos consciente e inexperiente da nação?

Como é que um parlamento assim constituido pode realizar as reformas apropriadas ás novas condições do espirito humano?

Como é que esse poder ha de promover a evolução social, se elle não a comprehende, se elle a desconhece, se as poucas vozes dos homens illustrados e competentes são abafadas pela frandulagem politica que as urnas de provincia cospem sobre a capital?

A grande massa da nação, todos o reconhecem, não está habilitada para exercer o suffragio; mas elle, já o dissemos tambem, é um facto do nosso tempo, é um elemento da situação. Supprimil-o seria uma violencia e um crime; restringil-o a um pequeno numero d'individuos seria um erro e um perigo, porque era caminhar contra a marcha das cousas.

Como conciliar, pois, tudo isto?

Só vemos um remedio, o unico talvez indicado pelas circumstancias em que se encontra a sociedade portugueza, e que consiste em dar ás capitaes de primeira ordem uma representação egual ou, pelo menos, approximada á das provincias.

Equiparem-se para o effeito da representação politica as tres cidades de maior cultura intellectual — Lisboa, Porto e Coimbra — ao resto da nação, e ter-se-ha, talvez, resolvido o problema.

Mas para completar isto é mister que aquella representação seja constituida por um numero restricto d'individuos; que se excluam do direito de votar as classes mais dependentes do poder executivo; que se proceda a uma larga descentralisação administrativa; que se reduza ao menor numero possivel as circumscripções eleitoraes, e se dê uma representação racional ás minorias.

Realisado assim o suffragio e constituida n'aquella base a representação nacional, teremos dado um grande passo para a nossa regeneração politica. A responsabilidade do parlamento será mais intensa, a função eleitoral exercer-se-ha mais desafogadamente e o poder parlamentar perderá o caracter de poder local accusado por Comte.

Podem os governos e os *barões ruraes* trapacear com a ignorancia do povo, mas encontrarão sempre pela frente, n'estes tres focos da actividade scientifica, litteraria e industrial, um grande nucleo de consciente resistencia que lhes não será facil vencer ou illudir.

E como d'esta pequena urna intelligente sahirão os homens mais notaveis da vida publica, os partidos terão o maximo empenho e cuidado em apresentar ao voto dos eleitores das outras circumscripções eleitoraes do paiz individuos que pelo seu talento, sciencia e probidade poderão competir com aquelles, acabando-se assim com essas maiorias servís, vazias de senso e de sciencia, mas cheias d'ambições e impudor.

Só assim se poderá fazer da instituição parlamentar um poder novo, vigoroso, serio, intelligente e irresistivel, capaz de dar aos problemas sociologicos soluções positivas e racionaes.

JOÃO DE CAIRES.



Thesoiros

(A HENRIQUE GALVÃO)

Um avaro guardava os montões d'oiro
n'um fortissimo cofre de segredo:
podia descançar, viver sem medo
que ninguém lhe roubava o seu thesoiro.

Mas, alta noite, erguia-se e lá vinha
examinar de perto a caixa forte,
que beijava n'um lubrico transporte
por se lembrar d'esse oiros que continha.

Altas horas erguendo-me de manso,
qual avaro que troca o seu descanço
pelo insensível oiros a que estremece,

guiado pela febre que me abraza,
vou beijar as paredes d'essa casa
da mulher que idolatro e me aborrece.

SANCHES DA GAMA.

O CHRISTIANISMO ABOLIU A ESCRAVIDÃO

(AO MEU CONDÍSCIPULO EDUARDO PIRES DE LIMA)

(Continuado do n.º 4)

Parece-me bastantemente infeliz a citação da proposição 80 do Syllabus para demonstrar o caracter *retrogrado* dos catholicos, proposição a que o meu amigo presta inteiro assentimento, pois que diz:

«A opposição fundamental que se dá entre a Igreja e a civilização não carece de ser provada: o proprio Pio IX a reconheceu, quando no art. 80.º do Syllabus lançou o *anathema* áquelle que julgasse que o Pontífice Romano podia e devia reconciliar-se e transigir com o progresso, o liberalismo, e a civilização moderna.»

É na verdade surpreendente o ver um livre pensador mais papista do que Pio IX. São talvez reminiscencias de antigos tempos, recordações de camaradagens d'out'ora, que não vêm a proposito mencionar aqui. De feito, as primeiras ideias, boas ou más, rasgadas ou curtas, generosas ou mesquinhas, deixam sempre no espirito uns laivos indeleveis, que nem toda a potassa positivista é capaz de plenamente dealbar.

Eu é que declaro solemnemente que nego o meu humilde assentimento a tamanho disparate. Que me importa que Pio IX definisse a opposição fundamental

entre a Igreja e a civilização? Não o acredito; estou no meu direito. Diz-me a razão e a experiencia que é mentirosa tal definição papal, e é quanto me basta; não creio em nada que vá d'encontro á evidencia. Se o crente academico dispensa a prova racional ou experimental em face do oraculo pontificio, eu nem a dispenso, nem a julgo dispensavel; além de religioso, intendo que posso ser tambem illustrado, e homem do meu seculo. O que vejo e palpo, não preciso de que ninguém m'o diga.

Mas Pio IX nunca se lembrou de afirmar semelhante cousa. Assentemos o principio de que se não deve interpretar qualquer asserto isoladamente, sem recorrer aos antecedentes e consequentes. Desprezando este principio, que se me afigura de noção elemental, pode qualquer leitor, por exemplo, demonstrar que eu sou rebelde aos ensinamentos do papa, citando desacompanhadamente o trecho acima escripto. Ora foi isto exactamente o que fez Pires de Lima, attribuindo a Pio IX a affirmativa da incompatibilidade da civilização moderna com a Igreja em virtude do *anathema* fulminado sobre uma proposição interpretada isoladamente. A proposição — *Romanus Pontifex potest ac debet cum progressu, cum liberalismo et cum recenti civilitate sese reconciliare et componere* — despregada da — *Alloc. Jamdudum cernimus, 18 Martii 1861* — onde vem inserida, é mil vezes absurda. Leia a cit. alloc., e verá que especie de progresso, de liberalismo e de civilização é essa com que a Igreja não pode nem deve reconciliar-se. Verá que não é o verdadeiro progresso, delineado nas paginas evangelicas e trilhado pela humanidade ovante em escala de ininterrompidos triumphos; verá que não é a verdadeira liberdade, que se desfaz em prodigios de boas obras e se reparte em scentelhas de virtude; verá finalmente que não é a verdadeira civilização que nobilita e engrandece o individuo, e depura e regenera a sociedade.

Demasiado, porém, me vou alongando n'estes reparos ao exordio do artigo do meu condiscipulo, e não comporta realmente este periodico toda a extensão das innumeradas observações que desejaria fazer. Com bastante magua, pois, deixo — as instituições absurdas do christianismo — a figura meiga do Christo da lenda — e as passagens do Evangelho de S. Matheus¹ tão desapropositadamente sahidas da bocca de Jesus transformado n'um inquisidor d'aspecto feroz, para me occupar já da peregrina demonstração da não abolição da escravatura pelo christianismo.

Esta demonstração consta de tres argumentos, qual d'elles o melhor. 1.º A Biblia não condemnou a escravidão. 2.º A Igreja e seus filhos serviram-se d'ella. 3.º Os seus Padres e Doutores não a combateram e até a defenderam.

Examinarei pacientemente cada um d'estes argumentos.

¹ X — 34 e 35.

I

Nada de espantos. O primeiro argumento não avulta pela originalidade; pois que é quasi litteralmente transcripto da *Philosophie du Droit*, de Belime ¹.

Belime diz: *On ne trouve ni dans les livres saints, ni dans les Pères de l'Église, je ne dis pas aucun appel à la revolte, mais aucune proposition tendant à présenter la servitude comme illégitime.*

Pires de Lima repete: «*Com effeito, não se encontra na Biblia uma só passagem d'onde possa deduzir-se a illegitimidade da escravidão.*»

Por mais insolita que pareça esta affirmacão, é certo que está impressa em letra redonda. Os dois escriptores mencionam textos de S. Paulo, comprehendendo nitidamente alguns, e fingindo não perceber a evidencia d'outros. Pois declaro-lhes francamente que é necessario estarem algum tanto deslumbrados para não verem a condemnação da escravatura envasada nos escriptos do Apostolo das Gentes ². Estatuido tão categoricamente o principio da egualdade moral, levantado o pregão de que todos os homens são eguaes perante Deus, que mais é mister para furtar á escravatura o fundamento natural e justo em que a encravou Platão, Aristoteles e ainda Cicero ³?

Parece incrível que os referidos escriptores não notassem a differença enorme entre a linguagem d'estes philosophos e a dos jurisconsultos romanos que já escreveram á luz das ideias christãs! Não saberiam das provaveis relações de Seneca com S. Paulo? Desconheceriam que Florentino e Ulpiano se inspiraram nas ideias de Seneca, quando em suas maximas proclamaram que a escravatura era contra a natureza — *contra naturam* ⁴? Pois deviam ter notado esta differença, este lampejar d'uma ideia nova, este primeiro influxo do christianismo. E nada prova em contrario que este fosse então sanguinariamente perseguido. A verdade é um luzeiro intensissimo que alumia o espirito dos que tentam apagal-o.

Quereriam talvez encontrar nos livros do Novo Testamento a condemnação da escravatura formulada á maneira d'um decreto ou d'uma carta de lei. Por exemplo:

Paulo, Apostolo das gentes, etc., em nome de Jesus Christo, fazemos saber:

Art. 1.º Perante Deus todos os homens são eguaes.

§ unico. Oppõe-se a esta egualdade a existencia da escravatura e por isso a condemnamos e abolimos.

¹ Vid. 2.ª ed. Paris, 1867, pag. 29 e 30.

² Vid. Ad Corinth. — XII, 43. Ad Coloss. — III, 41. Ad Galat. — III, 28 e V, 13. Ad Ephes. — IV, 6. Ad Rom. — II, 14.

³ Vid. *Des lois*, traduct. de M. Cousin, 1832, tom. II, pag. 174, 179 e 180. — *Politiq.*, traduct. de Saint-Hilaire, tom. I, pag. 27, 29 e 31. — *De Officiis*, lib. II, 7.

⁴ Vid. L. 3, *D. de just. et jure*. — L. 32, *D. de reg. juris*. — L. 4, *D. de just. et jure*.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Etc.

É que S. Paulo naturalmente nunca foi professor de direito como Belime, nem quart'annista do dito como Pires de Lima. Contentou-se em proclamar principios generosos e fecundos, que o decurso do tempo concretisaria em civilisações esplendentes, sem commetter imprudencias prejudiciaes ao bom acolhimento das doutrinas que prégava. De que serviria então a condemnação formal e explicita da escravatura?

É preciso ignorar muitissimo as circumstancias sociaes, politicas e economicas do tempo de S. Paulo, para desejar ver nos escriptos d'este homem de genio superior uma tal condemnação. O grande numero dos escravos que muitos senhores contavam aos centos, o seu estado intellectual e moral verdadeiramente lastimoso, a constituição da propriedade, a distribuição dos haveres, tudo aconselhava mil cautelas a fim de que não surgissem perigos e transtornos que aballem desde o imo de seus fundamentos toda a sociedade.

Pois estes juristas que me attestam que S. Paulo ordenara aos escravos a obediencia a seus senhores com respeito e simplicidade de coração ¹, não sabem o motivo especial d'esta ordem? Eu lh'o digo.

Nem tudo o que o Apostolo prégou se encontra exarado em suas epistolas; e é de suppôr que o — *Vos enim in libertatem vocati estis, fratres* ² — fosse explanado convenientemente nas annunciações evangelicas. Ora estes senhores, que me citam S. Jeronymo, deviam saber o que este Padre nos conta sobre as prègações do Apostolo. Diz elle que muitos escravos, ouvindo o chamamento á liberdade christã, pensaram que com esta se lhes dava a liberdade civil.

S. Paulo, intelligencia luminosa e espirito rasgado, comprehendeu immediatamente os grandes perigos d'este pensamento, e apressou-se a desvanecer-o então, apregoando os principios da obediencia e da moderação, como os unicos de applicação immediata e urgente nas condições e circumstancias da sua epocha ³. Onde está aqui a antinomia? Como pode a obediencia aconselhada aos servos infirmar as maximas de fraternidade e egualdade, geradoras da liberdade universal e da plena abolição futura da escravidão?

Permittam-me que lhes diga que, embora o Apostolo não fizesse profissão de fé positivista no Areopago d'Athenas, deu no entanto muito mais importancia aos factos sociaes, do que esses que para ahí andam proclamando positivismos a seu modo. A abolição da escravatura lá estava como fulgida estrella prégada no ideal christão, como principio luminoso da ideia nova; mas o que ainda não tinha chegado, era a occasião opportuna para este ideal se trasmu-

¹ Ad Ephes. — VI, 5.

² Ad Galat. — V, 13.

³ Ad Ephes. — VI, 5. Ad Thimoth. — VI, 4.

dar em realidade, para este principio se engravar nos factos. E como era socialmente impossivel abolir de prompto a escravatura,urgia lançar mão de maximas de applicação transitoria, que minorassem os males actuaes e preparassem a evolução para bens futuros. Foi o que fez o Apostolo, aconselhando aos servos a obediencia e aos senhores a moderação. E estranham os juristas esta dualidade de ideias? Para que a reputam antinómica? Pois não teem nos seus codigos disposições fixas e transitorias? Pois não vêem que quando é impossivel realizar um principio geral de justiça, se é obrigado a transigir nas leis com a força invencivel dos factos?

Litré dá plena razão a S. Paulo, quando diz no logar já por mim citado: «*l'esclavage n'a pu périr dans les faits qu'après avoir été attaqué dans les idées et dans les sentiments.*»

Já vê o meu nobre condiscipulo que não tenho receio nenhum das suas citações biblicas, e oxalá que o mesmo lhe aconteça com respeito ás minhas positivistas, do que seriamente duvido.

Mas eu quero conceder-lhe que não haja versiculo nenhum no Novo Testamento que condemne a escravidão. Pode concluir d'aqui um positivista que o christianismo a não abolisse? Nem toda a doutrina christã se contém exclusivamente nos livros do Novo Testamento; afirmar o contrario é cahir no protestantismo e não conhecemos as relações de intimidade entre este e o positivismo.

Um positivista não crê na inspiração dos livros santos, e por isso não extráe d'elles a sua sciencia; não se deixa seduzir pelas utopias dos escriptores revolucionarios e por isso não lhes perfilha as ideias. Um positivista estuda nos factos o character das religiões, o seu espirito privativo, e depois affirma com Augusto Comte:

«La tendance générale du monotheisme à modifier profondément l'esclavage, au moins en adoucissant la conduite des maitres, est sensible jusque dans le mahométisme, malgré la confusion fondamentale qui y persiste encore entre les deux grands pouvoirs sociaux. Elle devait donc être extrêmement prononcée dans le système catholique, qui, ne se bornant pas à une simple prescription morale, «quelle qu'en fût l'imposante recommandation, interposait directement, entre le maitre et l'esclave ou entre le seigneur et le serf, une salutaire autorité spirituelle, également respectée de tous deux, et continuellement disposée à les ramener à leurs devoirs mutuels»¹.

Veja-se o meu amigo n'este espelho, em quanto eu, depois de ter assim desfeito directa e indirectamente o seu primeiro argumento, me preparo para lhe examinar o segundo.

(Continúa)

PEDRO NOGUEIRA.

¹ *Cours de Philos. Post.*, 3^{me} éd. Paris, 1869, tom. v, pag. 287.

N'uma festa escolar

O estudo é para nós, companheiros da festa,
Como o arado no campo a revolver a leiva
E como a abençoada e fecundante seiva
Que anima estranhamente os robles da floresta.

Meus amigos, o arado abre a terra, e permite
Que em fructos desabroche a minima semente.
O estudo, que oxalá nenhum de nós evite,
Faz abrir e florir e fecundar a mente.

Os robles da floresta eram plantas sem força,
Debeis hastes que o vento inclinava e torcia;
Hoje são colossaes, não ha vento que as torça
Nem furia que lhes quebre a grande ramaria.

Podem folhas cair, mas voltam folhas novas.
É que a seiva irrompeu, cresceu todos os dias.
A instrucção, do valor nas mais tremendas provas,
Tambem faz resistir ás grandes ventanias.

1885.

BERNARDO LUCAS.

A MÃE

(AO DR. ANTONIO DE VASCONCELLOS)

Como um formoso cedro do Libano, eu conhecia-a ainda
altiva e loira com os seus cabellos radiosos, com os seus bellos olhos febris. E escutei-lhe, então, a historia triste do seu filhinho adorado:

— Como um lyrio, como o fructo d'um pomar delicioso e tenro o seu filhinho nasceu para que aos olhos se lhe abrisse a Natureza em festa; pois que era um dia iriado de sol, cheio de gloria.—

— Mas como era um dia cheio de gloria os primeiros vagidos do seu filhinho uniram-se aos cantos das aves, que chilreavam alegres. Não admirava; por esse tempo construíam as aves os seus ninhos flacidos de plumagens doces.—

— Como esses ninhos flacidos de plumagens doces tambem ella enfeitara o berço do seu filhinho. Se era tão bom trazel-o junto dos seios, amamental-o, enchel-o de caricias e beijos! —

— Porém essas caricias e beijos sentiram uma vez aquelle pequenino corpo gelado. Quizeram aquecel-o, conchegando-o muito a si, mas nada conseguiram. Foi então que ella se lembrou de que o inverno se approximava. —

— Como o inverno foi rigoroso, o seu filhinho não resistiu e a flôr da vida murchou-se-lhe. O pequenito morreu sem um gemido, como as plantas, como um sonho, como o fructo d'um pomar delicioso!... —

No entanto, esse pomar delicioso — ella — que eu conheci altiva e loira, pouco tempo existiu sem que a levasse a saudade... Sim; — ella tambem morreu sob o inverno, quando a Natureza já não estava em festa e as aves não cantavam, como se um braço desconhecido derrubasse, sem magua, um formoso cedro do Libano!...

ANTONIO FOGAÇA.

ECHOS DA PORTA FERREA



A chronica tem caído n'um esquecimento imperdoavel, toda envolvida em pequeninos assumptos de importancia momentanea. Ha muito que entre nós se encontra uma gloria nacional, um nobilissimo talento que vingou ser conhecido fóra de portas do reino, alargando a sua fama e o seu nome pelo estrangeiro, onde as medianas intelligencias se baralham perdidas e ignoradas, e nem sequer imitamos os nossos collegas arrumando entre noticias insignificantes a da visita do sr. dr. Gama Pinto a esta cidade!

D'um talento brilhantissimo e d'uma tenacidade ferrea, subiu na sabia Allemanha a professor de Medicina na notavel universidade de Heidelberg, estendendo, ao longe e ao largo, a sua illustração acurada e a sua provada competencia sem rival em curas milagrosas de molestias de olhos.

Desde seculos que nenhum homem nosso alcançou, que saibamos, a honra difficil de ser professor em alguma universidade estrangeira; teve-a agora o sr. dr. Gama Pinto.

Pois, este já celebre especialista, que é tão modesto como talentoso, não teve uma recepção solemnisima e digna do esplendor do seu saber e da sua posição, nem recepção de especie alguma, pela parte da nossa universidade.

Triste! simplesmente triste!

Acreditamos bem que não foi a inveja que fez retrahir os seus collegas d'esta terra na concha do silencio, embora julgemos que os genios sejam como a columna de luz e de sombra, de que fallam os livros mosaicos. Na sombra resmungam os que podem ver e não querem.

Seja qual for porém a razão porque nem ao menos se acompanhou Lisboa na maneira sympathica e gloriosa como acolheu o distincto medico, a chronica entende cumprir um dever inadiavel de cortezia e consideração para quem se faz conhecer e a nós, entre estranhos longiquos, assoalhando ao paiz o frio acolhimento injustificavel de camaradas no ensino.

Brevemente o sr. dr. Gama Pinto partirá, chamado pelas obrigações do magisterio, a occupar a sua cadeira na universidade allemã, sendo, segundo nos consta, um dos delegados que esta universidade manda a represental-a n'um proximo congresso scientifico nos Estados Unidos.

A chronica curva-se respeitosamente, entusiasmada e deslumbrada, perante o eximio professor.

*

A academia reuniu-se em assembleia geral n'um salão do Club Academico, a convite da direcção d'este, para deliberar o modo de proceder na questão dos estudantes de Lisboa.

Votou unanimemente pela elaboração d'uma representação a el-rei intercedendo pelo nosso collega lisbonense, para minorar-lhe ou perdoar-lhe a pena.

Cumpriu um dever de gratidão e de leal camaradagem, para com quem, em semelhantes conjuncturas, nos tem prestado serviços identicos.

A questão, como a historia o nosso collega do *Nacional*, passou-se entre um estudante e o sr. Agostinho Lourenço, professor de chimica, — «aula que não é desde muito um modelo de socego, attenção e respeito, devido á nimia condescendencia do professor, excellente pessoa que permite e por ventura toma com os rapazes demasiadas familiaridades.»

Alguem nos contou as tristissimas causas porque o professor, que foi um dos nossos primeiros chimicos, toma com os seus discipulos demasiadas familiaridades. E é pena que o illustre chimico vá decaindo sensivelmente, por querer fazer do estomago uma retorta onde combina á força as bebidas alcoolicas!

N'estas condições, a chronica não chama «familiaridades», nem tambem classifica hoje as relações do sr. Agostinho Lourenço, que devia impôr-se pelo seu talento e pela sua condição.

Desde o momento, pois, que um professor não sabe dirigir-se, nem dirigir os outros, e todos os dias consolida uma linha quebrada de conducta, nada pode exigir e muito menos julgar-se aggravado, invocando-se-lhe a praxe por elle estabelecida ou consentida.

E que o estudante, muito serio e intelligente, não praticou o delicto imputado, prova-o a propria decisão do conselho, a qual, segundo nos consta, teve de ser desempatada pelo director.

E se isto assim succedeu, a chronica verbera com todo o seu desassombro e imparcialidade o desusado e iniquo procedimento do sr. director. Não foi costume nunca, em collisão do rigor da lei e da equidade, optar-se pelo primeiro. Pede-o o bom-senso e um sufficiente conhecimento da propria lei.

Por todas estas razões confiamos religiosamente em que el-rei dará a devida e inteira justiça ao estudante riscado, mandando readmittil-o na Escola Polytechnica.

*

Temos infelizmente a rectificar a noticia dada no nosso ultimo numero ácerca da vinda a esta cidade da insigne cantora Fides Devriés. A fallencia aberta á empreza do theatro de S. João do Porto obrigou esta insigne artista a retirar para Lisboa, sem que nos desse o prazer de apreciarmos os seus elevados dotes.

ANGILRAMNO.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, letras e factos

N.º 6

Coimbra, 8 d'abril de 1886

Anno I

SUMMARIO

- Exposição e critica das classificações de impostos* — Eduardo Pires de Lima.
N'um album (poesia) — Antonio Fogaça.
O christianismo aboliu a escravidão (continuação) — Pedro Nogueira.
A... (poesia) — Silvestre Falcão.
Considerações ácerca da classificação geologica (continuação) — R. Gusmão Junior.
Num retrato (poesia) — Francisco Bastos.
Balladas em prosa — Angelo Ferreira.
Coimbra e o primeiro collegio da Companhia de Jesus (conclusão) — Antonio Claro.
Echos da Porta Ferrea — Angilramno.
Sob a varanda (poesia) — O-Tello.
Publicações.

Exposição e critica das classificações de impostos



Referindo-se ás classificações de impostos até hoje apresentadas, escreveu o illustre Passy com inegavel razão que «toutes ces classifications, au fond, laissent infiniment à désirer.» E se a isto accrescentarmos que a maior parte dos syntelologistas dão o nome de classificações áquillo que, muitas vezes, nem o de divisões merece, faremos uma ideia exacta do estado da sciencia financeira a este respeito.

Um dos escriptores que mais proficientemente tratou das questões relativas ao imposto foi Esquirou de Parieu, no seu *Traité des impôts considérés sous le rapport historique, économique et politique, en France et à l'étranger* ¹.

Logo n'um dos primeiros capitulos d'esta importantissima obra occupa-se o seu auctor da classificação dos impostos, trabalho cuja importancia elle faz resaltar, dizendo que, «se considerarmos, mesmo superficialmente, o systema d'impostos, para logo nos

impressiona a variedade extrema dos objectos que elle abraça. As pessoas, as propriedades, os gózos, os consumos, quer a sua materia provenha do interior quer do exterior do estado, os actos mais diversos da vida humana... , toda a existencia dos cidadãos, n'uma palavra, parece ter sido envolvida na engenhosa rede tecida pelos financeiros.

«Entretanto, continua De Parieu, estes impostos tão diversos são susceptiveis de classificação, e só sujeitando-os a ella podemos chegar a abraçal-os d'um modo completo e a estudal-os ao mesmo tempo nas suas differenças e nas suas affinidades.»

Tendo assim mostrado a importancia da classificação dos impostos, agrupa-os o distincto syntelologista em cinco categorias, tomando para base os objectos que o imposto fere ou, pelo menos, aquelles sobre os quaes elle é directamente lançado.

Essas categorias são as seguintes:

- 1.ª Impostos sobre as pessoas ou capitações. *prop. e c.*
- 2.ª Impostos sobre a riqueza, ou sobre a posse dos capitaes e rendimentos. *e.*
- 3.ª Impostos sobre os gózos. *com.*
- 4.ª Impostos sobre os consumos.
- 5.ª Impostos sobre os actos.

N'esta classificação, diz o seu auctor, assim como na maior parte das classificações naturaes, ha a vantagem de se poder passar d'uma categoria a outra por matizes muitas vezes insensíveis, e que formam, por assim dizer, grupos de impostos mixtos; pode ella, além d'isso, coadunar-se com a divisão dos impostos em directos e indirectos, segundo a tradição e o gosto francez. Com effeito, os impostos comprehendidos nos tres primeiros grupos recebem-se por meio de rôes nominativos, sendo por tanto directos; ao passo que os impostos comprehendidos nos dois ultimos grupos, não comportando rôes nominativos, entram na categoria dos indirectos.

É engenhosa a concepção de Parieu, mas parece-nos que não resolve o problema proposto, e que de modo algum pode ser considerada uma classificação

¹ Tom. 1.º, liv. 1.º, cap. 2.º, pag. 9 e seguintes.

natural, como o seu auctor pretende. Com effeito, duas grandes noções philosophicas dominam os trabalhos d'esta ordem: a formação dos grupos naturaes, e a sua successão hierarchica. Ora a nenhum d'estes principios obedece a classificação de Parieu.

E na verdade ella não é homogenea, porque não tem por base o mesmo character fundamental. De Parieu diz, é certo, que ella assenta sobre a materia collectavel, mas isso é inexacto. Logo no primeiro grupo, o auctor é infiel ao seu criterio, porque os impostos pessoas ou capitações são verdadeiros impostos mixtos, em que a materia collectavel é toda a fortuna do contribuinte, qualquer que ella seja. O mesmo diremos relativamente aos grupos 4.º e 5.º Nem os gozos, nem os consumos são materia collectavel; mas sim os objectos destinados a satisfazer aquelles e a realizar estes. É verdade que o imposto lançado sobre estes objectos faz restringir os gozos e diminuir os consumos, mas isso é um effeito da reflexão do imposto, e De Parieu não toma este phenomeno como base da sua classificação.

Desde o momento em que a classificação não seja homogenea; desde o momento em que os seres agrupados n'uma categoria pertençam a qualquer das outras, claro é que não teve logar a formação dos grupos naturaes.

Pretende tambem Parieu que na sua classificação se pode passar d'uns grupos para outros naturalmente: a nós parece-nos que não ha passagem possivel. Que subordinação existe, por exemplo, entre as capitações e os impostos sobre a riqueza ou sobre a posse dos capitaes e rendimentos? Como se ha de passar, naturalmente, d'aquelles para estes? Como é que do gozo se passa para o consumo? O inverso ainda se podia comprehender, pois que o gozo pode resultar d'um consumo, mas não o consumo d'um gozo. E que transição natural nos ha de levar do consumo para os actos? Estas e outras razões que apresentariamos, se os estreitos limites de que dispomos nol-o permittissem, levam-nos a ver no trabalho, aliás engenhoso, de Esquirou de Parieu, uma simples classificação artificial, que não resolve o problema proposto.

— Paulo Cauwès, economista distincto, que honra a faculdade juridica de Paris onde é professor, apresentou tambem uma classificação dos impostos na sua obra *Précis du cours d'économie politique* ¹.

Apesar da sua multiplicidade, escreve elle, os impostos agrupam-se d'um modo racional em quatro categorias:

1.ª Impostos sobre as pessoas ou capitações.

2.ª Impostos sobre a producção e a posse das riquezas, que se subdividem em impostos sobre a propriedade e sobre os gozos prediaes (foncières) e em impostos sobre os lucros industriaes e os rendimentos em geral.

3.ª Impostos sobre a circulação intellectual e material, direitos sobre as transacções, transmissões, correspondencias, transportes e importações.

4.ª Impostos sobre os consumos.

Esta classificação, diz Cauwès, tem por base a natureza dos objectos submettidos ao imposto, sendo por tanto muito util o adoptal-a como guia no estudo analytico das contribuições, mas tem o defeito de não indicar a relação que existe entre o Estado e o contribuinte, de forma que é necessario completal-a pela divisão usual dos impostos em directos e indirectos.

Não é este, porém, o unico inconveniente que achamos no trabalho de Cauwès, com quanto o julgamos muito superior ao de Parieu.

Um defeito commum teem as duas classificações; é pretenderem os seus auctores, tomando para base d'ellas a natureza da materia collectavel, fazer das capitações um grupo distincto. É este o primeiro vicio que notamos no trabalho de Cauwès, accrescendo mais os seguintes: no 3.º grupo comprehende o illustre economista a industria transportadora, que devia estar incluída no 1.º; inclui tambem no mesmo grupo os impostos lançados sobre as industrias immateriaes, o que é manifestamente inexacto, pois que ellas pertencem á producção. Finalmente, se é certo que ha uma subordinação natural entre os ultimos tres grupos de impostos apresentados por Paulo Cauwès, não nos parece ser menos certo que o trabalho do distincto economista não é uma classificação natural, pois não apresenta os impostos reunidos em grupos dispostos por forma tal que os que pertencem a um d'elles tenham mais afinidade entre si do que os pertencentes a qualquer dos outros, nem essa hierarchia parcial dos tres ultimos grupos apparece como uma applicação consciente do principio da subordinação dos caracteres.

Por estas razões, pois, entendemos que Paulo Cauwès não resolveu tambem o problema em questão.

¹ Tom. 2.º, n.º 1229, pag. 494.

Nota. — No artigo — *Alguns principios geraes sobre a classificação dos impostos*, publicado no n.º 4 d'esta folha, dissemos nós que os caractéres subordinadores eram constantes e fixos. Para evitar *mal-entendus* devemos advertir, com quanto o julgemos quasi desnecessario, que tomamos estas palavras no sentido que lhes dá a biologia. Não queremos dizer com ellas que os caractéres subordinadores sejam *immu-taveis*; o que por aquellas palavras se entende é que as transformações e variantes que se notam n'esses caractéres não obstam a que sobre elles se baseie uma classificação natural.

P. DE LIMA.

N'um album

Eu gosto muito de vel-a,
minha senhora.
Perdão, se lhe chamo estrella,
que vence a aurora...

Não têm as filhas do gelo
nada melhor;
nem têm melhor o cabelo,
nem melhor côr.

N'essas olheiras guardados
— olhos do sul...
lembram dois mantos doirados
com franja azul.

Ainda que busque, não vejo
quem, bella e louca,
guarde a doçura d'um beijo
como essa bocca.

Dos pomos de nenuphar
não sei que é feito...
São dois segredos a par...
tenho respeito.

Quando lhe aperto essa mão,
ditosas leis!
que as fibras d'um coração
tornam anneis.

Se os seus péritos, em summa,
me ponho a olhar,
julgo que poisam na espuma,
sem a quebrar.

Por isso eu gosto de vel-a,
vencendo a aurora...
Perola, deusa, ou estrella,
minha senhora!...

ANTONIO FOGAÇA.

O CHRISTIANISMO ABOLIU A ESCRAVIDÃO

(AO MEU CONDÍSCIPULO EDUARDO PIRES DE LIMA)

(Continuado do n.º 5)

II

Era radicada a escravatura nas leis e costumes da antiguidade. A Igreja, longe de revoltar as massas populares, decretando logo a plena liberdade universal, antes se aproveitou da instituição odiosa, adoptada pela sociedade civil, acceitando muitas doações de escravos. Portanto não foi o christianismo que aboliu a escravidão.

Tal é o segundo argumento apresentado pelo meu illustre condiscipulo. Este argumento, como o distincto academico declara, é copiado de Belime ¹. Devo porém notar que Belime não tira de suas premissas uma conclusão tão ampla, como Pires de Lima.

O primeiro é mais moderado; pois ainda deixou escapar estas expressões: — *Sans prétendre que le christianisme resta sans influence sur ce grand fait social, je crois du moins que cette influence fut plutôt indirecte que directe, plutôt involontaire que préméditée* ².

O segundo vae logo ás do cabo, dizendo: — *A escravidão é que de modo nenhum se pode dizer que fosse abolida pelo christianismo.*

Não obstante, as premissas são as mesmas; identicos os factos; as citações eguaes. E qual a razão da maior amplitude da conclusão do estudante? Talvez o dicto popular: *Quem conta um conto, sempre lhe accrescenta um ponto.* Se é outra a razão, declaro que a ignoro.

Decididamente estou em maré de ignorancias. Tambem não sei como dos factos allegados se possa deduzir que o christianismo não abolisse a escravatura. A Igreja possuiu escravos, diz-se. Pois bem! E depois? Depois o mais que se pode concluir é que a Igreja, vendo a impossibilidade de abolir repentinamente a escravidão, foi obrigada a contemporisar, e que procedeu n'este ponto com a prudencia que a caracteriza nos dezenove seculos de sua gloriosa existencia. Esta legitima conclusão já foi indicada por Balmes a Guizot nos termos seguintes:

«Si se queria proceder con buena lógica, era necesario mirar ántes, si la abolicion repentina de «la esclavitud era posible, y si el espíritu de orden y «de paz que anima á la Iglesia podia permitir que «se arrojasse á una empresa, con la que hubiera «trastornado el mundo, sin alcanzar el objeto que «se proponia ³.»

¹ Obr. cit., tom. 2^{me}, pag. 30, 31 e 32.

² Pag. 29.

³ El Protest. comp. con el Catol. Tom. I, cap. xv, pag. 107.

Vê-se que o raciocínio caduca immediatamente pela illegitimidade da conclusão. Mas não me contento com isto; vale a pena examinar os factos apontados para corroboração do supposto argumento.

Logo a primeira affirmativa se me afigura d'uma curiosidade pasmosa: «Constantino publicou muitas leis sobre a disciplina ecclesiastica, sobre os privilegios dos bispos, sobre as penas a inflingir á heresia; mas em vão se procuraria uma só que modificasse a sorte dos escravos; e, quando Justiniano quer dar a conhecer, no livro elementar das Institutas, a constituição que lhes concedia as poucas garantias de que então gosavam, é obrigado a citar o rescripto d'um imperador pagão, d'Antonino Pio.»

Eu não sei se os leitores entenderão esta versão portugueza. Suppunhamos que sim, e vamos ao que importa. Com que então o imperador Constantino não publicou lei alguma, nem uma só, que modificasse a sorte dos escravos?

Confesso que não sou grande investigador; mas logo á primeira leitura encontrei a seguinte:

«Si virgis aut loris dominus servum afflixerit, aut custodiae causa in vincula conjecerit: dierum distinctione sine interpretatione depulsa, nullum criminis metum servo mortuo sustineat. Nec vero immoderate suo jure utatur: sed tunc reus homicidii sit, si voluntate eum ictu fustis aut lapidis caeciderit: vel certe telo usus, lethale vulnus inflixerit, aut suspendi laqueo praeceperit, vel jussione tetra praecipitandum esse mandaverit, aut veneni virus infuderit, vel dilaniaverit poenis publicis corpus, ferarum unguibus latera persecando vel exurando oblati ignibus membra, aut tabescentes artus atro sanguine permixta sanie defluentes, prope in ipsis adegerit crucialibus vitam relinquere saevitia immanium Barbarorum. Dat v id Maji Romae, Constantino A. et Licinio Conss. 312¹.»

É espantoso este documento pelos requintes de crueldade a que allude. Nunca uma lei prohibiu factos imaginarios; a prohibição legal evidencia a pratica de factos em contrario. O tratamento dos escravos aqui está delineado. Constantino proscreevou taes cruezas, deixando apenas o direito d'alguns castigos exercido com moderação. Se compararmos estes castigos com as benevolencias caracteristicas da civilização hodierna, talvez que nos horrorisemos ainda; mas se os approximarmos das barbaridades antigas, no proprio documento referidas, reconheceremos um progresso immenso.

Eu bem sei que já antes de Constantino se tinham tomado algumas providencias n'este sentido; mas para que se diz não ter este imperador feito uma só lei que modificasse a sorte dos escravos? Em face do documento, consintam-me pelo menos

que elle confirmasse estes preceitos de humanidade, pois ignoro que exista o dever d'acompanhar alguém na ignorancia.

Ora, segundo os meus fracos conhecimentos, a primeira lei que modificou o direito absoluto de vida e de morte sobre os escravos, foi a *L. Petronia* attribuida por Hanbold e Hugo ao tempo de Augusto, e e por Hotoman e outros ao de Nero. Esta lei prohibia que os senhores obrigassem seus escravos a combaterem com as feras¹. Adriano e Antonino Pio estatuiram em suas constituições preceitos de repressão aos poderes arbitrarios dos senhores², e todas estas disposições foram caridosamente (*religiosa mente*) conservadas e ampliadas por Constantino.

Mas em que principalmente este imperador favoreceu a sorte dos escravos, foi em facilitar a sua emancipação, tão circumscripção por Augusto³. Toda a gente sabe que existem duas constituições de Constantino, uma de 316 e outra de 321, em que se estatue a *manumissão* nas Egrejas, perante o Bispo e na presença do povo⁴. E não foi então conferido aos ecclesiasticos o privilegio de poderem libertar seus escravos por uma simples concessão oral, sem mais solemnidades? Godefroy assim o attesta, fundado nos escriptos de Lactancio⁵.

As disposições de Constantino sobre a escravatura fizeram subir extraordinariamente o numero dos libertos, como é sabido de todos. Chego até a dizer que se multiplicaram tão imprudentemente as manumissões, que foi mister publicar regulamentos sobre a mendicidade⁶, attenta a aggravação do pauperismo, gerado pela precipitação com que se dava a liberdade a tantos escravos.

Parece-me ver avultar em todos os citados documentos o pensamento christão, e crescer a ideia da abolição da escravatura. Já notei a chimera da abolição plena e immediata, e reputo tempo perdido combater chimeras e utopias. A abolição lenta, prudente e realisavel apparece esplendida no tempo de Constantino, como fica demonstrado. Se Belime não conheceu estes dados historicos, que pese á faculdade de direito de Dijon a injuria d'um professor tão ignorante. Se os conheceu, como não podia deixar de ser, considerada a sua vasta erudição, é evidentissima a sua má fé.

Mas entremos já na idade média, que apreciaremos muito de relance. Esta materia é enorme, e mal cabem nos limites d'este periodico as variadas observações que me suggere o escripto do meu illustre condiscipulo. Se podesse dispôr de tempo e de

¹ Vid. D. 48. 8, 11, § 2, f. Modest.

² Vid. D. 1. 6. 2, in fine, f. Ulp.—Inst., liv. 1, tit. 8, § 2.

³ Vid. as leis *Ælia Sentia* e *Fusia Caninia*.

⁴ Vid. Cod. Theod., de manumiss. in Eccles.—C. J., L. 1 e 2, de his qui in Eccles. man. (1, 13).

⁵ Sobre o Cod. Theod., de man. in Eccles.

⁶ C. Theod. e C. J., de mendicant.

¹ C. J., L. un., de emend. servor.—e C. Theod. L. 1, eod. tit.

espaço, nada ficaria sem resposta; mas é preciso caminhar a passo mais acelerado e terminar estes reparos que para muitos leitores não serão de amenidade extrema, nem de singulares enlevos.

(Conclue)

PEDRO NOGUEIRA.

A...

Eu adoro-a: no entanto ás vezes quando
Preguiçosa no leito se reclina,
E o meu olhar faminto, descerrando
Avidamente a flácida cortina,

Voluptoso a vé branca e divina,
Semi-nua no leito morno e brando...
— Solto o cabello — e a mão rosada e fina
No fofu travesseiro descangando;

Ante aquella visão deliciosa
Eu fico-me a scismar perdido e louco
Nas abundantes formas côr de rosa

Do seu corpo de linhas virginaes...
E sinto que este immenso amor é pouco,
Porque ella ainda merece muito mais.

SILVESTRE FALCÃO.

CONSIDERAÇÕES Á CERCA DA CLASSIFICAÇÃO GEOLOGICA

(Continuado do n.º 2)

Occorreu procurar nos *facies* petrographicos caractéres differenciaes sufficientes; — poderão servir para observações locaes, mas já assim não succede, quando se trata de terrenos extensos, reconhecendo-se que o *facies* petrographico d'uma serie de camadas, em geral, é destituído de valor para a determinação da sua idade relativa. O systema cretácico é um exemplo frisante da diversidade de *facies* petrographicos: na ilha Rugen é representado por cré branca e silex; na França, na Belgica e na America do Norte por margas; a oeste da California os schistos crystallinos são as rochas predominantes. Todos estes depositos estão todavia ligados entre si por caractéres communs, contendo formas animaes e vegetaes identicas ou muito proximas, e sendo forçoso referil-os á mesma phase do desenvolvimento da terra, e attribuir-lhes a mesma idade relativa.

Não obstante, em certos casos a composição petrographica pode prestar alguns serviços. Consideremos, por exemplo, duas camadas, A e B, sendo

B um conglomerado de calhaus da natureza da rocha, constitutiva de A; deve concluir-se que a camada B é mais moderna do que A, visto que parece ter-se formado á custa d'esta. Assim como, se os caractéres paleontologicos de duas camadas contiguas forem consideravelmente differentes, deve existir, entre ellas, uma lacuna, tanto maior quanto maior for aquella differença, — do mesmo modo, se duas camadas differirem bruscamente na composição petrographica, é tambem de suppôr a existencia de lacuna; por exemplo, se uma camada for constituída por argilla e a immediata por calcareo, é provavel a lacuna, porque entre as duas camadas, nitidamente distinctas, deveria existir uma terceira participando dos caractéres das extremas. É ainda provavel a lacuna, se, sendo identica a composição mineralogica de duas camadas, for distincta a respectiva estrutura.

A consideração da composição petrographica pode pois ter importancia, por quanto as lacunas, — bem como as falhas, inversões, etc., — constituem uma difficuldade, muitas vezes insuperavel, no estudo da successão das camadas, e tanto mais quanto é frequente acharem-se estas desviadas do seu primitivo arranjo.

Recapitulemos.

Para nos certificarmos do synchronismo absoluto de duas camadas, é indispensavel seguir a sua continuidade.

O caracter fundado nas relações de stratificação é só applicado em casos excepcionaes.

O caracter petrographico é, em geral, fallivel e insufficiente, devendo reservar-se para observações locaes.

O caracter paleontologico é o que inspira mais confiança, pois que está reconhecido que por toda a parte é a mesma a ordem de successão das faunas e floras; — não se segue, porém, que as camadas verdadeiramente contemporaneas representem sempre a mesma phase d'aquella evolução. O que por estes caractéres se determina é a *idade relativa*, podendo ter idades relativas differentes camadas rigorosamente synchronicas.

O *apparecimento* de typos mais differenciados do que os anteriores, o *predominio* de certas ordens, e a *decadencia* ou o *desapparecimento* d'outras, — não pondo de parte os caractéres d'outra natureza, — servem para caracterisar, d'um modo geral, as divisões stratigraphicas de primeira ordem. Os agrupamentos inferiores são tambem caracterisados principalmente pelas faunas e floras, sendo tanto menor a importancia e generalidade dos caractéres quanto mais longe se tiver levado a subdivisão, e chegando a ser differenciaes os caractéres e especificos.

(Continúa)

R. DE GUSMÃO JUNIOR.

NUM RETRATO

É esta a minha amada. Amava-me bastante e eu ia muita vez, de noite, pelo escuro, beber no labio d'ella, ingenuo e murmurante, o amor, a vida, a gloria e todo o meu futuro.

E, se a deshoras, eu chegava pressuroso, este olhar me envolvia assim como um perfume e esta bocca vermelha — um calice de gozo — não murmurava nunca o minimo queixume.

Era uma flor! Bebi-lhe o aroma peregrino, as petalas a uma e uma se esvaindo, e assim como esmorece o murmurar de um hymno, esmoreceu tambem essa mulher... sorrindo...

Sorrindo ella escutou meus languidos desejos, sorrindo ella me fez da vida um paraíso, sorrindo concedeu-me os seus primeiros beijos e sorrindo expirou — morreu como um sorriso!

FRANCISCO BASTOS.

BALLADAS EM PROSA

DESCUIDO FATIDICO

I

Fazia oito annos a Mimi, a galante, a estouvadita Mimi, de olhos muito avelludados e de faces muito brancas. Por toda a casa afestoada de flores, vivas e entontecedoras, borbulhava uma farta, uma exuberante alegria oxigenada, porque fazia oito annos a Mimi, a galante, a estouvadita Mimi.

II

Em todo o largo Azul, varrido e lavado de farrapos de nuvens que o ennodassem, o sol de maio desdobrava carinhosamente a sua enorme aza doirada, sob a qual desabrochavam as rosas quentes e os regatos caíam somnolentos dos pequeninos açudes; — rosas brancas como as faces e regatos avelludados como os olhos da Mimi, que saltitava contente por toda a casa afestoada de flores vivas e entontecedoras.

III

Do fresco caramanchãosito, como um ninho de sombra ao fundo do jardim ardido de sol, d'onde espreitavam curiosos e attrahentes uns olhares humidos de nenuphars que bebiam o viço n'uma fonte dormente espraiando-se n'um lago coberto de limo, saíra Mimi a colhel-os n'uma condecita, onde lhe disseram que viera de França como todas as creanças que fazem annos por todo esse mundo fora; mas, descuidando-se, deixou-a cair e ella se perdeu no fundo do lago coberto de limo, d'onde espreitavam curiosos e attrahentes uns olhares humidos de nenuphars.

IV

E vendo-a chorar inconsolavelmente, como nuvem que se desatasse renunciando uma grande desgraça onde antes borbulhava uma farta, uma exuberante alegria oxigenada, a mãe, surprehendida por um presentimento fatal, muito se entristeceu e affligiu pensando que breve, talvez impellida por algum desgosto da filha, se submergiria no lago da Morte, — ella, a verdadeira condecita! — e mais sobretudo porque de tanto a chorarem se amorteceriam os olhos muito avelludados e se desbotariam as faces muito brancas da Mimi, a galante, a estouvadita Mimi, que fazia oito annos.

Coimbra.

ANGELO FERREIRA.

COIMBRA E O PRIMEIRO COLLEGIO DA COMPANHIA DE JESUS

(Continuado do n.º 4)

«Tão cedo entrou esta exemplar Religião da Companhia de Jesus em Portugal que escassamente havia nascido no mundo, quando já a piedade d'El-Rei D. João III a trouxe á sua cõrte¹.»

As linhas que copiamos na integra exprimem, fielmente, o character do jesuita que as escreveu, e a indole religiosa de D. João III. Este monarcha attrahiu, realmente, ao solo de Portugal, a instancias de D. Pedro Mascarenhas, a Companhia de Jesus, com o pueril intuito de evangelisar os povos da India Oriental. Mas o que fizeram os jesuitas na India e na metropole foi escravisar a consciencia nacional, que sentia o calor da Renascença; inutilisar D. João, que cego pelas cousas divinas chamava aos discipulos de Loyola verdadeiros apostolos; enfraquecer o antigo vigor portuguez, e roubar a liberdade á razão com a esteril e calculada philosophia conimbricense.

Mas em 1542 Simão Rodrigues deixou o collegio de Santo Antão, em Lisboa, a primeira habitação que a Companhia teve fóra de Roma, e partiu para Coimbra, onde a Companhia precisava de se estabelecer, fortemente, para limitar os vãos á mocidade academica e reprimir a liberdade de ensino dos doutos professores vindos do estrangeiro.

Simão Rodrigues, que reflectia maduramente nos interesses da nova religião, não viu diante de si difficuldades insuperaveis. Precisava do regio auxilio e esse era certissimo, attendendo á educação exageradamente religiosa que D. João tinha recebido dos seus antepassados, e á sua admiração por Paulo Camerte e D. Francisco Xavier, representantes de

¹ Nicolau de Santa Maria, liv. 40, cap. vi da Chronica dos conegos de Santo Agostinho.

Loyola. Precisava de *irmãos* para perpetuar as doutrinas do mestre; mas esses appareceriam attrahidos pelo programma que prégava ardentemente. E, convencido de cortar todos os obstaculos, Simão Rodrigues veio para Coimbra, trazendo carta de D. João para o Prior Geral D. Dionisio, Cancellario da Universidade, que n'esse tempo estava em Santa Cruz, onde se hospedou principescamente, até que o procurador do rei lhe offereceu um terreno e umas casas situadas ao fundo da rua d'el-rei, pouco distante, do muro da cidade antiga, que caia da parte do norte, defronte do outeiro que já então se denominava Monterroyo, sobre a cêrca dos cruzios.

Pelas memorias que compulsámos e planta geral da cidade de Coimbra do seculo xvi, que vimos no almanach do sr. dr. Pedro Rôxa, publicado em 1859, podemos afirmar que o terreno offerecido pelo procurador do rei ficava ao cimo da actual Couraça dos Apostolos. Em favor da nossa opinião temos o testemunho minucioso do padre Antonio Franco, da Companhia de Jesus:

«D'esta rua hia correndo do canto das casas, que agora servem de dispença, e embocava na que sahia da feira, e voltava para o Collegio de S. Jeronymo, e porta do castello. No fim d'ella sobre o terreiro da feira tinha sua igreja, a qual nos servio muitos annos de aula para disputas, e actos litterarios.»

Mas as casas doadas por D. João III não podiam satisfazer as necessidades futuras do collegio, e para provel-as Simão Rodrigues impetrou do nosso monarcha a sua mediação para com a curia romana. Foi feliz na sua tentativa porque D. João III, considerado pelo pontifice, obteve as rendas dos mosteiros da Ordem Canonica Augustiniana, Santa Maria de Carquere e S. João de Longonares, para a edificação do Collegio da Companhia.

Em quanto as obras corriam, estabeleceram-se os padres no collegio das escholas menores, situado na rua da Sophia, junto a Santa Cruz. As escholas menores, que estavam debaixo da direcção de Diogo Teive, homem probo e que amava a liberdade de pensamento, tiveram a sorte de passar para a auctoridade do provincial Diogo Miram, apostolo convicto da nova religião, que viera entorpecer todos os ramos da nossa actividade. A intervenção dos jesuitas nas escholas menores sentiu-se logo: substituiu os homens abalisados, que tinham vindo do estrangeiro, por jesuitas caturras, despotas dos direitos do homem.

O collegio edificado ao fundo da rua d'el-rei nunca aproveitou á Companhia de Jesus; porque, sendo provincial Miguel de Torres, D. João III correu para que ella se installasse definitivamente no Collegio de S. Miguel e de todos os Santos.

Assim damos uma noticia succinta d'um facto da nossa historia. Esses monumentos que, durante a nossa vida academica olhamos com indifferença, escrupulosamente estudados, hão de prestar sempre valiosos subsidios á historia do nosso paiz.

Este trabalho determina o começo da influencia que a instituição religiosa de 1540 exerceu sobre o nosso ensino, e portanto sobre a orientação dos espiritos contemporaneos da Renascença.

ANTONIO CLARO.

ECHOS DA PORTA FERREA

Ella morreu!...

Morreu muito obscuramente, cheia de esperanças e bons desejos, pobre de original e rica de nitidez, atravessada fatalmente pelo presentimento lugubre de viver pouco!

Morreu no balbuciar da vida, como as rosas de Malesherbes, pensando alegremente na morte; d'onde um grande luminar da sciencia official tirou mais um solido argumento para concluir legitimamente que tudo o que nasce morto, não nasce. — tão rapida foi a sua passagem por este mundo larguissimo das letras!

Sobre a sua ignorada sepultura, imprevista a estranhos, a chronica desfolha as suas saudades pungentes e desata o seu pranto amarissimo.

E a chronica, alanceada de tristeza solemne, chora ainda mais pela perda irreparavel da sua irmã querida de tres columnas cerradas de prosa grave e magestosa d'um estylo honesto e hermaphrodito, fechada como um enygma e séria como um homilia quaesmal. Nunca mais se sentirá deliciada e satisfeita pela leitura intermittente, cortada de bocejos e uberrima de qualidades altamente soporíferas, de bem meditados conselhos medievaes concedidos, entre duas pitadas de rapé, á mocidade esperançosa! Nunca mais!...

Ah! a *Folha Academica*, a nossa brilhante camarada e por ventura inimigasita ás occultas, já não é d'esta vida!

Nasceu sorrindo para a arrelia desastrada e funesta do n.º 3; morreu levemente, sem um gemido dôce, esmagada por aquella arrelia, toda florida de sã poesia, e, como boa christã, unvida d'um devoto, religioso e commovedor artigo sobre a preeminencia gloriosa e verdadeira da caridade evangelica destacando-se da *philantropia* do seculo, d'um sermão, emfim, que pedia caridade!

Verdade, verdade, não foi porque o brio cavalleiresco do seu honrado e intelligente proprietario afrouxasse e caísse desalentado; causas estranhas á sua boa vontade se foram urdindo e enredando e o impediram de proseguir. Teve de lutar denodadamente contra pequeninos poderes occultos, que tentavam desvirtuar a feição que imprimira ao seu lúxuo e inoffensivo jornal.

A sombra implacavelmente sinistra do n.º 3, aliás um dos mais invejados e attrahentes de que a chronica tem noticia, pairou, sempre e sempre, n'aquelle berço tão mal fadado. Por isso ella morreu!

Morreu, quando a primavera, a boa primavera que faz desabrochar as flores e dá perfume ás brisas, vem cantando, como uma mysteriosa cotovia, pelo céu largo castamente azul e carinhoso!

Morreu

— tal como um anjo que voou da terra,
como um poeta que morreu de amor!—

Por isso direi, como Paul de Saint-Victor, que a terra lhe seja leve, já que tão pouco pesou sobre ella!

*

O *Relatorio e contas da gerencia de 1885 a 1886 da Sociedade Philantropico-Academica*, o qual temos presente e agradecemos, singelamente traçado, marca, com a linguagem fulgentissima dos factos, uma época notavel de restauração e progredimento para aquella tão util quão necessaria instituição. Abysmada e perdida n'um notavel desleixo, fôra-se vestindo d'um descredito continuo que afastava a todos e seria a sua damninha e cruel tunica de Nesso, se constantes e brilhantes esforços da talentosa e honrada direcção transacta, que é em grande parte a presente, não a arrancasse do esquecimento e da negligencia em que se ia afundando. O saldo é de mais de 500,000 réis.

A chronica apressa-se a registrar com satisfação e prazer este facto, porque nos assegura que a academia coimbrã não perde as suas melhores tradições e entra, na sua maioria, n'um periodo desafogado e esperançoso de grandes reformas salutaras.

No *Relatorio* indica-se, sem commentarios, o facto dos cursos adiantados da Universidade não acudirem ao appello d'uma subscrição. A chronica julga saber explical-o. Pelo seu grande respeito ás velharias, pede para que não lhe exijam o que pensa a respeito da Theologia. Em quanto aos outros cursos, experimentados em Coimbra, lavrava n'elles uma por ventura legitima desconfiança sobre a irregular administração da sociedade. Hoje, porém, que todos as dúvidas se rasgaram, á vista da verdade que espandana victoriosa da realidade do *Relatorio*, qualquer appello será bem acolhido, cremol-o bem, porque o merece quem o faz e o seu intuito.

Por isso a chronica saúda, applaudindo, a bem-quista e benemerita direcção.

SOB A VARANDA

(M. G.)

I

Tu andavas, ó pomba virginal,
domingo no jardim,
tão altiva, tão grave e tão serena
que me fizeste mal,
— minha rosa em botão, minha açucena,
meu candido jasmim.

Mas não sejas cruel! Para acabar
com estas minhas maguas
dá-me a benção da tua mão pequena
e a graça d'esse olhar
— minha rosa em botão, minha açucena,
meu nenuphar das aguas!

O-TELLO.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

Republicas, n.ºs 64, 65, 66 e 67. O summario d'este ultimo é o seguinte: — SECÇÃO POLITICA: Intra-muros; No parlamento; Extra-muros. SECÇÃO LITTERARIA: Visita a um asylo, *Camillo Castello Branco*; O duque de Vizeu, *Henrique Lopes de Mendonça*; O odio d'uma rainha, *A. X. Rodrigues Cordeiro*; NOTICIARIO.

Orpheon, n.ºs 1 e 2. O summario do n.º 2 é o seguinte: — 1. Curso theoretico e pratico de piano (continuação). — 2. Estudos sobre a theoria scientifica da musica (continuação). — 3. Rythmo musical (conclusão). — 4. Noções de esthetica musical (continuação). — 5. Chronica estrangeira e Bibliographia.

Revista pedagogica, n.º 1. Eis o summario d'este numero: — Abertura, *Redacção*. — Noção, divisão e importancia da educação, *J. Augusto Coelho*. — Luminosa via (poesia), *Gonçalo Sampaio*. — A educação, *Torquato Fernandes*. — A Portugal (poesia), *Cunha Vianna*. — Perfis, *A. Ferreira d'Almeida*. — Onomatologia, *J. Leite de Vasconcellos*.

Revista de Guimarães, n.º 1 do volume III, cujo summario é o que segue: — I. Estudos sobre o *turf*, por *José Martins de Queiroz Minotes*. — II. Tinturaria, pelo *P.º João G. d'O. Guimarães*. — III. Districtos e concellos, por *D. Leite de Castro*. — Boletim, por *Adolpho Salazar*. — IV. Balancetes, por *Eduardo Almeida*.

Zoophilo, n.º 3 do 40.º anno.

Por falta de espaço diremos proximamente do seu valor e d'outras publicações que nos teem honrado com a sua visita.

A ACADEMIA DE COIMBRA

Sciencias, letras e factos

N.º 7

Coimbra, 15 d'abril de 1886

Anno I

SUMMARIO

- A Academia ao dr. Gama Pinto.*
Nova primavera (poesia) — S. F.
Exposição e critica das classificações de impostos (conclusão)
— Eduardo Pires de Lima.
Eterna luz (poesia) — Angelo Ferreira.
A crise sociologica — Motta Gomes.
Na concha de Venus — Antonio Fogaça.
O christianismo aboliu a escravidão (conclusão) — Pedro Nogueira.
Beijos (poesia) — Francisco Bastos.
Assembleia geral da Academia.
Publicações.

A ACADEMIA AO DR. GAMA PINTO



Eis a mensagem que a classe academica vae endereçar em album ao illustre professor da Universidade de Heidelberg, que honra na Allemanha o nome portuguez. É redigida pelo distincto alumno do quinto anno juridico, o sr. Silva Cordeiro.

ILL.^{mo} E EX.^{mo} SR. DR. JULIO DA GAMA PINTO: — A Academia de Coimbra, reconhecendo os beneficios prestados por V. Ex.^a á causa da sciencia e da humanidade, saúda electrisada e vibrante de commoção, no nome do Dr. Julio da Gama Pinto, o notavel professor da Universidade de Heidelberg, o ophtalmologista distincto e afortunado em innumeradas curas maravilhosas, o portuguez, emfim, que, depois de ter entalhado com raro brilho o seu nome nos torneios scientificos das escholas da sua patria, foi ainda á sabia Allemanha retemperar o seu espirito na assimilação dos mais avantajados processos e descobertas histologicas, conquistando para si e para a sciencia que professa, a sagração que aquella terra só prodigalisa ao fino oiro do talento, rijamente batido e moldado na incude do trabalho honesto.

Foi sempre timbre de moços prestarem ao talento e ao merito real a homenagem a que lhes dá

direito a civilização moderna no horoscopo feliz das suas mais justas consagrações.

Por isso a Academia de Coimbra, avigorada no ideal das suas tradições nobilissimas, saúda-vos e admira-vos, como um raro exemplo de aptidão e de trabalho que emergisse de relance á flôr da sociedade portugueza, modesto e affavel no mais vitalizador dos seus altruismos. Ella conhece a abnegação e o absoluto desinteresse com que assignalaste a vossa passagem por aqui, liberalizando os inestimaveis serviços da vossa clinica aos enfermos de qualquer categoria e condição, desde o estudante até ao lente, desde o opulento titular até essas pobres mulheres e creanças que, dia a dia, desenrolavam no modesto limiar da vossa habitação toda uma espiral de intimas bemquerenças, bençãos de extremada gratidão, lagrimas de deslumbamento em olhos que o vosso escalpello reabriria para a luz e para a vida. Ora quando um homem perpassa com titulos d'esta grandeza nos additos da Universidade, em que pese ao modesto retraimento do sabio, o estudante de Coimbra cumpre um dever social desdobrando a sua capa e soltando um brado de incendida admiração, certo de que, na saudação ao homem que passa, vae mais que a celebração de uma gloria nacional, a apothose justissima de um benemerito da humanidade soffredora!

Dando-vos assim uma prova da nossa veneração espontanea e profunda, é-nos licito, depois de tantos outros, apontar á evidencia da consagração publica, o nome de um homem que, portuguez pelo nascimento e pela maior parte da sua educação litteraria, é já hoje, na especialidade que cultivava, uma reputação solidamente europeia, affirmada e robustecida nos mais fecundos centros de elaboração do pensamento, que a Allemanha ostenta á plena luz da sciencia contemporanea.

Estudiosos tambem, apezar de moços, e alumnos de uma Universidade que em melhores dias da sua historia já deu professores á Allemanha, á França e

á Italia, nós sabemos o que custam e valem as conquistas da intelligencia n'esta hora adiantada e sole-mne da evolução scientifica. Testemunhando a grandeza do vosso espirito pelo humanitarismo dos vossos sentimentos, a mocidade estudiosa de Coimbra abriu para o vosso nome, no album das suas glorificações mais vivamente sentidas, uma pagina de honra: e bem assim registra e consagra no relicario azul das suas mais espontaneas sympathias um voto de sentimento porque a vossa partida se não addiasse indefinidamente, para assim gozarem todos com mais largueza os beneficios da vossa clinica no amavel convivio de tão luminoso e profundo espirito. Por isso aqui levantamos um *bravo!* que a Academia de Coimbra unanimemente vos endereça.

Viva o Dr. Julio da Gama Pinto!

Viva a sciencia portugueza e quem tão nobremente a sabe honrar!

Viva o talento que na terra classica dos sabios perlustra e enaltece o nome portuguez!

H. HEINE

NOVA PRIMAVERA

XVI

Das aguas, scismadora, a esbelta flôr
No manso lago oscilla brandamente;
Da noite o astro saúda-a tremente
De desejo e langor.

Para as aguas, inclina a fronte, enleada;
E vé n'aquelle instante,
Alli, junto a seus pés, do pobre amante
A face desbotada.

S. F.

Exposição e critica das classificações de impostos

(CONCLUSÃO)

H. Passy, n'um artigo publicado no *Dictionnaire d'Économie Politique*¹, não classifica os impostos, divide-os. Em todo o caso, attendendo ao merecimento e nome do auctor, apreciaremos rapidamente o seu trabalho.

¹ Dict. d'Écon. Polit. de Coquelin et Guillaumin. V. impôt.

Este distincto publicista começa por dividir os impostos em directos e indirectos, definindo uns e outros pela sua incidencia, a que nós chamaremos antes reflexão. Por aqui se vê já quão fraco é o fundamento que toma para base do seu trabalho; elle proprio o reconhece quando diz que «s'il est des taxes d'un effet constamment certain et semblable, il y en a d'autres dont l'incidence non seulement n'est pas celle qu'on leur attribue, mais varie en raison du degré de l'élevation des tarifs.»

Apesar d'este defeito capital, que lhe devia mostrar a impossibilidade de basear uma classificação em tão fragil fundamento, Passy dividiu n'esse sentido os impostos em directos e indirectos.

Referindo-se aos primeiros, diz elle: o numero dos impostos classificados sob este titulo é muito consideravel; os principaes são: impostos sobre as pessoas, sobre as terras, sobre as casas, portas e janelas; sobre o exercicio das profissões; sobre os rendimentos, successões, doações, etc.

Ora isto não é classificar os impostos, nem sequer dividil-os.

Os impostos indirectos subdivide-os Passy em duas classes: impostos lançados sobre os proprios productos do paiz antes de entrarem no consumo, e impostos recebidos nas fronteiras e lançados quer sobre os productos exportados, quer sobre os importados. Os primeiros tomam o nome de *excise, droits réunis*, contribuições indirectas; os segundos são conhecidos pelo nome de direitos d'alfandega.

A leitura mais superficial do que acima escrevemos é sufficiente para mostrar que o trabalho de Passy nem sequer o nome de divisão merece.

— Gustavo du Puynode, na sua obra *De la monnaie, du crédit et de l'impôt*¹, divide os impostos em directos e indirectos, dando d'estes termos a definição administrativa e usual. Não subdivide os primeiros; quanto aos segundos diz elle, que se podem agrupar em tres classes: impostos pagos por occasião da produção, da circulação e da venda das mercadorias.

Na primeira classe entram o imposto do sal, o imposto sobre a construcção dos carros, sobre o assucar indigena, etc. Comprehende tambem esta classe as industrias que o Estado monopolisou, taes como a cultura e manipulação do tabaco, o fabrico das cartas de jogar, o correio, etc.

Na segunda classe entram os direitos d'alfandega, os impostos pagos nas barreiras (*octrois*), e os impostos sobre as bebidas fermentadas.

Na terceira classe entram os impostos lançados sobre os bilhetes d'espectaculo, sobre os jornaes, sobre os actos judiciaes, etc. É verdade, diz Puynode, que os impostos sobre os actos judiciaes não são lançados sobre uma mercadoria, nem pagos por occasião da sua venda; mas são lançados sobre o

¹ Tom. 2.º, pag. 418.

pagamento d'uma mercadoria, ou sobre os debates que se travam por occasião d'esse pagamento.

Parece-nos, continúa o distincto publicista, que esta é a melhor classificação dos impostos comquanto Passy e Sismondi hajam proposto outras.

Este ultimo reduz os impostos de consumo a quatro grupos: *la gabelle, l'accise, la douane e l'octroi*, o 1.º dos quaes comprehende as industrias monopolizadas pelo estado; o 2.º certos productos que o fisco vae ferir no momento da producção; o 3.º os impostos lançados sobre as mercadorias que entram ou saem do paiz; o 4.º os impostos que pesam sobre as mercadorias que entram as portas da cidade.

Que a classificação, dêmos-lhe este nome, de Puynode é superior ás de Passy e Sismondi, ninguém de boa fé o pode contestar, com quanto nenhum dos tres agrupamentos mereça o nome de classificação, mas a de Puynode além d'incompleta, porque não se refere aos impostos directos nem aos que pesam sobre as doações e successões, comprehende no primeiro grupo dos indirectos alguns que são directos, e as industrias cujo monopolio o Estado se attribuiu, e que não podem de modo algum ser consideradas como impostos.

— Outros trabalhos d'esta ordem podiamos nós apresentar, taes como os de Vignes, Clémence Royer, Lopo Vaz, Hoffman, Rau, Stein, Jacob, etc., mas julgamol-o desnecessario porque tanto a estes como áquelles que apresentámos se pode applicar com justiça o seguinte periodo de Ambroise Clément: «Nenhuma d'estas classificações offerece um quadro completo que permita collocar n'elle todos os impostos, e reconhecer a classe a que cada um d'elles pertence; muitos ha que se poderiam ligar com fundamento a muitas das classes apresentadas, e ha muitos outros que se não podiam collocar logicamente em nenhuma d'ellas.»

Para completar a resumida exposição que temos feito do estado da sciencia financeira sobre a materia que nos occupa, devemos advertir que syntelologistas ha que não apresentam uma classificação dos impostos. Taes são Gandillot, Garnier e Paulo Boiteau. O segundo limita-se a fazer um enunciado perfeitamente esteril das bases que se podem tomar para dividir os impostos; o terceiro, porém, apresenta algumas ideias que convém apreciar.

Diz elle que uma classificação mais simples do que as apresentadas até hoje e mais economica, seria a que dividisse as contribuições em impostos lançados sobre a producção e sobre os instrumentos da producção, fonte de riqueza que sempre se deve poupar, e impostos lançados sobre o consumo ou despeza, que se subdividiria em consumo ou despeza productiva, e consumo ou despeza improductiva.

Em quanto a esta classificação limitar-nos-hemos a dizer que ella peccaria por incompleta, pois que não comprehenderia os impostos lançados sobre a circulação da riqueza, os quaes todavia não são poucos.

Temos mostrado sufficientemente, cremos nós, que nenhuma das classificações d'impostos até hoje apresentadas é satisfatoria. Mas, como diz Victor Cousin: «on ne détruit véritablement que ce qu'on remplace»; eis a razão porque tentámos por nossas proprias forças resolver o problema, organisando uma nova classificação dos impostos que em breve publicaremos.

EDUARDO PIRES DE LIMA.

ETERNA LUZ!

D'aquella ultima vez, que me beijaste
chorando na afflictiva despedida,
eu vi cair-te a fronte emmurehecida
como um lyrio que pende sobre a haste.

Então sorri altivo — que contraste! —
como quem do futuro não duvida.
Partiste; e nunca mais, na minha vida,
eu sorri, como quando me beijaste.

Talvez sejas feliz e rias longe,
enquanto que chorando, qual um monge
na noite d'esta vida tão agreste,

vou, dos sonhos na igreja abandonada,
ver se inda luz a lampada sagrada
do beijo derradeiro que me deste.

Coimbra.

ANGELO FERREIRA.

A CRISE SOCIOLOGICA

Todo aquelle que, desprendendo-se por um momento das relações do meio social, investigar sob o ponto de vista da generalidade a caracteristica mais saliente do actual momento da civilização humana, deve necessariamente concluir que elle se distingue principalmente pelo choque entre as ideias criticas derivadas da metaphysica revolucionaria que tocou o seu apogeu no seculo passado e as tendencias poderosamente organicas que as doutrinas experimentalistas vão triumphantemente determinando.

Quando na historia da humanidade despontava este seculo por tantos titulos glorioso, predominavam ainda os principios demolidores que tinham servido no combate rudemente travado com os prejuizos do velho mundo catholico e absolutista. Mas, como não é facil eliminar ideias e instituições representativas d'um largo producto historico e ainda fortemente ligadas ás condições mezologicas das sociedades, a

discussão empenhava-se de novo, mas já pallidamente, porque a Revolução deixára após si um rastro fulgentissimo que ia illuminando as consciencias e incitando-as a proseguirem no salutar empreendimento da reforma social.

As doutrinas theologicas e aristocraticas encontravam propugnadores eminentes como Bonald, De Maistre e Lammenais, que corriam á defeza do já exhausto regimen medieval; a escola liberal, brilhantemente representada em Benjamin Constant, ia acompanhando as consequencias necessarias da philosophia do seculo XVIII.

Era ainda a luta entre os velhos e os novos principios, entre o auctoritarismo catholico e o livre exame, o dominio absoluto dos reis, fundamentado no direito divino, e a soberania popular, logicamente deduzida do naturalismo seductor dos direitos do homem.

Apparece então o espirito luminosissimo de Saint-Simon. Talento extraordinariamente lucido, foi elle o primeiro a afirmar desassombadamente que terminára a missão critica com o seculo luzidamente assinalado na historia pela pleiade brilhante que pensou a Encyclopedia e realisou a Revolução.

O progresso das sciencias e da philosophia, admiravelmente personificado em Voltaire, Diderot, Condorcet, d'Alembert, Rousseau, Buffon e tantos outros obreiros collossaes da civilisação, tinha abatido a preponderancia religiosa. A propaganda revolucionaria descarregára golpes mortaes na aristocracia inutil e na realeza absoluta, constituida em poderoso obstaculo ao progredimento das sociedades. Mas essa obra era simplesmente transitoria; e bem diversa era a funcção que o seculo dezenove devia realizar. É este, como mui judiciosamente observa Paul Janet, o pensamento dominante de Saint-Simon: «A philosophia do seculo XVIII tinha sido revolucionaria; a do seculo XIX deve ser organisadora»¹.

Esta concepção genial de Saint-Simon, elaborada em pleno predomínio do systema metaphysico e quando duas escolas extremas se esphacelavam na luta encarnizada em que oppunham mutuamente os seus principios fundamentaes, basta para attestar a preeminencia intellectual do illustre iniciador do socialismo, que é com toda a certeza um dos espiritos mais penetradores que apresenta a philosophia social do presente seculo. O genio philosophico é sempre superior ao meio em que vive, e, embora ligado a elle pela influencia que este geralmente tem no individuo, sabe elevar-se até á determinação do papel que a geração sua contemporanea desempenha na evolução da humanidade.

A preocupação organisadora de Saint-Simon não deixou de influir na orientação philosophica de Comte durante a fecunda communhão intellectual que prendeu os fundadores das duas doutrinas que hoje

mais agitam a sciencia e as sociedades: o socialismo e o positivismo. Embora não seja ponto assente a originalidade d'algumas concepções que apparecem nos escriptos dos dois pensadores, a verdade é que na philosophia comteana é fundamental a ideia d'uma remodelação organica das sociedades². Assim no opusculo publicado em maio de 1822 — *Plano dos trabalhos scientificos necessarios para reorganisar a sociedade*, o sabio chefe do positivismo nota a cada passo a inutilidade das doutrinas criticas na reorganisação social: «Todas as considerações precedentemente expostas provam que o meio de sair finalmente d'este deploravel circulo vicioso, origem inexgotavel de revoluções, não consiste no triumpho da opinião dos reis, nem no da opinião dos povos, taes como se apresentam actualmente. Não ha outro além da formação e adopção pelos povos e reis da doutrina organica, unica que pode fazer abandonar aos reis a direcção retrograda e aos povos a direcção critica»².

(Continúa)

MOTTA GOMES.

NA CONCHA DE VENUS

(A E. SANCHES DA GAMA)

O marinheiro havia sido incansavel. Acostumado ao mar e aos grandes riscos, assaltara, sem medo, como um faminto, todos os jardins da cidade, onde colhera flôres delicadissimas, chelas de frescura e de aromas.

Aquellas flôres eram para enfeitar o pequeno batel, que trouxera de Italia e que tambem se acostumara ao mar e aos grandes riscos.

Elle conduzira a bordo plantas d'uma alvura inexcedivel; levava tambem violetas e lyrios, folhas de begonias raras, peonias e camelias variadas, hastes de hera, flôres de magnolia...

Emfim, tornou-se o pequeno batel tão delicioso, tão delicadamente enfeitado, que o perfil do marinheiro destacava n'elle como uma soberba estatua de bronze.

Tudo aquillo era para o seu noivado; para a fuga de Bertha estremeçada; tudo aquillo era para essa que elle trazia sempre no coração, quer andasse em longinquas viagens sobre as aguas, quer escallasse a sua varanda inflorada por entre a escuridão silenciosa, ao olhar das estrellas.

¹ É. Littré, A. Comte et la philosophie positive, 3^{me} éd., pag. 12.

² Opuscles de philosophie sociale, 1819—1828, pag. 72.

¹ Paul Janet, Saint-Simon et le saint-simonisme, pag. 20.

Bertha dissera-lhe, quando combinavam a fuga :

«Olha, leva para o batel um ramo de flôres; desejo que se murche em quanto nós nos beijarmos, para que depois nos fique como recordação d'esse dia.»

Porém elle ha muito que pensava em offerecer-lhe mais do que um ramo; dar-lhe-ia o seu amor sobre esse leito excepcional de rosas e perfumes, no alto mar agitado, por uma noite morna, de luar, de sons, de volúpia, estonteadora e flácida...

E foi assim, que, entre as espumas revoltas, já quasi ao botão d'uma madrugada harmoniosa do Estio, cairam as tradições fidalgas de Bertha — essa caprichosa de amor e de belleza — entregue para sempre nos braços robustos d'um homem do mar, que nada mais tinha do que a sua rude coragem e o seu immenso coração de amante!...

ANTONIO FOGAÇA.

O CHRISTIANISMO ABOLIU A ESCRAVIDÃO

(AO MEU CONDÍSCIPULO EDUARDO PIRES DE LIMA)

(CONCLUSÃO)

Decididamente estou sympathisando com os positivistas puros. Isto de qualquer receber a sciencia em segunda mão não é das melhores cousas. Um dos grandes mestres da philosophia nova, o sabio Littré, não reputou desairoso de sua illustração desmesurada a seguinte affirmativa :

«L'extinction de l'esclavage, l'établissement de la «mainmorte et l'affranchissement des communes rem-plissent toute la période du moyen âge et lui don-«nent son caractère ¹.

Pois bem! É quando o mestre nos affirma isto, que o discipulo ha por bem deixar-se influenciar por um metaphysico revolucionario, e, de meiga camaradagem com este, cantar em côro altitonantemente :

«Na idade média, os concilios legislam muitas vezes sobre a escravidão, mas não a condemnam, nem sequer exhortam os senhores a libertar os escravo»

«A regra traçada pelos concilios era que o bispo não podia libertar um servo se não indemniasse a Igreja com seus proprios bens, etc.»

Para destrinçar lucidamente esta trama medie-val precisava eu não de tres columnas d'um periodico; mas d'um volume de livraria benedictina. No entanto estão publicadas muitas obras, onde os curiosos podem encontrar fundamentos inconcussos para alcu-nharem de gratuito o asserto de Belime e Pires de Lima ², e ainda se não queimaram os cartapacios

magno, onde vêem exaradas as actas dos concilios da meia idade, e onde os curiosos podem verifi-car o arrojo imaginario dos dois *antiabolicionistas*.

Na verdade os papeis estão invertidos; estou desconfiado de que sou mais positivista do que o meu condiscipulo. Tudo pode ser, e sem ser mila-gre. Já assentei o principio de que as bases da sciencia historica não se reduzem a um ou outro texto iso-lado de qualquer escripto. Esboçemos pois os factos geraes, relacionemos com elles as citações apontadas, e veja-se então quanto estas são apropositadas á pe-regrina demonstração.

Pretendendo-se deslustrar a doutrina christã com as divergencias da heresia, a Igreja viu-se obrigada a empregar todos os seus cuidados e esforços em defender os seus dogmas, e d'isso se occuparam os concilios dos seculos iv e v. A abolição da escrava-tura, que parecia avisinhar-se em tempo de Constantino, pelas atenções fixas no deposito da fé, demorou-se com effeito. Surgiu a invasão barbara, e mais se complicaram as cousas. É sabido quanto a Igreja trabalhou em substituir os costumes barbaros pela civilisação christã, e que nem sempre poude ser superior a estes costumes, atacando-os de frente e com electrica rapidez. Era preciso dar tempo ao tempo.

Os barbaros tinham suas leis, que relativamente á escravatura, refinavam os vexames do direito romano. Segundo ellas a perda da liberdade era a pena d'um grande numero de crimes ¹. E que admira que a Igreja em casos exceptionaes transigisse com taes leis? O factio geral é a opposição ora aberta e decida-da, ora prudente e indirecta; mas ha effectivamente excepções, que por destacarem, mais confirmam a regra.

A legislação canonica apontada pelo meu illustre condiscipulo sobre o numero III do seu artigo con-têm estas excepções. Eu chamo para aqui a doutrina d'este numero, visto não comprehender o motivo por que se collocou no fim á laia d'appendice, quando tinha n'esta parte do escripto um logar mais proprio. Por Belime a não mencionár?... ora deixemos lá Belime e mais as suas utopias metaphysicas. E não jul-gue o laureado academico que n'este ponto me vem dar novidades. A pena de escravidão não foi só im-posta pelos concilios ás concubinas e filhos dos cle-rigos e aos expostos ². Ha mais. E para lhe provar que não sou completamente hospede na materia, cito-lhe o primeiro concilio de Orleans, em que se condemnou o raptor a ser escravo do pae da mulher raptada ³.

¹ Vid. Lex Wisigothorum, II, 1, 7; III, II, 2; III, 4; IV, 14; VI, 1, 2; II, 1, 2, 5; VII, v, 2; VI, 2. — Lex Burgundio-num, XXXV, 3; XXXVI, LVI, 1, 2. — Lex Alamannorum XXXVIII, 4. — Lex Bajuvariorum, VII, 18. — Lex Ripuariorum, LXV. — Etc., etc.

² Cita: C. xv, q. 8, c. 3. — Dist. LXXXII, c. 30 — e Dist. LXXXVIII, c. 9.

³ Canon II, em Hardouin, Concilia, tom. II, pag. 1008.

¹ Obra cit., pag. 230.

² Vid. entre outros: Balmes, El protestant. comp., etc., cap. xv — XIX.

Mas com excepções é que se deve argumentar n'um assumpto tão vasto como este? E as disposições varias de centenas de concilios provinciaes sobre a abolição evolutiva da escravatura ficam supplantadas pelas providencias de tres ou quatro concilios que perfilharam as ideias do direito germanico? Leiam-se as actas e canones de todos os concilios, haja mais erudição, pois que sem ella é impossivel manifestar opinião sobre esta materia. De bom grado eu apresentaria aqui a lista interminavel dos canones favoraveis á abolição da escravatura, se m'o permittisse a indole d'este trabalho.

Demais: É com um ou outro canon isolado d'um concilio que se aclaram as ideias sobre o espirito da legislação d'esse concilio? Porque se não hão de comparar os diversos canones? Porque se não hão de empregar todos os processos da hermeneutica juridica?

Ora notem: Citam-se os canones 68, 69 e 70 do iv concilio de Toledo para provar que a Igreja não era prodiga em libertar os escravos, visto haver alguns casos em que a liberdade podia ser revogada por ingratidão. Suppunhamos que a doutrina conciliar citada demonstrava o asserto dos notaveis impugnadores. Mas porque se não approximou esta doutrina do exposto n'outros logares do mesmo concilio para se lhe dar o razoavel e verdadeiro sentido?

Ha no iv concilio de Toledo muitas outras disposições sobre a escravatura. Assim, manda-se que a Igreja se encarregue de defender a liberdade e o peculio dos libertados a ella recommendados.

«Liberti qui a quibuscumque manumissi sunt atque ecclesiae patrocinio commendati existunt, si-
«cute regulae antiquorum patrum constituerunt, sacerdotali defensione a cujuslibet insolentia protegan-
«tur; sive in statu libertatis eorum, seu in peculio
«quod habere noscuntur¹.»

Prohibe-se inteiramente aos judeus o terem escravos christãos². Permite-se ordenar os escravos da Igreja dando-se-lhes antes a liberdade. Não posso resistir ao enlevo de citar o canon que encerra esta ultima disposição:

«De familiis ecclesiae constituere presbyteros et
«diaconos per parochias liceat; quos tamen vitae
«rectitudo et probitas morum commendat: ea tamen
«ratione, ut antea manumissi libertatem sta-
«tus sui percipiant, et denuo ad ecclesiasticos
«honores succedant; irreligiosum est enim obli-
«gatos existere servituti, qui sacri ordinis suscipiant
«dignitatem³.»

Agora misture todos estes canones e verá uma combinação mais doirada, que a negra opinião extra-hida d'um simples canon. Que, verdade seja, o iv

concilio de Toledo é um dos menos generosos n'este sentido. Se folhearmos os concilios inglezes, veremos a Igreja decretar com mãos prodigas a emancipação de milhares de escravos. Basta attender á resolução tomada no concilio de Armarch na Irlanda:

«Decretum est itaque in praedicto concilio, et
«cum universitatis consensu publice statutum, ut
«Angli ubique per insulam, servitutis vinculo man-
«cipati, in pristinam revocentur libertatem⁴.»

Demais, é favoravel ainda á opinião que convitadamente defendo o iv concilio de Toledo; mas embora não fosse, podia infirmar este com o iv de Orleans, que prohibindo aos bispos a dissipação dos bens da Igreja, accrescentou logo: «Mas se os bispos derem a liberdade a alguns escravos, estes ficarão livres⁵.»

Mas para que alongar-me demasiado, quando o lugar e o tempo são realmente improprios para trabalhos do grande folego que este exige? Sômente peço licença ao meu condiscipulo para lhe recordar que foi tal a dedicação da Igreja na abolição da escravatura, que até permittiu que se podessem alienar os vasos sagrados para remir os captivos. Ouça:

«Si quis episcopus, excepto si evenerit ar-
«dua necessitas pro redemptione captivo-
«rum, ministeria sancta frangere pro qualicumque
«conditione praesumpserit, ab officio cessabit eccle-
«siae⁶.»

Ficarei por aqui. Não são os preconceitos religiosos que me offuscam a intelligencia; é a sciencia que me descobre a verdade.

III

Resta-me a apreciação do terceiro argumento, em que se pretende concluir — a não abolição da escravatura pelo christianismo — de não terem os Padres da Igreja combatido esta execranda instituição.

Referem-se logares de S. Paulo, de Sancto Ambrosio e de S. João Chrysostomo. De S. Paulo já eu falei no primeiro argumento; mas se o meu amigo não ficou satisfeito, peço-lhe que leia a epistola d'este apostolo — ad Philemon. — É possivel que com esta leitura abraunde um pouco.

O texto de Sancto Ambrosio é mystico. Ora, diz o ditado: *Se fores a Roma, sé romano*. Como quer, pois, Pires de Lima, de parceria com Wallon, interpretar bem um logar mystico, se provavelmente não percebe nada d'isto? Ah!... perdão... talvez per-

¹ Conc. Tolet. iv, anno 633, can. 72. — O Conc. Agathense, celebrado em 506, no can. 29 diz a mesma cousa; mas prescindindo da recommendação á Igreja.

² Ibid., can. 66.

³ Ibid., can. 74.

⁴ Ex Giraldo Cambrensi, cap. 28. Hiberniae expugnatae, cit. por Balmes na obr. cit.

⁵ Canon ix; Hardouin, tom. II, pag. 4436.

⁶ Conc. Rhemense, anno 625 vel 630, can. 22. — Cf. I., liv. II, tit. I, § 8. — L. 21 C. de SS. eccl. — Nov. 7, cap. 8. — Nov. 120, cap. 10.

ceba... Mas ha tanta differença entre a pratica das formulas religiosas e a compenetrção profunda do seu espirito...

Quem ha ahi medianamente instruido que não conheça os motivos grandiosos que levaram o christianismo a exalçar, como que a divinisar, todas as desgraças e infortunios, todas as miserias e lagrimas? Já é cegueira repetir quotidianamente com os labios as oito *Bemaventuranças*, sem que pelo menos n'um instante a intelligencia se alumiasse com os fulgores da sua ideia.

Mas vamos adiante, que não é propria a occasião para escrever sermões.

A passagem de S. João Chrysostomo é contra-producente. Tanto se depreheende d'ella a condemnação plena da escravatura, como a sua tolerancia por ser occasião de adquirir meritos sobrenaturaes. Ha virtudes relativas a vicios. Assim não existe caridade sem miseria, nem perdão sem crime; mas, porque a caridade e o perdão são virtudes bonificantes, deve concluir-se que a miseria e o crime sejam um bem? O bem está no heroismo, e não na occasião do perigo em que elle se expande. Se o illustre academico interpreta de modo diverso o dizer dos Padres da Igreja, então até pode asseverar que elles defenderam e justificaram não só a escravidão, mas ainda toda a casta de infamias.

Eu já devia pôr aqui o ponto final; mas apreciarei de leve a citada *theoria philosophica da escravidão* de Sancto Agostinho. Esta theoria prova contra o meu adversario; passe-me pois para cá a arma, que lhe não pertence.

O grande bispo de Hyppona ¹ fundamenta a virtude da obediencia em bases nobilissimas e justas, desviando os motivos de envilecimento, e dá como razão o seguinte:

«Assim o prescreve a ordem natural, assim «creou Deus o homem, disse-lhe que dominaria os «peixes do mar, as aves do ceu e os reptis que se «arrastam sobre a terra. A creatura racional, feita «á sua similhaça, não quiz elle que dominasse senão «aos irracionaes, não o homem ao homem, senão o «homem ao bruto.»

Pois então isto não condemna a escravatura? Valha-te Deus, Pires de Lima, esse cerebro anda por força muito preocupado.

Ante as irradiações d'esta luminosa ideia, em balde procura Sancto Agostinho a origem da escravidão; e não a encontrando na ordem natural, vae espreital-a na maldição do peccado. A escravatura é um castigo, é uma praga, entra na classe da fome, da peste, da guerra, do *parasitismo*, do *microbio*, etc.

Então isto não é condemnar a escravatura?

Admira-se porém o meu condiscipulo de que Sancto Agostinho diga que *a escravidão só findará no dia em que a iniquidade passar, no dia em que*

Deus estiver todo em nós. Não se admire pois, despreze até as admirações do seu amigo Paulo Janet que o Sancto Doutor disse uma grande verdade. Em quanto houver progresso, não ha perfeição. O ideal do christianismo está ainda muito longe de ser uma realidade no mundo social. Ha instituições que se teem transformado, mas que ainda se não aniquilaram. A abolição completa e absoluta da escravidão só apparecerá decretada em pleno reinado da moralidade e da justiça. Hoje não ha aqui escravos acorrentados por grilhões de ferro, vilipendiados pelas leis e reconhecidos pela civilisação; mas ha victimas esmagadas pelo orgulho dos ricos devassos; miseraveis seduzidos pela perfidia; artifices a lutar com a fome pela avareza dos opulentos; donzellas perdidas pelos caprichos de gente sem brio e sem pudor; — ha verdadeiros escravos na essencia, os quaes, enfeitados com os mentidos ouropeis d'uma liberdade illusoria, nem pelo menos podem excitar a commiserção publica pela evidencia exterior de sua desgraça. A estes levante o meu amigo a toga da liberdade, que encontrará por baixo os andrajos da escravatura. É assim que se deve intender o profundissimo pensamento do talento mais genial que relumbra na galeria das illustrações episcopaes.

Não perderei papel e tempo examinando a doutrina de Sancto Thomaz d'Aquino sobre este assumpto, pois que elle se limitou a reproduzir as ideias de Sancto Agostinho ¹. Bem dizem Paulo Janet e Pires de Lima que o sabio dominicano não poderia combater a doutrina do bispo de Hyppona. O que expuz por tanto relativamente a este, é applicavel a Sancto Thomaz.

Mas que mania a de Pires de Lima! Cita duas affirmações relativas do Padre mais illustrado que fulgurou na meia idade, e tira d'ellas conclusões absolutas. Que amor pelo absoluto! Ai! positivismo! positivismo!

Fecha a procissão dos Padres o *servil adulator dos reis* — o *defensor do poder absoluto* — o *sabio theologo* — Bossuet!

Sim senhor! Bonita ladainha! falta-me o *ora pro nobis*.

O illustre bispo de Meaux tambem leva a sua conta por se atrever a chamar á escravidão um estado *juste et raisonnable*.

Mas espere lá, que não sou eu, pobre de talentos e sem importancia scientifica, que vou defender o preclaro historiador francez das graves calumnias vibradas contra a elevação e pureza de suas ideias. O bispo do catholicismo tem um defensor condigno no Summo Pontifice do Positivismo. Attenção, que fala Augusto Comte:

«La juste horreur que nous inspire aujourd'hui «cette institution primitive nous empêche d'apprécier «l'immense progrès qui dut immédiatement résulter

¹ Vid. De Civit. Dei, l. 19, c. 14, 15 e 16.

¹ Vid. Sum. I P. Q. 96, art. 5.

«de son établissement originaire, puis qu'elle succéda partout à l'anthropophagie ou à l'immolation des prisonniers, aussitôt que l'humanité fut avancée pour que le vainqueur, maltrisant ses passions haïneuses, pût comprendre l'utilité finale qu'il retirerait des services du vaincu, en l'agrégeant, à titre d'auxiliaire subalterne, à la famille qu'il commandait: . . . Suivant la lumineuse remarque de Bossuet, la seule étymologie devrait encore suffire pour nous rappeler constamment d'une manière irrecusable, que l'esclave n'était primitivement qu'un prisonnier de guerre dont on avait épargné la vie au lieu de le dévorer ou de le sacrifier selon l'usage le plus ancien ¹.»

Entre dois males o menor. Ante o negro conspecto da morte, podemos chamar um bem á escravatura. Bossuet considera-a como mais rasoavel, Comte como um progresso immenso. Ambos falam relativamente; para que havemos de fugir para o absoluto?

Ponto final na questão, meu caro Pires de Lima. Desculpa-me da rudeza d'estas linhas e da imperfeição d'este trabalho. N'elle apenas encontras uma cousa digna da tua attenção e apreço: — a convicção que o inspirou.

PEDRO NOGUEIRA.

Beijos

Ha beijos carinhosos que se esmolam dos berços e dos tumulos tambem, beijos d'amor e beijos que consolam . . . — são beijos perfumados de uma mãe.

Outros que são angelicos, suaves, e quer ao pôr do sol ou de manhã, sempre ingenuos e frescos como as aves . . . — são beijos innocentes de uma irmã.

Outros são quentes . . . longos . . . infinitos . . . e embalam nosso espirito, distante, por um palz de aromas esquisitos . . . — são beijos demorados de uma amante.

E ha beijos dolorosos que magoam mais que um adeus no florescer da vida d'um labio triste ás illusões que voam . . . — são os beijos cruéis da despedida.

Abril de 85.

FRANCISCO BASTOS.

¹ Cours de Phil. Posit., 3^{me} éd. Paris, 1869. Tom. 5.^o, pag. 134.

ASSEMBLEIA GERAL DA ACADEMIA

A Academia, reunida em assembleia geral no dia 7 do corrente, approvou por aclamação uma proposta do sr. Silva Cordeiro no sentido de que se manifestasse a profunda sympathia da classe academica pelo distinctissimo professor portuguez, lente da universidade allemã de Heidelberg e eminente ophthalmologista, o dr. Julio da Gama Pinto, e resolveu, sob proposta do sr. Motta Gomes: que uma commissão apresentasse ao illustre homem de sciencia a expressão da alta estima da Academia pelo nosso sabio compatriota; e que fosse offerecido ao dr. Gama Pinto um album contendo uma mensagem assignada por todos os academicos.

A assembleia foi presidida pelo nosso collega n'esta redacção, o sr. Pires de Lima, servindo de secretarios os srs. Alvaro d'Oliveira, do quinto anno juridico, e Silvestre Falcão, de mathematica.

Ainda bem que a classe academica vae saindo da lethargia em que se achava, e se habitua a honrar os grandes obreiros da civilisação.

Nós, que temos inscripto na nossa bandeira o principio das manifestações academicas em favor dos individuos que prestem serviços relevantes á civilisação, folgamos com esta resolução tomada pela Academia, que muito a honra perante o paiz.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

Explicações ao publico, a proposito do incidente occorrido entre o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. Bispo Conde e a faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra. Firma-o o nome do sr. dr. Araujo e Gama, um dos mais laureados professores da Universidade.

(Continuar-se-ha).

EXPEDIENTE

A redacção e administração d'este periodico passam, d'hoje em diante, para a rua do Museu, n.^o 1, para onde deve ser dirigida toda a correspondencia.